

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**MULHERES POR TRÁS DOS TRILHOS: HISTÓRIA E  
ORALIDADE SOBRE EDUCAÇÃO, TRABALHO E  
POLÍTICA NAS FAMÍLIAS FERROVIÁRIAS DO RS**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Juliana Franchi da Silva**

**Santa Maria, RS, Brasil.**

**2013**

**MULHERES POR TRÁS DOS TRILHOS: HISTÓRIA E  
ORALIDADE SOBRE EDUCAÇÃO, TRABALHO E POLÍTICA  
NAS FAMÍLIAS FERROVIÁRIAS DO RS**

**Juliana Franchi da Silva**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ciências Sociais, Área de Concentração em Política, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**.

**Orientador: Prof. Dr. João Rodolpho Amaral Flôres**

**Santa Maria, RS, Brasil.**

**2013.**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Franchi da Silva, Juliana

Mulheres por trás dos trilhos: história e oralidade sobre educação, trabalho e política nas famílias ferroviárias do RS / Juliana Franchi da Silva.-2013.

141 p.; 30cm

Orientador: João Rodolpho Amaral Flôres

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2013

1. Mulheres 2. História 3. Ferrovia 4. Educação 5. Política I. Amaral Flôres, João Rodolpho II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de  
Mestrado

**MULHERES POR TRÁS DOS TRILHOS: HISTÓRIA E ORALIDADE  
SOBRE EDUCAÇÃO, TRABALHO E POLÍTICA NAS FAMÍLIAS  
FERROVIÁRIAS DO RS**

elaborada por

**Juliana Franchi da Silva**

Como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Ciências Sociais**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**João Rodolpho Amaral Flôres, Dr. (UFSM)  
(Presidente/Orientador)**

**Maria Catarina Chitolina Zanini, Dra. (UFSM)**

**Carmem Maria Andrade, Dra. (FAPAS)**

**Glaucia Vieira Ramos Konrad, Dra. (UFSM)**

Santa Maria, 25 de abril de 2013

## AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível devido às contribuições que recebi. Devo agradecer a muitas pessoas e antes de cair no risco de esquecer alguém, desde já agradeço profundamente a todos.

Agradeço inicialmente a minha família pelo apoio em todos os momentos para vencer mais esta etapa.

Ao meu companheiro Adelar, quero agradecer de maneira carinhosa, pelo incentivo e compreensão, pois muitas vezes suportou todas as dificuldades e crises que atravessei no decorrer da elaboração deste trabalho final.

Ao professor doutor João Rodolpho Amaral Flôres pela paciência, compreensão, amizade, e que com sua dedicação esteve presente em meus momentos de indecisão e dúvidas me orientando.

Agradeço também a CAPES, que me forneceu uma bolsa de estudos para que eu pudesse me dedicar à consecução deste trabalho.

Agradeço a todas as colaboradoras e colaboradores que muito contribuíram para que a pesquisa fosse realizada, principalmente ao casal Zaida Terezinha Porto Castro e João Silveira Castro que me acolheram e sempre estiveram prontos a sanar minhas dúvidas, com suas explicações e verdadeiras aulas de história, sem contar o exemplo e a demonstração de amor que sempre tiveram pela ferrovia e pela “família ferroviária”. Nunca irei esquecê-los.

Agradeço também aos senhores ferroviários da Associação Ferroviária e aos funcionários do Arquivo Histórico Municipal, que me possibilitaram a pesquisa. Também agradeço ao Rodrigo Mello da Cooperativa dos Ferroviários, que me forneceu a maioria do suporte referencial para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço em especial, a professora doutora Maria Catarina Chitolina Zanini que me possibilitou conhecimento e acesso ao Necon – Núcleo de Estudos Contemporâneos, no qual com certeza, contribuiu muito para a minha formação.

Agradeço também a professora doutora Carmem Maria Andrade e a professora doutora Glaucia Vieira Ramos Konrad e, novamente a professora doutora Maria Catarina Chitolina Zanini por fazerem parte de minha banca e pelas sugestões que foram significativas para a finalização deste trabalho.

Agradeço aos professores Reginaldo Teixeira Perez, Gustavo André Avaline Müller, José Carlos Martines Belieiro Júnior e Maria Clara Mocellin, pelo prazer que me concederam de desfrutar de seus conhecimentos.

À Jane Santos da Silva, secretária do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, reconheço e agradeço o carinho e toda a retaguarda que me deu.

Por fim, não posso deixar de agradecer aos verdadeiros colegas e amigos (as) que estiveram ao meu lado nas horas mais precisadas e que me deram forças para prosseguir. Em especial, agradeço ao Antonio Augusto Durgante Berni, Tricia Andrade Cardoso, Rubia Machado de Oliveira, Rosana Vargas Fraga, Elisete Teresinha Felin, Lucinéia Inês Weber e todas as colegas que integraram e integram o Necon.

Um trem de ferro é uma coisa mecânica, mas atravessa a noite, a madrugada, o dia. Atravessou minha vida, virou só sentimento.

(Adélia Prado)

## **RESUMO**

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais  
Universidade Federal de Santa Maria

### **MULHERES POR TRÁS DOS TRILHOS: HISTÓRIA E ORALIDADE SOBRE EDUCAÇÃO, TRABALHO E POLÍTICA NAS FAMÍLIAS FERROVIÁRIAS DO RS**

AUTORA: JULIANA FRANCHI DA SILVA  
ORIENTADOR: JOÃO RODOLPHO AMARAL FLÔRES  
Data e local da Defesa: Santa Maria, 25 de abril de 2013.

As mulheres por muito tempo foram vistas como “seres” acessórios, secundários e inferiores no meio operário brasileiro e na sociedade como um todo. Esta dissertação se propõe a demonstrar que no meio operário ferroviário do Rio Grande do Sul elas obtiveram um espaço e uma visibilidade significativos no espectro social. Trabalho este que tem por objeto de estudo perscrutar as possíveis influências políticas e religiosas sobre as famílias no meio operário ferroviário do Rio Grande do Sul, como de modo particular foram o Positivismo, o Trabalhismo e a teologia Católica, no que tange às vivências sociais das mulheres enfocadas de modo especial nos seus cotidianos de trabalho e educação. Para a consecução da dissertação, propomos que a metodologia englobe contribuições da história oral, pois até bem pouco tempo a história das mulheres foi ignorada pelos historiadores e analistas sociais, em parte porque a vida delas, ligada ao lar ou ao trabalho desorganizado ou temporário, muito frequentemente transcorreu sem ser documentada. Por isso, a utilização de entrevistas com as colaboradoras, isto é, esposas e filhas de ferroviários são imprescindíveis para que se possam apontar os caminhos da presente pesquisa. Da mesma forma, o uso de bibliografias abalizadas e documentos empíricos significativos para o trato do objeto, considerando-se as referências de autores que estudaram a história da ferrovia e, outros, a história das mulheres. Suas vidas e participação na sociedade são marcadas por avanços e retrocessos. Apesar da educação proporcionada também atuar como uma espécie de manutenção da ordem no espaço doméstico, através dela foi possível a saída para o mundo do trabalho. Muitas transformações foram possibilitadas pelo impacto da escolaridade. Apesar do silêncio ou da invisibilidade sempre pesar mais fortemente sobre as mulheres, em razão da desigualdade dos sexos, não se pode dizer que elas não atuavam. Sendo, então, importante que essa pesquisa possa contribuir para a história das mulheres no mundo ferroviário. Enfim, a história continua a se fazer e as mulheres continuam a se libertar/emancipar.

**Palavras-chave:** Mulheres. História. Oralidade. Ferrovia. Educação. Política



## **ABSTRACT**

Master of Science Degree Dissertation  
Program of Masters Degree in Social Sciences  
Federal University of Santa Maria

### **WOMEN BEHIND THE RAILS: HISTORY AND ORALITY ABOUT EDUCATION, WORK IS POLITICAL IN THE RAIL FAMILIES OF RS**

**AUTHOR: JULIANA FRANCHI OF SILVA**  
**ADVISOR: JOÃO RODOLPHO AMARAL FLÔRES**  
Date and place of the Defense: Santa Maria, April 25, 2013.

The women for a long time were seen as "beings" accessory, secondary and inferior in the Brazilian labor middle and in the society as a completely. This dissertation intends to demonstrate that in the rail labor middle of Rio Grande do Sul they obtained a space and a significant visibility in the social spectrum. This that has for study object to search the possible political and religious influences on the families in the middle labor railway man of Rio Grande do Sul work, as in a private way they were the Positivism, Trabalhism and the Catholic theology, with respect to the focused women's in a special way social existences in their daily of work and education. For the attainment of the dissertation, we propose that the methodology includes contributions of the oral history, because until very little time the women's history was ignored by the historians and social analysts, partly because her life, linked to the home or the disorganized work or temporary, very frequently it elapsed without being documented. Therefore, the use of interviews with the collaborators, that is, wives and railway man daughters are indispensable so that she can point roads of the present researches. Of the same form, the use of distinguished bibliographies and significant empiric documents for the treatment of the object, being considered the authors' references that studied the history of the railroad and, other, the women's history. Their lives and participation in the society are marked by progresses and retreats. In spite of the education also provided to act as a type of maintenance of the order in the domestic space, through her it was possible the exit for the world of the work. A lot of transformations were made possible by the impact of the education. In spite of the silence or of the invisibility always to weigh more strongly on the women, in reason of the inequality of the sexes, she is not able to say that they didn't act. Being, then, important that research can contribute to the women's history in the rail world. Finally, the history continues the if to do and the women continue the if release/emancipate.

**Key-words:** Women. History. Orality. Railroad. Education. Political.

## **LISTA DE SIGLAS**

**CEPAL** – Comissão Econômica para a América Latina

**COMAP** – Comissão Municipal de Preços de Santa Maria

**COOPFER** – Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul

**MUF** - Movimento Unificador Ferroviário

**PTB** - Partido Trabalhista Brasileiro

**SAPS** - Serviço de Alimentação da Previdência Social

**UFG** - União dos Ferroviários Gaúchos

**VFRGS** – Viação Férrea do Rio Grande do Sul

**RFFSA** – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima

## LISTA DE COLABORADORAS (ES)

A.T.F. Santa Maria/RS, março de 2010.  
C.A.S. Santa Maria/RS, abril de 2010.  
C.B.M. Santa Maria/RS, maio de 2010.  
C.M. Santa Maria /RS, julho de 2010.  
D.S.S. Santa Maria/RS, março de 2010.  
D.S.F. Santa Maria/RS, março de 2010.  
D.G.N. Santa Maria/RS, março de 2010.  
E.R.F. Santa Maria/RS, março de 2010.  
F.M. Santa Maria/RS, abril de 2010.  
F.H.L. Santa Maria/RS, abril de 2010.  
I.L.L. Santa Maria/RS, abril de 2010.  
I.G.S. Santa Maria/RS, maio de 2010.  
I.S.F. Santa Maria/RS, maio de 2010.  
J.C.M. Santa Maria/RS, julho de 2010.  
J.E.H.L. Santa Maria/RS, abril, 2010.  
J.S. Santa Maria/RS, maio de 2010.  
J.S.C. Santa Maria/RS, março de 2010/12.  
L.K.A. Santa Maria/RS, abril de 2010.  
L.C.G.A. Santa Maria/RS, abril de 2010.  
L.N.M. Santa Maria/RS, março de 2010.  
M.E.R.D. Santa Maria/RS, abril de 2010.  
M.I.M. Santa Maria/RS, abril de 2010.  
N.M.C. Santa Maria/RS, maio de 2010.  
R.M. Santa Maria/RS, outubro de 2010.  
S.S. Mata/RS, abril de 2010.  
S.R.J. Santa Maria/RS, abril de 2010/12.  
V.K.O. Santa Maria/RS, abril de 2010.  
V. F. S. Mata/RS, fevereiro de 2012.  
V.M.M.S. Santa Maria/RS, outubro de 2010/12.  
Z.T.P.C. Santa Maria/RS, abril de 2010/12.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>8</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>9</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1. CONSIDERAÇÕES SOBRE HISTÓRIA DAS MULHERES NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.....</b>	<b>21</b>
<b>1.1 As mulheres no mundo do trabalho.....</b>	<b>21</b>
<b>1.2 As mulheres na política.....</b>	<b>38</b>
<b>1.3 As desigualdades de gênero e os espaços ‘público’ e ‘privado’ .....</b>	<b>41</b>
<b>2. A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES NA FERROVIA.....</b>	<b>49</b>
<b>2.1 Os silêncios descobertos.....</b>	<b>49</b>
<b>2.2 A atuação pública das mulheres de famílias ferroviárias.....</b>	<b>75</b>
<b>2.3 As influências políticas sobre as famílias ferroviárias.....</b>	<b>84</b>
<b>3. A EDUCAÇÃO FEMININA PROPICIADORA DA EMANCIPAÇÃO DA MULHER AO MUNDO DO TRABALHO NA FERROVIA.....</b>	<b>96</b>
<b>3.1 A Cooperativa de Consumo dos Ferroviários (COOPFER) e a educação da família ferroviária.....</b>	<b>96</b>
<b>3.1.1 A atuação dos Irmãos Maristas nas escolas ferroviárias.....</b>	<b>100</b>
<b>3.2 A escola feminina Santa Terezinha da cidade de Santa Maria – RS.....</b>	<b>105</b>
<b>3.2.1 Registros médicos das alunas.....</b>	<b>118</b>
<b>3.2.2 Regras de disciplina e comportamento na Escola Santa Terezinha.....</b>	<b>120</b>
<b>3.2.3 Formação e Congressos Pedagógicos .....</b>	<b>124</b>
<b>3.3 Onde estão as mulheres hoje?.....</b>	<b>127</b>

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>131</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>135</b>

## INTRODUÇÃO

As mulheres por muito tempo foram vistas como “seres” acessórios, secundários e inferiores no meio operário brasileiro e na sociedade como um todo. Por isso, esta dissertação se propõe a demonstrar que no meio operário ferroviário do Rio Grande do Sul elas obtiveram um espaço e uma visibilidade significativos no espectro social. Trabalho este que tem por objeto de estudo perscrutar as possíveis influências políticas e religiosas sobre as famílias no meio operário ferroviário do Rio Grande do Sul, como de modo particular foram o Positivismo, o Trabalhismo e a Teologia Católica<sup>1</sup>, no que tange às vivências sociais das mulheres enfocadas de modo especial nos seus cotidianos de trabalho e educação.

Aponta-se a atuação decisiva das mulheres, muitas vezes “por trás dos trilhos”, como companheiras, filhas ou mesmo trabalhadoras ferroviárias, no período entre 1920 a 1990, época em que a Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) esteve sob a administração do governo do estado do Rio Grande do Sul e como autarquia federal (RFFSA). Neste contexto temporal se tem alguns pontos cruciais que dizem respeito às mulheres a serem abordados: as escolas de alfabetização; as escolas de ensino de “artes e ofícios”; a formação de magistério; as influências religiosas; as formas de atuação na empresa e nos diferentes modos de trabalho; e também os cenários políticos do país que afetavam o cotidiano da empresa. Lembrando que neste período, especialmente nos anos do pós 1960, muitas das colaboradoras entrevistadas trabalharam na ferrovia ou tiveram experiências familiares ligadas a trabalhadores ferroviários.

O estudo do objeto permite verificar como as dimensões ideológicas do Positivismo, que foi amplamente absorvido pelas elites rio-grandenses no século XX e suas decorrências para a construção das bases do “trabalhismo brasileiro”, este uma mescla de elementos políticos do próprio positivismo, do trabalhismo inglês e do catolicismo, repercutira no mundo do trabalho ferroviário, com suas marcas decisivas na formação educacional das famílias desse segmento operário.

Com o propósito de contextualizar tal mundo do trabalho, como aporte necessário à compreensão do objeto, a pesquisa tem como objetivos descrever

---

<sup>1</sup> De modo específico as influências da Congregação dos Irmãos Maristas que atuaram junto à Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (COOPFER).

como as mulheres aparecem no mundo do trabalho; compreender as influências ideológicas do Positivismo e do Trabalhismo, o primeiro de base Comtiana e o segundo de base Pasqualinista e Getulista no meio operário ferroviário do Rio Grande do Sul; identificar vivências de cotidiano social e político das famílias ferroviárias; verificar nos processos formativos de educação estas possíveis influências ideológicas, com destaque à Teologia Marista, lembrando que foram riquíssimas as experiências e práticas educacionais entre os ferroviários gaúchos no período a ser focalizado.

Pelo acúmulo de pesquisas e estudos já realizados ao longo da graduação é que surgiu a motivação para continuar explorando o objeto referente às influências políticas e religiosas sobre as famílias no meio operário ferroviário do Rio Grande do Sul, em especial perante as mulheres através da educação e nas suas tarefas de trabalho, doméstico e profissional. Isso decorre das motivações dos trabalhadores desse setor da infraestrutura dos transportes, que sempre priorizaram nas suas formas de organização a alfabetização e os estudos complementares de primeiras séries, bem como o ensino técnico-profissional para si e seus familiares. Objeto este também importante no campo da política, pois não se tem estudos pormenorizados referentes a ele, isto é, famílias e mulheres, mas é plenamente conhecida a influência que o positivismo-trabalhismo teve no meio ferroviário do Rio Grande do Sul, a se considerar as esferas envolvidas: governos do Rio Grande do Sul; direções da VFRGS; trabalhadores ferroviários. O que nos leva a refletir sobre o alcance disso na formação educacional desses trabalhadores e suas famílias, em especial junto às mulheres. Lembrando que a operacionalização prática de tais influências se deu pelo trabalho de uma pedagogia católica, através dos Maristas no meio desses trabalhadores<sup>2</sup>. E, como novidade nas análises histórica e política acrescentam-se neste trabalho inúmeras contribuições orais de personagens diretamente envolvidos no cotidiano de trabalho e das vivências familiares dos trabalhadores ferroviários gaúchos.

Para as mulheres que pertenceram ao mundo da ferrovia, a mudança que lhes foi possível se deu através da educação. Através dela, adotariam outros papéis, isto é, além de mães, elas teriam acesso ao trabalho, poderiam ser professoras e desenvolver artes manuais, mantendo, assim, os valores morais da ordem no interior

---

<sup>2</sup> Secundariamente pelas irmãs Franciscanas, como aquelas que atuaram na Escola Santa Terezinha.

da família ferroviária. Ou ir adiante, inclusive com maior atuação política nos cenários laborais ou societários. Isso fez uma diferença fundamental na consolidação da moderna sociedade sul rio-grandense urbanizada.

No Rio Grande do Sul, como já muito bem explanado em diferentes estudos, o dirigismo político estatal se utilizou dos pressupostos da modernidade positivista e os adequou aos interesses específicos e as condições locais dos grupos partidários, que geriram o estado até meados de 1950. Sendo que isso implicou no traçado de políticas públicas centradas numa perspectiva de racionalização moralizadora, que transformou a unidade federativa em agente social, político e cultural. No âmbito da educação esta ação esteve ligada à formação do cidadão e foi responsável em grande parte pelo processo de produção da força de trabalho na ferrovia, com destaque à junção da formação moral com a religiosa e a técnica, primordialmente ao sexo masculino e secundariamente ao feminino.

Tendo em vista uma ideologia dominante através do discurso científico que age na prática social para reproduzir valores da sociedade, torna-se importante observar como esse discurso moralizador e autoritário influenciou na vida das mulheres e na manutenção de poder e produtividade da família ferroviária. A pesquisa, então, se propõe a responder a seguinte questão: É possível detectar elementos políticos e religiosos do Positivismo e do Trabalhismo, bem como da teologia Católica, através da Congregação Marista, que influíram decisivamente no cotidiano das vivências das famílias ferroviárias do Rio Grande do Sul, no período de 1920 a 1990, e de modo especial na formação educacional das mulheres?

Considerando o problema de pesquisa apontado acima, elencam-se as seguintes hipóteses: a) as mulheres não sofreram influências decisivas em suas vidas através dos ensinamentos religiosos protagonizados via educação elementar e complementar; b) as concepções políticas positivistas influíram no trabalho e na família destas mulheres, em especial na identidade de uma família trabalhadora e ordeira.

Para a consecução da dissertação propomos que a metodologia englobe contribuições da história oral, pois até bem pouco tempo a história das mulheres foi ignorada pelos historiadores e analistas sociais, em parte porque a vida delas, ligada ao lar ou ao trabalho desorganizado ou temporário, muito frequentemente transcorreu sem ser documentada. Por isso, a utilização de entrevistas com as colaboradoras, isto é, esposas e filhas de ferroviários são imprescindíveis para que



se possam apontar caminhos da presente pesquisa. Da mesma forma, o uso de bibliografias abalizadas e documentos empíricos significativos para o trato do objeto, considerando-se as referências de autores que estudaram a história da ferrovia e, outros, a história das mulheres. Dentre eles, citam-se três considerados mais relevantes: Flôres, que se propôs em suas obras resgatar os elementos característicos da ferrovia, bem como da profissão ferroviária, analisando elementos da cultura mutualista e cooperativista dos trabalhadores ferroviários; Possas, que em sua análise trata do espaço dos trens e trilhos focalizando as experiências sociais das mulheres; e, por fim, Perrot, responsável por uma extensa produção intelectual, na qual procura dar a dimensão da ação das mulheres no passado, a evolução de seu *status* e as lutas para conquistar sua independência na sociedade.

A história das mulheres muito frequentemente transcorreu sem ser documentada<sup>3</sup>. No entanto, estudos recentes e o levantamento de documentação empírica, inclusive materiais iconográficos e filmes, apontam sobre a necessidade de terem outra visibilidade, o mesmo valendo para suas inserções laborais ou familiares no meio operário do trabalho e/ou familiar<sup>4</sup>. Tal visibilidade pode ser percebida nesses materiais em termos de suas vivências no mercado de trabalho, na família, nos meios de organização comunitária e também nas suas participações políticas sindicais, associativas e partidárias, já no início do século XX.

Cabe enfatizar que por meio de conversas com um colaborador da Associação Ferroviária foi possível obter o contato com duas mulheres e, após isso, as mesmas foram informando sobre outras. Foram entrevistadas (os) um total de 30 colaboradoras (es) em faixa etária de 50 a 85 anos. Estas pessoas antes de residir definitivamente em Santa Maria RS, moravam em outras cidades do Estado do RS e, algumas trabalharam na ferrovia. Muitas dessas mulheres eram de cidades diversas como Uruguaiana, Porto Alegre, Cacequi, Santiago, Santa Maria, Dilermando de Aguiar dentre outras, e suas etnias variadas, com destaque para as

---

<sup>3</sup> De acordo com Thompson (1992).

<sup>4</sup> Entre outros autores destacamos FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.) (**A formação das tradições.1889-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (As esquerdas no Brasil, v.1); PESAVENTO, Sandra Jathay (**A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988); PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LUCAS, M. Elizabeth (**Antologia do movimento operário gaúcho. 1870-1937**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/Tchê, 1992); PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael H. (**A Classe Operária no Brasil - Documentos (1889-1930)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. Volume 1 - O Movimento Operário).

que se declararam descendentes de espanhóis, italianos, negros, alemães e gentios.

Através do método analítico-indutivo serão considerados os dados e informações históricas levantadas sobre o tema e interpretadas as várias percepções – políticas, sociológicas, econômicas e antropológicas – constantes nos mesmos, inclusive materiais dos depoimentos orais, considerando-se a observação e registro de fatos, suas derivações e contrastações empíricas, e por fim a verificação. A metodologia buscará prospectar esses vários dados, por meio de elementos empíricos e científicos, para interpretá-los a “luz” das teorias atuais.

A pesquisa será descritiva e de caráter qualitativo, considerando-se igualmente a análise de discurso<sup>5</sup>, a partir da consulta de livros, teses e artigos científicos. E, complementada, por documentos e entrevistas orais, estas fundamentais porque envolvem personagens ou testemunhas de muitos acontecimentos de famílias e mulheres do contexto em estudo.

A história oral, levantada através da técnica de entrevistas com as colaboradoras, isto é, as mulheres que vivenciaram o mundo da ferrovia, permitirá que possamos estabelecer diálogos, assimétricos, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. Com as colaboradoras, isto é, esposas e filhas de ferroviários tornou-se imprescindível esta técnica para que se possam esclarecer pontos sombreados de estudos até aqui realizados, já que as mulheres eram, até então, “invisíveis” no meio operário ferroviário e sua história sempre é contada por vozes masculinas. Desse modo, a entrevista será individual e não totalmente estruturada, isto é, semiestruturada de modo mais espontâneo, sem que estejam sujeitas a um modelo pré-estabelecido de interrogação.

Atualmente, a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A história oral possibilita novas versões da história, ao dar voz para múltiplos e diferentes narradores e,

---

<sup>5</sup> Segundo Orlandi (2009, p.15-16), na análise de discurso busca-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. Essa análise trabalha com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade.

também, é um instrumento de mudança capaz de colaborar na construção de uma sociedade mais justa<sup>6</sup>. Sabe-se que existe uma persistente “história oficial” com manuais e datas importantes, mas também há outra história, a de cada um, aquela construída ao longo da vida, a partir de um cotidiano que apesar de corriqueiro é sempre relevante<sup>7</sup>.

Desse modo, a pesquisa valer-se-á desses instrumentos para que assim se possa definir melhor o problema, isto é, proporcionar as chamadas intuições de solução, descrever comportamentos de fenômenos, definir e classificar fatos e variáveis. Não atinge ainda o nível da explicação nem o da predição, encontrados nas pesquisas puras ou teóricas, nem o do diagnóstico e/ou solução adequada do problema, deparados nas pesquisas aplicadas, mas preocupa-se em proporcionar uma nova visão do problema.

Afora a presente Introdução, a pesquisa se apresenta estruturada em outras quatro seções. Na primeira seção intitulada “Considerações sobre história das mulheres na primeira metade do século XX” propomos retomar o processo da inserção da mulher no mundo do trabalho a partir da Revolução Industrial perpassando a política, gênero e sua presença nos espaços privado e público. Na sessão seguinte denominada “A (in)visibilidade das mulheres na ferrovia” temos por pretensão mostrar elementos da (in) visibilidade das mulheres na ferrovia através de entrevistas com esposas e filhas de ferroviários, quando se demonstra os aspectos cotidianos do rompimento do silêncio no mundo em que vivenciaram, o da ferrovia. Buscou-se mostrar seus sentimentos em relação ao seu cotidiano, ao trabalho que desempenhavam, a vida em família, a participação em movimentos grevistas, a educação, a violência, as festividades, o futebol, enfim, o saudosismo que toma conta de seus corações, dentre outros fatos e memórias. Além disso, a influência política nas famílias ferroviárias, os pressupostos da modernidade positivista e a continuidade de tal ideal, se percebe através do surgimento do trabalhismo, doutrina política nacional que fortalecia ainda mais os ideais de proteção à família e ao trabalho, com maior ênfase à educação. Já, a terceira seção intitulada “A educação feminina propiciadora da emancipação da mulher ao mundo do trabalho na ferrovia”, procuramos demonstrar que as mulheres que pertenceram ao mundo da ferrovia através da educação, principalmente aquelas que estudaram na escola Santa

---

<sup>6</sup> Conforme THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

<sup>7</sup> De acordo com Bosi (2003).

Terezinha da cidade de Santa Maria, RS, alcançaram sua libertação, isto é, mesmo que carregadas de valores, passaram a serem donas de seus destinos indo ao mundo do trabalho. Por fim, na quinta seção será apresentada as Considerações Finais.

Entendemos, por fim, como relevante o presente objeto, à luz de uma interpretação atual, como prática acadêmica de uma proposta para dissertação de mestrado, ao trazermos a contribuição de uma história das mulheres, com seus envolvimento sociais, culturais e políticos, a partir de suas próprias percepções de gênero na sociedade brasileira, num meio profissional típico, do qual resultaram tantas repercussões na sociedade rio-grandense. Sabemos hoje que elas foram fundamentais no sucesso ou na estabilidade profissional de seus companheiros como trabalhadores da ferrovia, e daí trilharam novos papéis, além de donas de casa, passando a ter vida pública como estudantes, sindicalistas, partidárias, professoras e mesmo atuando como “profissionais liberais”, em diversas profissões, graças às oportunidades que alcançaram de formação educacional ao longo dos anos até metade do século passado. Portanto, consideramos ser este um estudo de significação no contexto das Ciências Sociais, através da pesquisa histórica e das interpretações sociológicas e políticas sobre o objeto de pesquisa em questão.

# **1 CONSIDERAÇÕES SOBRE HISTÓRIA DAS MULHERES NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**

Pretende-se neste capítulo fazer considerações generalizadas sobre a inserção da mulher no mundo do trabalho público que teve seu início com a Revolução Industrial, ou ainda, para alguns estudiosos, surgiu como um produto da mesma. Junto a isso, fazer algumas asserções sobre política, gênero e sua presença nos espaços públicos e privados o que possibilitará adentrar na pesquisa propriamente dita, cujo 'tempo' de análise engloba diretamente cinco décadas do século XX no Brasil.

## **1.1 As mulheres no mundo do trabalho**

Não é novidade que as mulheres desde os primórdios da civilização sempre exerceram atividades laborais, no entanto, não eram reconhecidas. Foi a partir do contexto da Revolução Industrial que a mulher passou a fazer parte do mundo do trabalho e começou a aumentar cada vez mais sua participação pública, o que trouxe consequências no que se refere a serem exploradas e subjugadas pelo capital. Com certeza, ocorreu uma conquista da mulher pelo ingresso do trabalho feminino no espaço produtivo, mas também, o capitalismo ampliou a exploração da força de trabalho através do universo do trabalho feminino. Com o capitalismo, as mulheres se tornaram duplamente úteis, como trabalhadoras e como mães e esposas, isto é, pelo trabalho na produção e pelo trabalho na reprodução (criando valores de troca e criando trabalhadores).

Com o processo da Revolução Industrial a presença feminina se ampliou intensamente, suprimindo as necessidades que eram decorrências das transformações do mundo produtivo.

Tornando-se supérflua a força muscular, a maquinaria, permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros mais flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista ao empregar a maquinaria foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de

substituir trabalho e trabalhadores, transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de idade ou sexo, sob o domínio direto do capital. O trabalho obrigatório para o capital tomou o lugar dos folguedos infantis e do trabalho livre realizado em casa, para a própria família, dentro de limites estabelecidos pelo costume. [...] Lançando à máquina todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, repartindo o valor da força de trabalho do homem adulto pela família inteira (MARX, 1984, p.71).

Para o autor acima dois fatores seriam responsáveis pela incorporação maciça de mão de obra feminina à indústria moderna. Em primeiro lugar, o processo de trabalho, comandado pela máquina, dispensou a força muscular e tornou a mulher adequada ao universo da produção social. Em segundo lugar, a organização do novo processo de trabalho desqualificou, reduzindo as tarefas a um mesmo nível, o conjunto dos trabalhadores.

Outro ponto que contribuiu para a entrada da mulher na indústria foi o fato do trabalhador estar revoltado com a máquina, rebelando-se contra o capital. A mulher, por sua vez, submissa ao homem, seria bem mais fácil de ser controlada. Segundo Marx (1984), com a mulher trabalhando nas fábricas aumentava as doenças. As mulheres adoeciam e havia um alto índice de mortalidade infantil. Isso se deve a ocupação extradomiciliar das mães e ao descuido e maus tratos das crianças daí decorrentes, dentre outras coisas, alimentação inadequada, falta de alimentação, etc. além de um comportamento “antinatural” ao tratar seus filhos, com envenenamentos e esfomeação propositais. Na realidade, ocorria uma espécie de “desamor” da mãe diante do filho, um distanciamento devido ao trabalho.

A divisão sexual<sup>8</sup> do trabalho também foi utilizada pelo capitalismo para incentivar a competição entre os trabalhadores, rebaixando os salários em decorrência do ingresso da força de trabalho feminina, incorporada a classe trabalhadora com salários ainda mais baixos.

---

<sup>8</sup> Segundo Cattani (2002, p.82), a divisão sexual do trabalho é a separação e distribuição das atividades de produção e reprodução social, de acordo com o sexo dos indivíduos. É uma das formas mais simples e recorrentes de divisão social do trabalho. Qualquer sociedade tem definida, com mais ou menos uma rigidez e exclusividade, a esfera de atividades que comportam trabalhos e tarefas considerados apropriados para um ou outro sexo. De modo geral, a esfera feminina situa-se no mundo doméstico privado, da produção de valores de uso para o consumo do grupo familiar, da reprodução da espécie e do cuidado das crianças, dos velhos e dos incapazes, enquanto que as atividades de produção social e de direção da sociedade, desempenhadas no espaço público, são atribuições masculinas. Essa divisão do trabalho diferencia-se em decorrência da posição dos indivíduos na estrutura social e política da sociedade.

Pode-se observar que a divisão sexual do trabalho se encontrava presente não apenas na relação de produção e reprodução, mas também na relação de gênero.

A grande maioria dos homens, centrando sua visão sobre a mulher como sua concorrente real no mercado de trabalho, deixa de perceber a situação feminina, e a sua própria, como determinadas pela totalidade histórica na qual ambos estão inseridos. Deixando-se mistificar pelo prestígio que lhe é conferido se obtiver pelo seu trabalho remuneração suficiente para permitir-lhe manter a esposa afastada das funções produtivas, não percebe que a mulher não ativa economicamente pode significar uma ameaça ao seu emprego enquanto trabalhadora potencial e que o trabalho não pago que ela desenvolve no lar contribui para a manutenção da força de trabalho tanto masculina quanto feminina, diminuindo, para as empresas capitalistas, o ônus do salário mínimo de subsistência cujo capital deve pagar pelo emprego da força de trabalho. Em outros termos, sendo incapaz de analisar, a situação da mulher como determinada pela configuração histórico-social capitalista, não percorrendo a atuação das estruturas parciais mediadoras na totalidade, abstrai não apenas a mulher, mas também a si próprio da conjuntura alienante que o envolve. Para a visão globalizadora, libertar a mulher de sua alienação é, ao mesmo tempo, libertar o homem de seus fetiches (SAFFIOTI *apud* NOGUEIRA, 2003, p.251).

A mulher trabalhadora alcançou notável superioridade durante o século XIX. Sua existência é muito anterior ao advento do capitalismo industrial. Ela ganhava seu sustento como trabalhadora da fiação, modista, cervejeira, polidora de metais, produzia botões, passadeira, cuidava de crianças, vendedora, criada nas cidades e no campo, tanto na Europa como nos Estados Unidos. Porém no século XIX é que se passou a descrever e a documentar a mulher com um pouco mais de atenção.

A mulher operária surge como um produto da Revolução Industrial, não apenas devido à mecanização ter possibilitado trabalhos a elas que antes não existia (em algumas regiões), mas porque o seu transcurso se transformou em uma figura problemática e visível.

*La visibilidad de la mujer trabajadora fue una consecuencia del hecho de que se la percibiera como problema, como un problema que se describía como nuevo y que había que resolver sin dilación. Este problema implicaba el verdadero significado de la feminidad y la compatibilidad entre feminidad y trabajo asalariado, y se planteó en términos morales y categoriales. Ya se trataba de una obrera en una gran fábrica, de una costurera pobre o de una impresora emancipada; ya se la describiera como joven, soltera, madre, viuda entrada en años, esposa de un trabajador en paro o hábil artesana; ya se la considerara el ejemplo extremo de las tendencias destructivas del capitalismo o de la prueba de sus potencialidades progresistas, en todos los casos la cuestión que la mujer trabajadora planteaba era la siguiente: ¿ debe una mujer trabajar por una remuneración? ¿ cómo influía el trabajo asalariado en el cuerpo de la mujer y en la capacidad de ésta para cumplir funciones maternas y familiares? ¿ Qué clase de trabajo era idóneo para una mujer? (SCOTT, 2000, p. 427-28).*

A maioria dos debates do século XIX versava sobre a história causal implícita em torno da Revolução Industrial. Esta história localizava a fonte do problema das mulheres trabalhadoras e a substituição da produção doméstica pela produção fabril. Ainda de acordo com Scott (2000), a separação entre a casa e o trabalho, é mais que um reflexo de um processo objetivo de desenvolvimento histórico, mas foi uma contribuição a esse desenvolvimento.

Durante o período pré-industrial, a maior parte das mulheres trabalhadoras eram jovens e solteiras e, em geral, trabalhavam longe de suas casas. Mesmo assim, as mulheres casadas formavam uma parte ativa da força de trabalho, em seu caso a situação do trabalho - um sítio, uma loja, uma oficina, a rua e suas próprias casas – era variável e o tempo que investiam em tarefas domésticas dependia das pressões do trabalho e as circunstâncias econômicas da família<sup>9</sup>. Sendo que essa descrição também caracteriza o período de industrialização do século XX.

Desse modo, mesmo que no passado a força de trabalho feminina estivesse formada em sua imensa maioria, por mulheres jovens e solteiras, tanto no campo mais tradicional do serviço doméstico como na nova área emergente da manufatura têxtil, na maioria dos países ocidentais em vias de industrialização, o serviço doméstico superou o têxtil em qualidade de empregadas mulheres.

Conforme Scott (2000), se durante o século XVIII, o trabalho com agulhas foi sinônimo de mulher, no século XIX não houve grandes variações. Esse trabalho se estendeu na medida em que crescia a produção de vestimentas e se difundia o uso de sapatos de couro. As oficinas de roupas davam empregos às mulheres em diferentes níveis de habilidade e salários, sendo que a grande maioria do trabalho tinha um pagamento irregular e pobre. Nas décadas de 1930 e 1940, tanto na França como na Inglaterra, o trabalho para as costureiras (tanto em suas casas como nas oficinas manufatureiras, onde os salários eram miseráveis e as condições de trabalho péssimas), aumentou graças ao enorme crescimento da indústria de roupas e confecções. Ainda durante o século XIX (anos 1950 na Inglaterra e anos 1980 na França), passou-se a produzir roupas em regime fabril, mas seguiram prevalecendo as oficinas manufatureiras.

Assim, as mulheres servem ao capital por meio de sua força de trabalho. No decorrer do tempo vão reproduzindo uma nova geração de trabalhadores, que

---

<sup>9</sup> De acordo com Scott (2000).



através do trabalho criam possibilidade de mais apropriação de riquezas para os capitalistas.

Na última década do século XIX, junto com isenções fiscais para a produção doméstica, aumentou o interesse do empregador por uma oferta de mão de obra barata e não regulamentada. O trabalho a domicílio alcançou seu ponto máximo em 1901, na Grã-Bretanha, e em 1906, na França, mas isso não quer dizer que a partir daí houve uma declinação permanente. Muitas cidades do século XX, inclusive hoje em dia, empregam mulheres para o trabalho parcial no negócio da vestimenta (confecção).

Entretanto, a indústria da vestimenta oferece um exemplo da continuação das práticas do passado e também exemplos de “colarinho branco”<sup>10</sup> preservam certas características decisivas do trabalho das mulheres. Trata-se de empregos que surgem nos finais do século XIX nos setores em expansão do comércio e dos serviços. Estes empregos implicavam novos tipos de tarefas e desenvolvimento de outras habilidades que se adquiriram no serviço doméstico, porém absorviam a mesma classe de mulheres que haviam constituído tipicamente a força de trabalho feminina, as mulheres jovens e solteiras. As oficinas governamentais, empresas e companhias de seguros contratavam secretárias, datilógrafas e ‘arquivadoras’, as oficinas de correios preferiram mulheres para a venda de selos, as companhias de telefone e telégrafo empregavam operadoras, as lojas e os armazéns empregavam vendedoras, os hospitais recentemente organizados contratavam enfermeiras e as escolas buscavam mestras. Os empregadores em geral, estipulavam uma idade limite para suas trabalhadoras e às vezes, punham obstáculos quanto ao matrimônio, na qual mantinham uma mão de obra mais homogênea<sup>11</sup>.

No decorrer do século XIX se produziu um deslocamento de vasto alcance do serviço doméstico aos empregos de “colarinho branco”. Entretanto, a continuidade não significa negar a mudança. O enorme deslocamento do serviço doméstico ao trabalho de empregadas abre oportunidades profissionais às mulheres da classe média, grupo relativamente novo na força de trabalho.

---

<sup>10</sup> De acordo com Velho (1989) os *white collar* ou colarinho branco são a chamada classe média que se refere as pessoas que trabalham como funcionários públicos, bancários, empregados de escritório, vendedores, professores, profissionais liberais, etc.

<sup>11</sup> De acordo com a obra de Perrot e Duby em *Historia de las mujeres en Occidente*, 2000.

As mulheres se associavam a força de trabalho barata, porém nem todo trabalho desse tipo se considerava adequado às mulheres. Elas eram consideradas apropriadas para o trabalho nas fábricas têxteis, de vestimentas, calçados, tabaco, alimentos e couro. Era raro encontrá-las na mineração, na construção, na manufatura mecânica ou nos estaleiros, mesmo quando nestes setores havia falta de mão de obra conhecida como não qualificada.

Entretanto, com a industrialização capitalista havia mulheres que trabalhavam nas minas onde a disciplina era rígida.

As mulheres empregadas nas minas trabalhavam de 14 a 16 horas por dia, despidas até a cintura, ao lado de homens e executando o trabalho de homem. Casos havia de mulheres que saíam das minas para ter filho e voltavam dias depois de terem dado à luz. Existem muitos relatos das condições de trabalho incrivelmente cruéis e desumanas das mulheres daquela época (...) (HUNT, 2005, p.63-64).

Segundo Scott (2000) consta existir diversas opiniões sobre o trabalho apropriado para as mulheres, sendo que as opiniões se formaram em diferentes épocas e distintos contextos, sempre sem exceção, em matéria de emprego entravam em consideração o sexo. O trabalho para o qual as mulheres se empregavam era definido como “trabalho de mulheres”, algo adequado as suas capacidades físicas e a seus níveis inatos de produtividade. Este discurso produzia divisão sexual no mercado de trabalho e concentrava as mulheres em certos empregos e não em outros, sempre no último degrau de qualquer hierarquia ocupacional, uma vez que fixava seus salários a níveis inferiores ou de uma mera subsistência.

O trabalho feminino pode ser caracterizado em termos de conceito, de mercado de trabalho secundário, basicamente sob o argumento de que os salários femininos são mais baixos que os masculinos e que existem evidências de segmentação ocupacional entre trabalhadores e trabalhadoras. Certas ocupações têm sido geralmente restritas a homens; outras a mulheres. Salários no segmento feminino são usualmente mais baixos que nas ocupações masculinas comparáveis; ocupações femininas frequentemente requerem e encorajam uma mentalidade servil - uma orientação a prover serviços a outras pessoas e particularmente a homens<sup>12</sup>.

No que se refere à legislação protetora das mulheres, desde as primeiras leis fabris aos movimentos internacionais de fins do século XIX, afirma a representação das mulheres como inevitavelmente dependentes e as mulheres assalariadas como

---

<sup>12</sup> Conforme Barron e Norris *apud* Pena (1981).

um grupo insólito e vulnerável, necessariamente limitado a certos tipos de empregos. Neste vasto coro de acordos, as vozes dissidentes de algumas feministas, líderes trabalhadoras e socialistas experimentaram grandes dificuldades para fazer-se ouvir.

A economia política foi um dos terrenos onde se originou o discurso sobre a divisão sexual do trabalho. Os economistas políticos do século XIX popularizaram e desenvolveram as teorias de seus antecessores do século XVIII. Os economistas políticos ampliavam a todas as mulheres uma mesma suposição acerca do salário das mulheres. Para eles, não importava o estado civil, as mulheres dependiam dos homens por natureza. Alguns teóricos sugeriram que os salários das mulheres deviam cobrir seus custos de subsistência, outros sustentavam que tal coisa seria impossível.

Por exemplo, de acordo com o economista político Jean Baptiste Say<sup>13</sup>, os salários das mulheres deveriam cair sempre para abaixo do nível de subsistência, devido a disponibilidade para apoiar no sustento familiar e não necessitavam viver de seus salários. Assim sendo, as mulheres solteiras que dependiam apenas de seu salário para o sustento de suas famílias, seriam irremediavelmente pobres. De acordo com seus cálculos, os salários dos homens eram primordiais para as famílias, pois cobriam os custos da reprodução<sup>14</sup>.

Nesta teoria, de acordo com Scott (2000), o salário do trabalhador possuía um duplo sentido. Por um lado, ele compensava a prestação de sua força de trabalho e ao mesmo tempo outorgava o *status* de criador de valor na família. Devido ao salário do pai incluir a subsistência da família, esse salário era o único que importava. Na atividade doméstica, nem o trabalho remunerado da mãe era visível nem significativo. Disso se seguia que as mulheres não produziam valor econômico de interesse. O trabalho que realizavam em casa não era levado em conta nas análises de reprodução da geração seguinte e seus salários eram descritos sempre como insuficientes, inclusive para sua própria subsistência. A descrição que a economia política fazia das leis sobre salários femininos criava um tipo de lógica circular, em que os salários baixos eram uma vez causa e prova do fato de que as mulheres eram menos produtivas do que os homens. Por um lado, os

---

<sup>13</sup> Conforme Hunt em História do pensamento econômico, 2005.

<sup>14</sup> Segundo Scott (2000), a reprodução não possui significado biológico. Para Say, reprodução e produção são sinônimos, pois ambos se referem a atividade que introduz valor nas coisas, que transformava a matéria natural em produtos com valor socialmente reconhecidos.

salários das mulheres davam por suposto a menor produtividade destas; por outro lado, os baixos salários<sup>15</sup> das mulheres se consideravam como demonstração de que não podiam trabalhar tanto como os homens.

Segundo Marx (1984), a força de trabalho feminina é comprada abaixo de seu valor, apesar de teoricamente o valor ser o mesmo para todos os trabalhadores submetidos as mesmas condições de existência, mas na prática a força de trabalho se apresenta com diferentes valores de troca. Essas diferenças se devem a fatores como treinamento, idade ou sexo. Uma das vantagens que o capital encontra no emprego de todos os membros da família é que o valor da força de trabalho é depreciado, na medida em que os custos de reprodução são compartilhados pela família, o que permite a intensificação dos níveis de exploração.

Ao propor leis diferentes sobre salários, sistemas distintos para calcular o preço da força de trabalho, os economistas distinguiram a força de trabalho segundo o sexo, o que explicaram em termos de divisão sexual funcional do trabalho. Além disso, ao invocar dois conjuntos de leis naturais - a do mercado e a da biologia - para explicar as diferentes situações de homens e mulheres, ofereciam uma grande legitimação às práticas predominantes. A maioria das críticas ao capitalismo e a situação da mulher trabalhadora aceitavam a inevitabilidade das leis dos economistas e propunham reformas que deixavam intactas tais leis. Porém, havia feministas que exigiam que as mulheres tivessem acesso a todos os empregos e que se pagassem os salários iguais aos dos homens, a maioria dos reformadores sustentavam que não devia se exigir que as mulheres trabalhassem.

*A finales del siglo XIX, en Inglaterra, Francia Y Estados Unidos, esto implicaba pedir a los empleadores que pusieran en práctica el ideal del "salario familiar", el salario suficiente para mantener mujer e hijos en el hogar. La exigencia del "salario familiar" aceptaba como inevitable la mayor productividad e independencia de los varones, así como la menor productividad y la necesaria dependencia de las mujeres respecto de aquéllos. La asociación entre mujeres y mano de obra barata era más firme aún a finales del siglo XIX. Ya una de las prácticas de un heterogéneo grupo de agentes, en un fenómeno social todavía más visible (SCOTT, 2000, p. 443-44).*

A maior parte dos empregadores desenvolveu uma variedade de estratégias para cortar os custos laborais. Instalaram máquinas, dividiram e simplificaram as tarefas no processo de produção, baixaram o nível de habilidade (educação e experiência) requerida para seu trabalho, intensificaram o ritmo de produção e

---

<sup>15</sup> Interessante lembrar que no século XX Henry Ford defendeu a ideia em suas fábricas de que as mulheres deveriam receber salários menores que o dos homens.

reduziram os salários. Isso nem sempre implicava a incorporação de mulheres, pois havia muitos trabalhos que se tornavam inadequados para elas e outros em que a resistência dos trabalhadores masculinos tornava impensável sua contratação. No entanto, a tendência de cortar custos laborais nem sempre conduziu à feminização do trabalho, a contratação de mulheres necessariamente significava que os empregadores estavam procurando economizar dinheiro.

No caso do estado brasileiro, o Rio Grande do Sul, Pesavento (1988) diz que o desenvolvimento industrial se deu pela progressiva tecnificação de algumas empresas líderes que se impuseram no mercado e se tornaram responsáveis pelo dinamismo no setor, embora prevalecessem as pequenas unidades manufatureiras caracterizadas pela precária tecnologia e pelo reduzido emprego de força-trabalho. Desse modo, o taylorismo foi, portanto, um dos caminhos pelos quais a burguesia constituiu a sua dominação sobre as classes trabalhadoras e sobre toda a sociedade.

[...] O que importa é resgatar, em termos de realidade rio-grandense, a aplicabilidade de seus princípios, norteando a vida na fábrica e projetando-se para fora dela. Por outro lado, quando se afirma a influência taylorista nos meios empresariais no Rio Grande do Sul, não se quer assinalar apenas a presença de um vago “espírito taylorista” entre a burguesia, estando todo o esforço de afirmação do capital sobre o trabalho de alguma forma imbuído daqueles princípios. É possível afirmar que a liderança empresarial gaúcha conhecia as teses e os métodos de Taylor, como se observa nas revistas que representavam o pensamento desta fração da burguesia, em uma série de artigos assinados pelos próprios empresários ou, mais comumente, por seus prepostos, os intelectuais a serviço das diretrizes de um “pensamento industrial” que se afirmava (PESAVENTO, 1988, p.23).

Nesse contexto em que a autora se refere, as mulheres aparecem nas fábricas do RS e com a utilização da maquinaria se tem alguns aspectos que foram até enumerados em artigos de 1921, a exemplo do “Almanaque do Comércio”. Nesse material continha as vantagens da máquina no seguinte aspecto: que diminuiria a fadiga do homem; faziam certos trabalhos que o homem não poderia realizar; aproveitavam o trabalho das mulheres e das crianças; tinham a faculdade de reproduzir ao infinito certa produção sobre um mesmo modelo; trabalhavam mais rapidamente sem se cansar.

Para Pesavento (1988) é possível constatar a preocupação em divulgar uma visão otimista e benéfica da introdução da tecnologia no processo produtivo e as alterações, também positivas, sobre o trabalhador. Sendo que, a preocupação taylorista com as técnicas de racionalização do trabalho operário e com a

organização da produção mecanizada se encontrava de forma explícita no discurso industrial dos periódicos da década de 1920.

No novo espaço industrial, o parcelamento do trabalho leva o operário a perder o controle do processo produtivo, distanciando-o do produto final. Em suma, o trabalhador é despojado de um saber técnico característico do ofício artesanal, face ao seu enquadramento às novas condições.

Segundo Pesavento (1988), o processo de desqualificação do trabalho permitiu a incorporação pelas empresas de mão de obra de mais baixa remuneração, como mulheres e crianças. Na medida em que as tarefas eram subdivididas progressivamente e decompostas em atividades mais simples, tornando sem valor a virtualidade técnica do artesão que operava até então nas unidades manufactureiras. Este novo contingente de força-trabalho passou a integrar o corpo de operários nas empresas.

Estas diferentes categorias de operários no interior da empresa – homens e mulheres, adultos e crianças, qualificados e desqualificados – proporcionavam diferenças salariais significativas. Segundo o relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito de Porto Alegre, em 1918 os 24 operários da serraria de Fortunato Travi, de Porto Alegre, recebiam de 2\$000 a 6\$000 diários; os 39 operários da cervejaria Ritter oscilavam entre uma remuneração diária de 2\$000 e 17\$000; Damiani & Irmão, fábrica de massas, ocupava 5 operários com 110\$000 mensais e 2 a 90\$000; na fábrica de vidros Sulbrasileira, de 60 operários, 25 ganhavam 3\$000 diários e os demais variavam de 5\$000 a 20\$000; na saboaria Progresso, de Campani Irmãos, entre 10 trabalhadores, os salários distribuía-se da seguinte maneira: um a 120\$000, um outro a 180\$000, 5 a 5\$500 e 2 a 3\$000. Tais diferenças devem ser atribuídas às distintas habilitações ou tarefas desempenhadas pela mão de obra em cada empresa, bem como as diferenças de sexo e idade. [...] Os mais baixos salários recebiam as costureiras e peões. [...] as moças e senhoras que trabalhavam como lustradeiras ganhavam de 1\$000 a 6\$000 por dia, conforme a prática, enquanto que as empalheiras, que trabalhavam em suas residências e recebiam por peça, ganhavam uma média diária de 2\$000 (PESAVENTO, 1988, p.37-38).

A autora se refere ao poder disciplinar que se exerce na empresa, coibindo comportamentos indesejáveis à produção e premiando a dedicação ao trabalho, é fundamental para o estabelecimento de relações de dominação e, conseqüentemente, de poder que se instalam na fábrica. A organização do trabalho visa formar quadros de operários dóceis, ajustados às condições do espaço fabril. O claro resultado de tais procedimentos é anular as condições de contestação da massa operária e assim reduzir o seu potencial político.

A ordem que reina é quase escolar, os operários estão silenciosos, trabalhando contentes em espaços arejados e iluminados. Entretanto, a história do processo de industrialização no Rio Grande do Sul é toda ela

partilhada por greves, tumultos, reivindicações operárias, contradizendo aquela aparência de tranquilidade na fábrica (PESAVENTO, 1988, p.40).

Ao reduzir o potencial político, o 'capital' dita as leis. E as descrições do processo de trabalho nas empresas são reproduzidas nos jornais operários. A autora se refere a Fábrica de Meias, em que na indústria 3 quartas partes do pessoal era feminino, havendo cerca de 25 crianças de 7 a 10 anos de idade. As mulheres e as crianças, como era de praxe, ganhavam uma diária mesquinha. As repassadeiras (que se encarregavam de revisar as meias) às vezes não chegavam a ganhar 3\$000 semanalmente, mas eram obrigadas a ir todos os dias à fábrica. Do reduzidíssimo salário ainda havia o desconto das 'multas' pelas atribulações do trabalho<sup>16</sup>.

[...] é possível observar a grande diferença salarial entre remuneração dos operários adultos e a dos menores de 14 anos, bem como a distância entre o salário dos trabalhadores e o das trabalhadoras. Por outro lado, observa-se também que o setor mais tecnificado – o têxtil – não é o que possui o salário médio mais alto. Este fica por conta do setor metalúrgico, no qual, como se pôde ver, prevaleciam as pequenas unidades de produção frente a um reduzido grupo de grandes empresas (PESAVENTO, 1988, p.48).

Enfim, se deram as combinações realizadas no interior da empresa, cuja modernização se apoiava tanto no prolongamento da jornada de trabalho do operário e no emprego de mão de obra barata (mulheres e crianças), quanto na introdução de tecnologia superior.

Quanto aos sindicatos, por meio de suas práticas e suas políticas se pode perceber a manutenção da divisão sexual do trabalho. Na maior parte, os sindicatos masculinos tratavam de proteger seus empregos e seus salários mantendo as mulheres à margem de suas organizações, e no longo prazo, também do mercado de trabalho. Estas entidades, em sua grande maioria, aceitaram a inevitabilidade do fato de que os salários femininos eram mais baixos que o dos homens e, em consequência, tratavam as mulheres trabalhadoras mais como uma ameaça do que potenciais aliadas. Justificavam seus intentos de excluir as mulheres de seus respectivos quadros com o argumento de que, em termos gerais, a estrutura física das mulheres determinava seu destino social como mãe e dona de casa e que, portanto, não podia ser uma trabalhadora produtiva e nem uma boa sindicalista.

Os sindicatos que aceitavam mulheres como filiadas eram os sindicatos formados pelas próprias trabalhadoras. Isto ocorreu principalmente na indústria têxtil, a de vestimenta, a de tabaco e de calçado, onde as mulheres constituíram

---

<sup>16</sup> De acordo com Pesavento (1988).

uma parte importante da força de trabalho. Em algumas áreas, as mulheres eram ativas nos sindicatos locais; em outras, formavam organizações sindicais nacionais de mulheres e recrutavam trabalhadoras de um amplo espectro de ocupações. Como exemplo dessa participação das mulheres pode-se falar na Liga Sindical Britânica de Mulheres, criada em 1889, e que fundou em 1906 a Federação Nacional de Mulheres Trabalhadoras, a qual em vésperas da Primeira Guerra Mundial contava com aproximadamente 20.000 filiadas.

No caso dos sindicatos mistos, as mulheres assinalavam sempre um papel decididamente subordinado. Nem todas essas associações seguiam o exemplo das associações de trabalhadores do norte da França, que no período de 1870 a 1880 exigiam autorização escrita de seus maridos e de seus pais às mulheres que desejavam falar nos comícios, porém, muitas associações apoiavam a tese de que o papel da mulher consistia em seguir um líder masculino. No entanto, com o passar do tempo essa definição foi desafiada.

De acordo com Scott (2000), as mulheres quando argumentavam em favor de sua representação, justificavam suas reivindicações evocando as contradições da ideologia sindical, que por um lado, reclamava a igualdade para todos os trabalhadores e, por outro lado, a proteção da vida familiar e a domesticidade da classe trabalhadora contra as devastações do capitalismo. Desse modo, emanado por essa oposição entre trabalho e família, entre homens e mulheres, o argumento a favor de igual *status* para as mulheres trabalhadoras resultava em dificuldades de sustentar como de levar à prática. Paradoxalmente, tornava-se mais difícil ainda quando as estratégias sindicais tratavam de excluir as mulheres e ao mesmo tempo sustentavam o princípio de “igual pagamento para igual trabalho”.

O requerimento de um salário familiar foi cada vez mais decisivo nas políticas sindicais durante o século XIX. Inclusive por nunca ter sido posto integralmente em prática, fazendo com que as mulheres casadas seguissem buscando emprego. A esposa que não trabalhava se converteu ao ideal de respeitabilidade da classe trabalhadora, enquanto das filhas se esperava que trabalhassem e contribuíssem com os gastos da casa até o matrimônio. Seu *status* como trabalhadora era visto como um recurso de curto prazo, não como uma identidade duradoura, mesmo que, como sucedia com muitas mulheres, que passavam a maior parte da vida trabalhando por um salário.

Entretanto:



*La consecuencia de ello fue que maternidad y domesticidad resultaron sinónimos de feminidad, y que estas tareas se consideraran identidades exclusivas y primarias, que explicaban (más bien que derivaban de) las oportunidades y los salarios de las mujeres en el mercado laboral. La mujer trabajadora se convirtió en una categoría aparte, más a menudo en un problema a enfrentar que en un electorado a organizar. Encerradas en trabajos de mujeres, agrupadas separadamente en sindicatos femeninos, la situación de las mujeres se convirtió en una demostración más la necesidad de reconocer y restaurar las diferencias naturales entre los sexos. Y así quedó institucionalizada – a través de la retórica, las políticas y las prácticas de los sindicatos – una concepción de la división sexual del trabajo que contraponía producción y reproducción, hombres y mujeres (SCOTT, 2000, p. 453-54).*

Os sindicatos eram submetidos ao Estado, sendo que no decorrer do século XIX, os Estado Unidos e os Estados do ocidente europeu passaram a intervir cada vez mais para regular as práticas de emprego pelos empresários de fábricas. Os legisladores responderam à pressão dos diversos distritos eleitorais que por diferentes razões procuraram reformar as condições de trabalho. E a maior atenção foi dada as mulheres e as crianças. No passado, ambos os grupos haviam trabalhado por longuíssimas jornadas e passou a haver uma preocupação com sua exploração que esteve relacionada com o sistema fabril. Para os reformadores, não houve muitas dificuldades em intervir, pois as mulheres e crianças não eram consideradas cidadãos e nem tinham acesso direto ao poder político, eram consideradas vulneráveis<sup>17</sup> e dependentes, conseqüentemente, com necessidade de proteção.

A legislação proposta era muito limitada, tratava acerca das mulheres e crianças em termos gerais. As leis que reduziam a jornada de trabalho e proibiam por completo o trabalho noturno das mulheres só foram aplicadas ao trabalho fabril e às atividades com predomínio masculino. Foram excluídas muitas áreas de trabalho, entre elas, a agricultura, o serviço doméstico, os estabelecimentos menores, lojas familiares e oficinas domésticas. Estas áreas constituíam as principais fontes de trabalho para as mulheres. Por exemplo, na França, três quartas partes do total de mulheres trabalhadoras não estavam cobertas pela legislação. Na Alemanha, França, Inglaterra, Holanda e Estados Unidos após a aprovação das leis protetoras proliferou o trabalho domiciliar das mulheres.

---

<sup>17</sup> A vulnerabilidade das mulheres era descrita de muitas maneiras: ela era mais débil que os homens, por isso, não deviam trabalhar tantas horas; o trabalho pervertia os órgãos reprodutores e afetava a capacidade das mulheres para procriar e criar filhos saudáveis; o emprego a distraía de seus afazeres domésticos; os empregos noturnos as expunham ao perigo sexual nas oficinas, assim como o caminho que fazia ao local de trabalho; trabalhar junto com os homens e sob a supervisão masculina entranhava a possibilidade de corrupção moral.

No emprego industrial, as leis intensificaram a separação entre trabalhadores e trabalhadoras com o objetivo de satisfazer a necessidade de turnos de diferente duração, separando assim, o trabalho diurno do noturno. Essas distinções justificavam as diferenças de remuneração e a significação de características, qualidades e *status* característicos a homens e mulheres.

No entanto, pode-se observar que desde os fins do século XIX as mulheres travam uma luta constante por direitos políticos e sociais, por cidadania e por bem estar, por igualdade em todos os setores da sociedade. Elas sempre estiveram extremamente unidas; os movimentos das mulheres se centraram em interesses e necessidades da classe baixa e na pobreza feminina. Muitas mulheres lutaram por sufrágio e plena cidadania, não só pela igualdade formal como os homens, mas também com a finalidade de dar forma a políticas sociais que favoreceriam as mulheres.

De acordo com Hobsbawm (1989) na segunda metade do século XX, já não existe um só modelo de classe trabalhadora, como parecia haver no final do século XIX, com um só modelo de organização sindical e política. Há uma variedade de casos possíveis em contextos políticos também distintos.

Como exemplo da participação da mulher nos movimentos políticos, tem-se a Comuna de Paris, um dos acontecimentos que marcaram a participação de amplas massas femininas na vida política da França. Com a difusão de ideias socialistas, os clubes femininos e toda pressão que tinham sobre seus ombros fizeram com que lutassem pela República. As mulheres e os proletários uniram forças. Elas participaram intensivamente dos combates como enfermeiras, condutoras de ambulância e também participavam das lutas.

Se as mulheres de 1871 mostraram aos homens que tinham como eles, o direito de ser revolucionárias, também deixaram como experiência, a outras gerações que se seguiram, a ideia de que nada conseguiram de vantagens, em termos de igualdade dos sexos, dos grupos de vanguarda. Para as mulheres de 1871 ficou claro que a luta contra o inimigo de classes não significa, necessária e automaticamente, a emancipação de seu sexo. Foi o que elas sentiram profundamente, até mesmo no momento em que na França o socialismo, penetrando fundo na consciência do proletariado, oferecia à classe operária novas razões para lutar e esperar dias melhores. As mulheres começaram a entender que a sua libertação só poderia ser fruto de sua própria luta organizada (ALAMBERT, 1986, p.44).

A luta pelo direito ao voto, iniciada depois de 1848 nos EUA, na França e em outros países da Europa, foi a primeira luta específica que abrangeu mulheres de diferentes classes sociais. Foi uma luta bastante longa que requereu paciência e

muita capacidade de organização. Nos EUA e na Inglaterra prolongou-se por sete décadas.

Apesar de todos os problemas enfrentados, a organização de mulheres foi um dos grupos que mais avançou na construção de sua própria identidade. Os temas relativos aos direitos da mulher tiveram um grande avanço, desde a liberação sexual até o reconhecimento do direito de ser tratada como um ser único e não como uma parte do homem.

Mulheres que se casavam mais jovens e que estavam seguras que iriam casar, também ingressavam em maior número no ensino secundário e superior e no mercado de trabalho no século XX. A assistência à escola secundária disparou nos anos 1920 e 1930, até alcançar de 50% a 60% dos adolescentes entre as quais as meninas tiveram uma presença destacada. Inclusive a educação universitária, da qual até a última década do século XIX as mulheres foram excluídas, mas nos anos 20 do século passado eram quase a metade dos estudantes<sup>18</sup>.

Conforme Singer (1979) verificou-se no mercado de trabalho global, no final do século XIX, o fato de que a mulher com maior qualificação passou também a trabalhar em novas funções como a de professora, enfermeira e secretária. A competitividade do mercado de trabalho fez da busca por conhecimento um diferencial positivo para a mulher. Pode-se dizer que o nível educacional é uma variável muito importante na determinação do nível salarial da mulher, enquanto que para os homens são as variáveis estruturais como o tamanho do capital da empresa em que ele trabalha.

No que se refere à força de trabalho feminina,

*[..] la proporción de mujeres se mantuvo em alrededor de la cuarta parte entre 1910 y 1940, pero ascendió la edad media de las trabajadoras, pues las adolescentes asistían a la escuela, y se concentraron cada vez más en las áreas de oficina, gestión de empresas, ventas y profesiones liberales, donde resultaban más visibles para los comentaristas sociales que las trabajadoras de otrora en los sectores tradicionales del servicio doméstico, la agricultura y la producción fabril. Aunque los alarmistas se lamentaban de que el hecho de que las mujeres percibieran ingresos por su trabajo personal arruinaría las perspectivas de matrimonio, parece ser que ocurrió justamente lo contrario, puesto que ambos miembros de una pareja afianzada podían contribuir a ahorrar con vistas a adquirir una casa. La proporción de esposas que trabajaban se sextuplicó, y con la misma rapidez que la proporción de mujeres solteras (COTT, 2000, p.115).*

Foi constante o aumento do trabalho feminino. Em 1930, a proporção de mulheres trabalhando se duplicou. Foi notável o aumento no setor das oficinas,

---

<sup>18</sup> Conforme Singer (1979).

sendo que esse aumento aconteceu mais rápido do que nas outras ocupações. Quase a metade das mulheres trabalhadoras estavam casadas, divorciadas ou viúvas, responsáveis pelo sustento da casa e de seus filhos. Porém, a grande maioria com dupla jornada de trabalho eram trabalhadoras não qualificadas no serviço doméstico e pessoal, na agricultura e na manufatura.

Mas, somente após a Segunda Guerra Mundial é que foram criadas as condições objetivas e subjetivas para a evolução da questão feminina. Houve a participação efetiva da mulher na retaguarda. Ela trabalhava nas fábricas para produzir alimentos e materiais bélicos e também nas frentes de lutas. Na verdade, foi um acontecimento que teve enorme influência na maneira de viver, pensar e agir da mulher.

Entretanto, neste mesmo período desenvolveu-se rápido o capitalismo monopolista de Estado que também contribuiu para elevar as mulheres a níveis elevados de exploração. Passou-se a elevar o conceito de que o trabalho da mulher é um complemento do trabalho do homem, podendo assim, ser menos remunerado. Os homens sempre ganharam mais, mesmo se o trabalho fosse igual. Por exemplo, quando Ford aumentou o salário de suas fábricas, as mulheres foram excluídas. A alegação de Ford era que isso se devia ao fato das mulheres casarem-se.

A mulher continuou alojada em alguns setores da economia, como o terciário, e em profissões consideradas femininas como datilógrafas, professoras, nutricionistas, tecelãs, etc. Persistiu a recusa de se promover no emprego a mulher em igualdade de condições com o homem; não foram criados serviços sociais em número e qualidade suficientes (creches, centros pré-escolares, refeitórios nas empresas e nas escolas, centros sociais para idosos, casas confortáveis a preços acessíveis, terrenos para esportes, lavanderia pública, etc.); não se superou a dupla jornada de trabalho. Além do trabalho em casa a mulher continuou a enfrentar na fábrica os ritmos acelerados, os trabalhos monótonos e às vezes até investigação policial de sua vida pessoal, a vigilância entre companheiras de trabalho. As leis que devem proteger o trabalho feminino (licença-maternidade, estabilidade durante a gravidez e o parto) são burladas.

Na sua fase monopolista e como um instrumento de sua estratégia de longo prazo de preservar mercados e conquistar novos, o capital se impõe a necessidade de controle amplo sobre a organização de sua base técnica. A expropriação do conhecimento e do controle operário sobre o processo de trabalho são, de fato, as consequências históricas da hegemonia do capital

sobre sua base técnica. Mas a dinâmica dessa hegemonia implicou (implica) em confronto, luta, violência e negociação (PENA, 1981, p.53).

Também há outros fatores bastante consideráveis que foram possíveis com o avanço científico. Com esse avanço foi possível a produção da pílula anticoncepcional que permitiu que a mulher obtivesse controle da sua própria fecundidade; a automatização da produção que abandonou a força física e favoreceu a competição da mulher no mercado de trabalho; as transformações da igreja que passou a considerar a mulher um ser diferente, mas não inferior ao homem etc. Isso tudo contribuiu para levar as mulheres às atividades públicas, nos plano político, social e econômico.

Somente assim, a mulher começou a ganhar consciência real da contradição profunda entre a sua participação cada vez maior na vida social e sua existência privada tradicional, onde cada mudança para ocorrer tem que consumir décadas e séculos. Esta consciência revelou-se não só através da luta melhor organizada das mulheres em todo o mundo por sua libertação, apesar de sua aparência exterior de profunda anarquia: através do surgimento de um forte (embora profundamente diversificado) movimento feminista e da explosão de uma importante e marcante literatura feminista<sup>19</sup>.

Segundo Castells (1999), os movimentos feministas têm causado impacto profundo nas instituições da sociedade e, sobretudo, na conscientização das mulheres. Nos países industrializados, a maioria das mulheres considera-se igual ao homem, com direitos às mesmas prerrogativas e de controlar seus corpos e suas vidas. Tal conscientização está se difundindo mundialmente.

Pode-se dizer que "a revolução da mulher foi a mais importante revolução do século XX". As mulheres foram à luta pela ocupação de espaços, assumindo responsabilidades que eram exigidas ao "primeiro sexo". Elas tomaram lugares nas fábricas, universidades, escritórios, instituições públicas, dentre outros.

Para Ramos e Soares (1995), apesar de todos esses avanços, observa-se que a inserção da mulher no mercado de trabalho sob o modo de produção capitalista é um processo muito mais complicado que o do homem, porque o ciclo de vida ativa da mulher é mais incerto em função do casamento, fecundidade e família,

---

<sup>19</sup> Conforme Alambert (1986).

ou seja, o tempo da mulher está dividido em atividades domésticas, atividades no mercado de trabalho e lazer.

A entrada da mulher no mercado de trabalho destruiu a antiga imagem da sociedade tradicional, com a mulher no seu papel de esposa, mãe, administradora do lar, educadora dos filhos. Ocorreu então, uma verdadeira revolução no mercado de força de trabalho com a conseqüente mudança na composição da família.

Mas, mesmo assim a desvantagem feminina persiste em todas as sociedades. O homem de modo geral, ainda continua ausente na divisão das tarefas domésticas devido à mulher não ter conquistado uma equidade de gênero.

## 1.2 As mulheres na política

A exclusão das mulheres na política sempre foi muito severa, pois está ligada ao sexo. Entretanto, repensar a democracia é nela incluir também a diferença dos sexos. Na história formal brasileira, a mulher conquistou a cidadania política por meio do voto em 1932, mas sua presença como sujeito político, que reivindica autonomia individual e direitos iguais em vários âmbitos, somente emergiu com o movimento de mulheres com caráter feminista a partir dos anos de 1970. Isso se deveu ao apelo pelo voto feminino que teve início com o movimento sufragista inspirado nos Estados Unidos e Europa. As sufragistas dos anos 20 argumentavam que as mulheres já podiam votar em outros países e no Brasil, não poderia ser diferente.

A entrada das mulheres na política não é normal em nenhum lugar, quer se trate dos partidos, do legislativo ou do executivo. A política é uma profissão de homens, concebida e organizada no masculino. Em seus ritos, em seus ritmos, em seus horários, em suas formas de sociabilidade, em sua apresentação de si, que molda também a expectativa do público, eventualmente decepcionado por ser representado por uma mulher, porque tem a sensação de ser desvalorizado ou menos bem representado. Ainda que haja sobre este ponto uma considerável evolução das cabeças. A opinião corre mais do que os partidos, que continuam sendo a chave que abre as portas. Quanto ao executivo, as mulheres só têm acesso a ele de maneira marginal. De Gaulle não era partidário: “E por que não um ministério do tricô?”, replicava ele às críticas feitas sobre esse ponto (PERROT, 1998, p.129).

De acordo com Hahner (1978) o voto feminino era um movimento de classe média por direitos políticos, por uma reforma jurídica que garantisse o voto às

mulheres que alcançassem as mesmas qualificações que os homens. Muitas participantes do movimento eram graduadas em Direito. Entre as líderes sufragistas destacou-se Bertha Lutz, bióloga e advogada de São Paulo, primeira a alcançar posição de destaque no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Em 1918, Lutz principiou o movimento sufragista, mas o auge se deu em 1932, com a concessão do voto as mulheres.

No entanto, para a autora acima, com o voto, as mulheres não podiam ficar excluídas por muito tempo do processo político. E sua base doméstica estabelecida permaneceria firme, pois por hesitação ou indiferença, muitas mulheres não tentaram trilhar o longo caminho e direção à igualdade e a independência. Eventualmente, a obtenção do direito ao voto podia ameaçar certos aspectos das relações de gênero, mas nunca para as mulheres, as questões familiares deixaram de estar acima de todas as outras. Além disso, jamais foram preenchidas muitas das expectativas incluídas nas promessas de direito ao voto. Uma ditadura civil militar se instalou em 1964 e o Brasil começou lentamente a emergir desse período de exceção em que todos os direitos políticos foram suspensos, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Neste período então, o gênero voltou a servir de base para a mobilização política e social em grande escala no país onde pequenas organizações feministas voltariam a se formar e a desigualdade de gênero se tornaria um assunto sério de debate político.

O movimento feminista é responsável por mudanças, isto é, mudança de mentalidade que se processa na sociedade cotidianamente. Mudanças difíceis de ocorrer em alguns espaços, como o político, considerado o reduto masculino, onde os homens ainda dominam plenamente.

No que se refere ao feminismo, segundo Perrot (2007), ele deslanchou a partir dos anos 1970, principalmente com a presença das mulheres nas universidades. O feminismo defende o direito a independência, liberdade e instrução social. No sentido em que está escrita numa perspectiva igualitária, pois a história das mulheres pretende estar aberta a distintas interpretações. Propõe-se a fazer novas interrogações, pois há uma pluralidade de figuras e temas.

Há diferentes tipos de feminismo na França e em outros lugares. Há o feminismo da diferença, que insiste na alteridade das mulheres, muito ligado a questão do corpo. Há o feminismo mais universalista, que teme esse fechamento na tese da diferença. Ele está voltado para as possibilidades da democracia, portanto,

não quer para si o carimbo da contracultura. Agora o feminismo da diferença e mesmo a experiência cotidiana das mulheres podem servir de elementos para uma contracultura. Mas, deve-se encontrar uma terceira via, um feminismo de reconciliação, que seja ao mesmo tempo universal e alternativo<sup>20</sup>.

Muitos relatos dão conta de que apesar das mulheres serem juridicamente inferiores aos homens, na prática, ocupam a posição de sexo superior, é a ideia de que mulheres puxam os fios dos bastidores e os homens como marionetes se mexem na cena pública. Isso se deve ao papel que a mulher possui, exercendo o seu poder na família, na sociedade. As mulheres influenciam os homens em casa e estes mesmos homens vão atuar na cena pública<sup>21</sup>.

Perrot (1988) reflete sobre as fontes primárias de pesquisa histórica ao constatar poucos registros nos arquivos públicos, normalmente destinados a atos de administração e poder, quase exclusivamente dos grandes homens. Os arquivos familiares (as correspondências e diários íntimos), por sua vez, costumam ser alvos de destruições das histórias do cotidiano, das memórias e dos sentimentos das mulheres, sendo recentemente pouco valorizados. Então, a dificuldade de escrever uma história das mulheres deve-se, inicialmente, ao apagamento de seus traços, tanto públicos quanto privados.

Sendo assim, a mulher luta constantemente por um espaço igualitário na sociedade, pois as interdições políticas, culturais e sociais permanecem, principalmente quando se trata de isonomia do poder. Deve-se reconhecer que a mulher vem conquistando e firmando passos na participação do processo político do país, como legítimas representantes da sociedade brasileira, em defesa de projetos de democracia, na busca de igualdade e justiça.

No cenário político brasileiro apenas recentemente, nas últimas três décadas, elas alcançaram maior participação nos diferentes cenários municipais, estaduais e federal, tanto nos respectivos legislativos quanto nos executivos. Outrora, esta atuação ficou restrita aos interesses de família e às impossibilidades legais e de cidadania, a exemplo das exigências da alfabetização e as negativas de inserção em partidos políticos.

Em termos do Rio Grande do Sul, mesmo que tenha sido efetiva a participação de mulheres desde o início do século XX em movimentos

---

<sup>20</sup> Segundo Perrot (2008).

<sup>21</sup> Conforme Perrot, (2008).



reivindicatórios de classes e sindicatos, somente aparecerão as mulheres nas searas políticas com certo destaque a partir de 1945, especialmente atuando em ligas femininas e tendo participação em partidos políticos considerados de vanguarda progressista. Na prática, ‘faziam’ política com e pelos seus maridos, apoiando suas causas, e isso de modo especial era particularidade de movimentos de trabalhadores organizados, cujo maior exemplo foi o dos ferroviários gaúchos.

### **1.3 As desigualdades de gênero e os espaços “público” e “privado”**

Muitas são as impressões negativas, predominantes, da imagem da mulher na história ocidental, praticamente recorrentes até meados do século XX. Segundo Alambert (1986), alguns pensadores como Platão, em “A República”, V livro, desenhava a mulher como reencarnação dos homens covardes e injustos. Aristóteles, em “A História *Animalium*”, afirmava que a mulher é fêmea em virtude de certas características: é mais vulnerável à piedade, chora com mais facilidade, é mais afeita à inveja, à lamúria, à injúria, tem menos pudor e menos ambição, é menos digna de confiança, é mais encabulada. Os ideólogos burgueses destacaram sua inclinação natural para o lar e a educação das crianças. Nesse sentido, Rousseau passou a ver a mulher como destinada ao casamento e à maternidade. Kant a considerou pouco dotada intelectualmente, não caprichosa, indiscreta e moralmente fraca. Sua única força é (seria) o encanto. Sua virtude, portanto, é aparente e convencional. Já Schopenhauer colocou a mulher entre o homem e o animal, pois afirma que a mulher é uma armadilha da natureza e foi feita para enganar o homem, cegá-lo, fazê-lo sair de seu caminho e conduzi-lo ao casamento e à cópula. Nietzsche, no livro “Assim Falou Zaratustra”, afirma que a mulher é enigma e tudo tem a sua solução: a gravidez. Para ele, a mulher é para o homem o brinquedo mais perigoso. O homem deve ser educado para a guerra e a mulher para a recreação do guerreiro.

Essas são algumas características atribuídas à mulher, que reforçam a base da exclusão do feminino na sociedade e cuja reversão tem tomado longo tempo das feministas na sua busca por construir conceitos de equidade entre os dois sexos, e tentando, dessa forma, tirar a mulher do ambiente propenso à exclusão. Essa

iniciativa faz parte de uma guerra no campo das ideias que avança de forma heterogênea nas conjunturas sociais, econômicas, políticas e culturais em diversas partes do mundo.

Com o advento do capitalismo ao longo da Revolução Industrial, o capital se utilizou da mulher no mundo do trabalho. Isso trouxe diferentes significados, isto é, houve uma conquista da mulher pelo ingresso do trabalho feminino no espaço produtivo e, também, o capitalismo ampliou a exploração da força de trabalho através do universo do trabalho feminino. Isso mostra “como a dimensão de classe se articula com a dimensão de gênero, quando se pensa na exploração do trabalho pelo capital” (Nogueira, 2003, p.251).

O gênero apreende uma determinação genérica presente em todas as sociedades. Para Toledo (2005) o verdadeiro problema não está no gênero, mas nos seres humanos históricos; são as imagens e os papéis sociais construídos que fazem do homem um agente de opressão da mulher. E mais do que uma imagem da mulher como um ser frágil, incapaz de tomar decisões, fútil e emotiva, o maior problema hoje está na imagem do homem como macho, forte, corajoso, que não vacila, que não chora. Por contraposição, essa imagem do homem faz com que ele veja a mulher como seu oposto, seu contrário.

Essas imagens na qual a autora acima se refere não são construídas de modo aleatório, mas determinadas historicamente. Elas são construídas e difundidas pelas instituições sociais como a escola, o Estado, a Igreja, as Forças Armadas, os meios de comunicação – em função de determinados tipos de relação social e servem a um determinado modo de produção e distribuição – a forma de como se produz e se reproduz a sociedade.

No que se refere à desigualdade de gênero, ela não afeta somente as mulheres. De acordo com estudos do Banco Mundial (2000), essa desigualdade afeta também o bem estar social da sociedade como um todo. A desigualdade de gênero está presente em todos os países, desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos, apesar das particularidades e das diferentes formas que cada país trata da questão.

Assim, contemporaneamente, a questão de gênero é alvo de investigação nas diferentes áreas das ciências sociais. Para Soihet (1997) o gênero tem sido desde a década de 1970, o termo utilizado pelas feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A

palavra indica uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual. O gênero se torna um modo de indicar as construções sociais - a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. O gênero sublinha também o aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através de um estudo que os considere totalmente em separado. De acordo com Scott (1995, p.86):

[...] definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre mudanças nas representações de poder, mas a mudança não é unidirecional.

As relações entre homens e mulheres, ao longo dos séculos, mantêm caráter excludente. A condição de inferior tem sido reproduzida pela maioria dos formadores de opinião e dos que ocupam as esferas de poder na sociedade. Mead (1980) critica o conceito de que a submissão feminina é algo natural, ela busca em seus estudos as raízes da opressão feminina. Para ela, os papéis sexuais são estabelecidos pela cultura, pelas práticas cotidianas dos povos e pelas necessidades econômicas de sobrevivência.

No entanto, o gênero não está limitado somente às diferenças entre sexo feminino ou masculino. Ela é uma construção social em que cada indivíduo assume um papel de acordo com sua própria cultura. De acordo com Geertz (1989), a cultura pode ser definida como uma teia de significados tecida pelos próprios homens. Cada sociedade define os papéis dos homens e das mulheres. A cultura é o elemento diferenciador. Essas diferenças implicam em variações de tempos, métodos, conflitos, oportunidades e desenvolvimento para que cada país possa alcançar o equilíbrio entre os sexos.

Em todos os campos são marcantes os avanços das mulheres. Elas vivem uma história de lutas e conquistas no qual os seus movimentos em cada momento possuem feições próprias. Há inúmeros fatos e eventos marcantes que contribuíram para as mulheres escreverem sua história. Até hoje as mulheres lutam pela conquista de uma situação social equitativa. Entretanto, o caminho ainda a ser percorrido é longo, para serem superadas a discriminação e a exclusão histórica que muitas mulheres continuam submetidas.

Elas ainda sofrem os efeitos de uma educação discriminatória; desempenham não raro trabalho igual ao do homem recebendo menor remuneração; são minoria na política partidária e nos espaços de poder e, decisão; enfrentam muitas vezes a dupla jornada de trabalho, acumulando funções profissionais e de cuidado da casa e dos outros (pai, marido, filhos, crianças, idosos e doentes), no geral sem a contrapartida masculina; e ainda estão sujeitas a vários tipos de violência doméstica e de gênero (SOIHET, 1997, p.51).

Portanto, a desigualdade de gênero não é algo exclusivo de nenhum povo ou nação e pode ser manifestado tanto no mundo desenvolvido quanto em desenvolvimento, fazendo parte do universo feminino.

No entanto, ao olhar atentamente para a história das mulheres<sup>22</sup>, até recentemente, elas não tinham direito a vida pública e isso impossibilitava o acesso aos negócios, aos cargos políticos e de direção, à cultura e à educação, como também o desfrute de determinados espaços de lazer ou prazer, pelo menos não nas mesmas condições que o sexo masculino.

Recolhidos no mundo privado e submetidos à esfera da necessidade, lugar privilegiado da violência, onde se trava a luta pela sobrevivência biológica imediata, as mulheres e os escravos não participavam da polis grega e, de certo modo, respeitando-se as diferenças, o mesmo sucede com as “minorias” e outros milhões de excluídos em nosso mundo ainda hoje. Embora tenhamos aprendido a ler a divisão das esferas da vida social e sexual com as lentes masculinas, elitistas e brancas do século XIX, que definiu o espaço privado como o lugar natural das mulheres, enquanto o público caberia aos homens [...] (RAGO, 2004, p. 34).

Ao se tratar das mulheres no sul do Brasil, encontram-se diferentes perfis femininos nos diversos períodos históricos: mulheres oriundas de etnias e diferentes classes sociais. Sendo que, no caso do Rio Grande do Sul:

Diferentemente do contexto nacional da Proclamação da República, no qual predominaram as ideias liberais, no Rio Grande do Sul prevaleceram as ideias positivistas de Auguste Comte, influenciando os governantes e a intelectualidade local por várias décadas. A predominância das ideias positivistas significou a repetição, nessa região dos mesmos discursos homogeneizadores dos papéis femininos: identificou a mulher como tendo uma natureza complementar a do homem, apresentando uma diferença que justificava sua educação específica. Mesmo assim, significaram um certo avanço, pois recomendavam a educação das mulheres, já que como mães eram responsáveis pela construção do homem de amanhã – coisa rara até então (PEDRO, 2004, p.298).

---

<sup>22</sup> O desenvolvimento da história das mulheres foi estimulado pela Escola dos *Annales*, surgida em 1929, com sua ênfase no cotidiano e história da vida privada, bem como pela História Social, no interesse em recuperar o passado de grupos excluídos. A Escola dos *Annales* apesar de não incorporar de imediato uma historiografia social das mulheres abriu espaço para ela, na medida em que questionava uma história estática, que se dizia universal.

A mulher ficava confinada ao espaço privado considerado lugar sagrado e formador de novos seres humanos. De acordo com as ideias positivistas, a mulher ideal era a filha obediente, esposa dedicada, mãe exemplar e quando a mulher era pobre, trabalhadora virtuosa. Desse modo todas as campanhas que havia voltavam-se para a construção da figura do pai, esposo e trabalhador, o qual viveria ao lado de uma mãe, esposa e dona de casa.

Aparentemente, o período posterior à proclamação da República foi também de intensa vigilância sobre o comportamento das mulheres, especialmente das pertencentes às camadas populares, das quais ficava difícil exigir apenas a restrição aos papéis de esposa, mãe e dona de casa. O fantasma da prostituição era utilizado com frequência, para lembrar-lhes de que não deveriam fugir à conduta que delas era esperada (PEDRO, 2004, p. 304).

Havia uma vigilância para separar as moças honestas das “perdidas”. Sendo que, a imagem das prostitutas tornou-se referência de como as mulheres não deveriam ser. Então, os “fantasmas” das prostitutas serviam para regularizar comportamentos. Segundo Hahner (1978) era na reclusão do lar que a mulher devia ser adorada. Ela servia como uma espécie de sacerdotisa da família, velando pela vida dos membros da família, do berço ao túmulo. O pedestal em que a mulher foi colocada foi um dos pilares do positivismo ortodoxo no Brasil. Os positivistas elevaram a mulher por meio do que poderia ser considerada a transfiguração do culto da Virgem. A feminilidade como um todo devia ser adorada e colocada a salvo de um mundo perverso.

A importância das classes não deve ser subestimada no estudo da mulher. De acordo com a autora acima referida, a honra feminina se relaciona intimamente com a honra familiar e, ambas se conectam com a hierarquia social. Na colônia, o papel da vida das mulheres sofreu influências estrangeiras. Com a chegada da família real, as mulheres da elite seguiram as modas europeias, saindo para festividades e teatros. As mulheres nas metrópoles seguiam uma vida menos restrita do que aquelas que viviam nas cidades pequenas. No Rio de Janeiro as moças ricas recebiam poucos anos de fina educação e se casavam cedo. Já as mulheres da classe baixa sofreram outros estímulos estrangeiros. Em fins do século XIX se tem o movimento trabalhista dominado por anarquistas europeus e socialistas nacionais e estrangeiros. Havia participação feminista nesse movimento que preocupava os membros da elite governante. As mulheres eram empregadas em número crescente nas indústrias brasileiras que se desenvolviam, principalmente as têxteis. Muitas

mulheres eram estrangeiras (imigrantes italianas) em São Paulo e Rio de Janeiro. Seus salários estavam abaixo dos vencimentos dos homens. Elas eram mais lentas quanto à organização do que os homens. Recebiam os piores tratamentos nas fábricas e sujeitas a abusos e exploração sexual por parte dos patrões.

As influências estrangeiras afetaram também as atividades das sufragistas do século XX, pois o movimento recebia inspiração dos EUA e Europa. O voto feminino foi um movimento da classe média por direitos políticos e por uma reforma jurídica que permitiu o voto às mulheres que alcançassem as mesmas qualificações que os homens. Para Hahner (1978), nunca houve a tentativa de revolucionar o papel da mulher na sociedade. Tal como as mulheres dos movimentos trabalhistas dos primeiros anos do século XX, as sufragistas foram ignoradas pela historiografia brasileira.

A partir da metade do século XX algumas mulheres reivindicavam melhorias em sua situação social, econômica, jurídica e política e exerciam pressão em favor das mudanças. No entanto, as mudanças nos papéis e atividades das mulheres ocorreram mais rápidas nas áreas urbanas do que nas rurais, pois as mulheres das classes média e alta das cidades puderam dispor, cada vez mais, de oportunidade de emprego e educação.

Há também uma variedade de representações da mulher na sociedade, isto é, como deusa, mãe, bruxas, a fim de analisar as permanências e as transformações. Existe um excesso de discurso sobre as mulheres, imagens literárias ou plásticas, na maioria das vezes obra dos homens, mas ignora-se quase sempre o que as mulheres pensavam a respeito, como elas as viam ou sentiam.

Outro ponto a ser destacado é a avalanche de imagens das mulheres. As mulheres são descritas e representadas desde o princípio dos tempos. Os muros e paredes da cidade são saturados de imagens de mulheres, assim como nas telas dos artistas. Mas, deve-se observar o que realmente elas dizem sobre suas vidas e seus desejos. “Essas imagens trazem principalmente o imaginário dos homens” (Perrot, 2007, p.25). Portanto, beleza e sensualidade retratadas como sinal de desejo masculino e, menos reconhecimento sobre a vida das mulheres e a importância das suas representações na sociedade.

Quanto ao corpo, não é o corpo imóvel, mas o corpo na história em confronto com as mudanças do tempo, pois o corpo tem uma história física, estética, política, ideal e material da qual os historiadores tomam consciência progressivamente. E a

diferença dos sexos que marca os corpos ocupa uma posição central nessa história. Não é a mesma coisa ser uma moça, ou um rapaz, na Idade Média ou no século XXI.

Influenciada por Michel Foucault<sup>23</sup>, Perrot (1988) apresenta uma nova análise das relações de poder, procurando superar a visão de vitimização das mulheres. Para ela:

As relações da mulher com o poder inscrevem-se no jogo de palavras. Poder, como muitos outros, é um termo polissêmico. No singular ele tem uma conotação política e designa basicamente a figura central cardeal do Estado, que comumente se supõe masculina. No plural, ele se estilhaça em fragmentos múltiplos, equivalente a influências difusas e periféricas, onde as mulheres têm sua grande parcela. Se elas não têm o poder, as mulheres têm, diz-se poderes. No ocidente contemporâneo, elas investem no privado, no familiar e mesmo no social, na sociedade civil. Reinam no imaginário dos homens, preenchem suas noites e ocupam seus sonhos (PERROT, 1988, p.167).

Portanto, no decorrer dos estudos acerca das mulheres se observam os diferentes momentos históricos e as disputas cotidianas que marcam as vivências femininas. E assim, as mulheres vão resistindo e vão adentrando no espaço público. No cenário das relações sociais e laborais do meio ferroviário brasileiro tal situação também esteve presente, especialmente na primeira metade do século XX.

Na redução de nossa análise ao objeto de pesquisa que abarca elementos da realidade laboral ferroviária do Rio Grande do Sul até meados do século XX, as mulheres, em princípio, também tiveram suas vivências relegadas às sombras, visto que no mundo do trabalho da ferrovia tiveram participação menor. No entanto, quando buscamos entender determinadas situações profissionais, organizativas - mutuais e cooperativistas - bem como as familiares, vamos encontrar inúmeras outras vivências das mulheres como esposas, filhas, parentes e mesmo como trabalhadoras ligadas a uma grande rede de serviços do meio ferroviário, os quais atendiam a grandes parcelas da população do Rio Grande do Sul.

Sendo assim, vamos perceber muitos aspectos sociais, políticos, culturais e laborais que demarcam uma história significativa destas mulheres, que ao fazerem parte do contexto do mundo do trabalho ferroviário brasileiro, e particularmente do

---

<sup>23</sup> Foucault (1979) rompe com as concepções clássicas de o termo poder. Para ele, o poder não pode ser localizado em uma instituição ou no Estado, o que tornaria impossível a "tomada de poder" proposta pelos marxistas. O poder não é algo que o indivíduo cede a um soberano (concepção contratual jurídico-política), mas sim como uma relação de forças. Ao ser relação, poder está em todas as partes, uma pessoa está atravessada por relações de poder, não pode ser considerada independente delas. O poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades.

Rio Grande do Sul, obtiveram a visibilidade social que outros setores de trabalhadores assalariados não conseguiram projetar.



## **2 A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES NA FERROVIA**

Neste capítulo pretende-se dar visibilidade a algumas mulheres dentre as (os) 30 colaboradoras (es) entrevistadas (os) entre os anos de 2010 e 2012, as quais tiveram ligação com o mundo da ferrovia. Foi por meio de informações coletadas nas entrevistas que se procurou demonstrar os aspectos cotidianos do rompimento do silêncio no mundo em que vivenciaram. Busca-se mostrar seus sentimentos em relação ao seu cotidiano, ao trabalho que desempenharam, a vida em família, a participação em movimentos grevistas, a educação que lhes foi possibilitada ou não, a violência sofrida, as festividades, o futebol, enfim, o saudosismo que toma conta de seus corações, dentre outros fatos e memórias. Sendo que, também se torna relevante mostrar a influência política sobre as famílias ferroviárias, pois no Estado do Rio Grande do Sul são evidentes os pressupostos da modernidade positivista e percebe-se a continuidade desse ideal pelo surgimento do Trabalhismo, doutrina política nacional que fortalecia ainda mais os ideais de proteção à família e ao trabalho, com maior ênfase à educação.

### **2.1 Os silêncios descobertos**

Num primeiro momento falar em trens, vagões, trilhos e dormentes, isto é, no mundo da ferrovia, parece não haver papéis femininos, mas somente masculinos. Parece impossível a visibilidade feminina. As mulheres parecem estar invisíveis neste mundo de valores masculinos. A história é contada sempre por vozes masculinas. Não se tem muitos dados formais, porém, sabe-se que as mulheres sempre estiveram presentes. Ocorre que a presença feminina no mundo ferroviário é um tema quase que inexplorado.

As dificuldades de penetrar no passado feminino têm levado os pesquisadores a lançarem mão da criatividade, na busca de pistas que lhes permitam transpor o silêncio e a invisibilidade que perdurou por tão longo tempo neste terreno. Segundo Soihet (1997) a escassez de vestígios acerca do passado das mulheres, produzidos por elas próprias, constitui-se num dos grandes problemas

enfrentados pelos historiadores. Em contrapartida, encontram-se mais facilmente representações sobre a mulher que tenha por base discursos masculinos, determinando quem são as mulheres e o que devem fazer. Daí a maior ênfase na realização de análise visando a captar o imaginário sobre as mulheres, as normas que lhes são prescritas e até a apreensão de cenas do seu cotidiano, embora à luz da visão masculina.

Nos arquivos públicos sua presença é reduzida. Destinadas à esfera privada, as mulheres por longo tempo estiveram ausentes das atividades consideradas dignas de serem registradas para o conhecimento das gerações subsequentes. Fala-se das mulheres, sobretudo, quando perturbam a ordem pública, destacando-se nesse caso os documentos policiais, aliados aos processos criminais. Mas, paradoxalmente, constituem-se numa fonte privilegiada de acesso ao universo feminino dos segmentos populares, inclusive através dos seus próprios depoimentos. Também os jornais não devem ser esquecidos.

Desse modo, na ausência de fontes materiais escritas ou quando as mesmas são insuficientes utiliza-se a história oral como forma de resgatar a memória e/ou cultura de determinado povo. A história oral constitui-se um meio privilegiado para resgatar fatos da vida cotidiana.

A técnica da história oral possui como matéria a memória. Porém, a memória, por sua vez, “tem como característica fundante o processo reativo que a realidade provoca no sujeito” (Montenegro, 1994, p.19). O imaginário popular é muito relevante. Ele está presente ao gerar uma produção simbólica que muitas vezes manifesta características diferentes da história oficial, pois o “tempo histórico não é o tempo vivido. A história escrita, documentada distingue-se do acontecido; é uma representação” (Veyne *apud* Montenegro, 1994, p.10).

As mulheres foram submetidas ao silêncio durante séculos; este silêncio está na maneira como a mulher sempre foi ‘contada’ por vozes masculinas, ignorada por situações opressivas ou, ainda seu próprio silêncio induzido pelo pensamento do homem que, muitas vezes, impede-a de pensar por si mesma. O silêncio é (foi) o comum das mulheres. Ele decorreu de sua, então, posição secundária e subordinada.

O silêncio foi reiterado através dos tempos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento: “aceitar, conformar-se, obedecer, submeter-se e calar-se. Este mesmo silêncio imposto pela ordem simbólica, não é

somente o silêncio da fala, mas também da expressão gestual ou escrituraria” (Perrot, 2005, p.10) Mas, isso não quer dizer que as mulheres respeitaram passivamente tais imposições.

No caso da ferrovia, que representava um símbolo de modernização, então, as mulheres precisavam “sair” do mundo privado.

*Pero las mujeres supieron apoderarse de los espacios que se les dejaba o se les confiaba y desarrollar su influencia hasta las puertas mismas del poder. Allí encontraron los lineamientos de una cultura, matriz de una conciencia de género. También intentaron salir de allí para tener, por fin, sitio por doquier. Salir físicamente: deambular fuera de casa, en la calle, o penetrar en los lugares prohibidos – un café, un mitin – viajar. Salir moralmente de los roles que los son asignados, formarse una opinión, pasar del sometimiento a la independencia, lo cual se puede hacer tanto en público como en privado (PERROT, 1993, p. 485).*

De acordo com Possas (2001), a presença dos trens e trilhos que cortavam as cidades contribuíram para alterar o cenário urbano, e cada vez mais foi se consolidando os hábitos e costumes de viajar a partir de um ponto estrategicamente localizado e cuidadosamente elaborado, isto é, a estação ferroviária.

No Brasil a ferrovia foi introduzida no bojo do desenvolvimento agrário-exportador e o país acompanhou o processo de modernização com a implementação do afrancesamento. Reforçava-se um fenômeno da cultura europeia, o consumo, as distinções de classe e o *status* social a partir da aparência.

Uma maneira própria de viajar de trem criou uma moda, refletida no vestuário e na utilização de determinados utensílios, principalmente as malas, próprias para o transporte de roupas e chapéus, nas quais homens e mulheres deixavam ver as etiquetas com os nomes dos lugares percorridos, marca de sua distinção social. Nos trens, os carros-salão, os carros-restaurantes, dormitórios, banheiros, especialmente para viajantes de primeira classe-luxo, mascaravam a aparência de uma sociedade que cada vez mais produziam excluídos e marginalizados dos confortos da vida burguesa<sup>24</sup>.

A ferrovia possibilitou que a socialização do espaço público se concretizasse, pois homens e mulheres passariam a viver outras práticas. As ruas ganharam novas dimensões. “O que antes se apresentava como um espaço geograficamente masculino, a partir de agora permitia que as mulheres ganhassem maior visibilidade e pudessem expressar formas de resistências [...]” (Possas, 2001, p.196).

---

<sup>24</sup> Conforme Possas (2001).

**Imagem 01:** Cotidiano de uma Estação Ferroviária



**Fonte:** <http://cronicasdekimie.blogspot.com.br/2012/06/fonte-de-inspiracao-em-nossa-cidade-ha.html>

A ferrovia modificou hábitos e valores das sociedades. Sendo que, as mulheres vivenciaram essas mudanças em suas vidas. Elas passaram a passear em grupos, porém desacompanhadas do chefe da família. Passaram a fazer compras em lojas de confecção, em confeitarias dentre outras. Nas estações ferroviárias as mulheres, então, eram vistas como viajantes, exibindo trajés sofisticados de viagem ou disfarçadamente fazendo o ponto, tentando sobreviver com o pequeno comércio ou pedindo esmolas, totalmente maltrapilhas.

Acostumadas às inúmeras funções domésticas, dispostas a realizar qualquer tipo de trabalho que lhes permitissem sobreviver, dotadas de grande flexibilidade pela sua criação e pelas condições de aprendizagem pela observação, desempenhavam funções variadas, desde vendedoras ambulantes de toda espécie, até gerência de pensões populares, onde vítimas de inúmeras agressões e violências, desenvolveram o espírito de independência ao ponto de serem identificadas como mulheres fortes, bravas e valentonas (POSSAS, 2001 *apud* PINTO, 1994, p. 83).

A presença feminina na ferrovia é possível ser identificada em documentos que se referem às mulheres dos administradores e trabalhadores ferroviários. Nesses documentos é possível ver as estratégias de sobrevivência que envolvia as famílias em seus diferentes percursos e atuações, assim com a trajetória ao longo dos trilhos. Sendo que a existência concreta é pouco percebida pelo discurso vigente dentro e fora da instituição. As mulheres não são vistas como um ser

individual, como personagens históricas mesmo na condição de ferroviárias. Apresentam-se sem relevância política e, também, socialmente desvalorizadas<sup>25</sup>.

Quanto à escolaridade, mesmo as mulheres que tinham certo nível de escolaridade, não se encontram na memória ferroviária masculina. Segundo Possas (2001) as mulheres tiveram acesso aos escritórios e dependências das empresas ferroviárias somente por volta de 1918, no caso apurado de pesquisa em São Paulo. Mas, são lembradas pelos outros ferroviários, geralmente uma parcela de homens ligados à vida administrativa da ferrovia, como mulheres de conduta questionável, até mesmo como “vagabundas”. O direito da mulher casada ao trabalho dependia da autorização do marido ou da decisão judicial. E quando as mulheres não estavam no lar, que era visto como o seu lugar passou a ser identificada como “mulher pública”, demonstrando as dificuldades cotidianas que as funcionárias ferroviárias enfrentaram para romper os preconceitos da exclusão. “O modelo de mulher pública, oposta a mulher privada, vivendo no cenário urbano e transitando nele como mulher vagabunda, foi uma construção que fez parte do mundo ferroviário” (Possas, 2001, p.131).

Em finais dos anos 1930, as mulheres passaram a ser admitidas em provas de habilitação, porém, não conseguiram a visibilidade desejada, mesmo com todo o desempenho e exercício de funções variadas. Também, os postos de direção cabiam aos homens tomar as decisões. Permaneciam as margens e carregavam dúvidas referentes à conduta moral ou ideológica, quando tomavam posições mais politizadas e na defesa de seus direitos.

No que se refere à VFRGS, havia poucas mulheres trabalhando.

Em função dos preconceitos e das especificidades do trabalho, a maior concentração das servidoras estavam lotadas nos serviços sociais e na parte administrativa das estações das cidades de maior população do Estado, nos almoxarifados e setores burocráticos das oficinas. Também junto à administração central da Rede em Porto Alegre. Ao que consta nos depoimentos orais, eram solidárias nos movimentos de reivindicação e nas paralisações efetivadas pela categoria (FLÓRES, 2009, p.241).

Nos anos 1960, não se modificou a imagem acima descrita, mesmo se as mulheres fossem a maioria em algum evento ou festividade.

A figura de um rico e gracioso adorno, trajada com elegância, muitas vezes mero complemento nas ocasiões de maior sociabilidade, onde figuravam ao lado dos burocratas, homens bem-sucedidos, era uma permanência difícil de romper, apesar da modernidade e das novidades que introduziam novos hábitos de consumo como o rádio, a geladeira e a televisão. A

---

<sup>25</sup> De acordo com Possas (2001).

representação idealizada das ferroviárias, sem nenhuma expressão política, até mesmo pela ausência de seus nomes como identificações pessoais, estava retratada nesta fotografia. Era uma maneira de não evidenciar nenhuma mudança. Era possível que, caso fossem vistas como funcionárias, essas mulheres pudessem deixar de serem mulheres (POSSAS, 2001, p.94-5)?

A ferrovia, entretanto, serviu como instrumento de organização da sociedade brasileira burguesa, capitalista-industrial e também teve o Estado como um legislador no sentido de prever papéis para a manutenção da família, criando-se assim, modelos de trabalhador e de família. Nos discursos dominantes, a mulher fora promovida como dona-de-casa de família, cabendo-lhe o espaço privado como o ideal.

Dentre as mulheres entrevistadas em Santa Maria, RS, entre 2010 e 2012, a maioria se referiu que pertenciam ao lar. Eram poucas as que estudavam ou que completavam os estudos e/ou trabalhavam, principalmente as mulheres que viveram em décadas anteriores a 1960.

Para a colaboradora V.M.M.S. (2010), 56 anos, professora, neta e filha de ferroviários, atualmente ela pouco se lembra do “tempo” da ferrovia. No entanto, ela diz que o pai não admitia que a sua mãe trabalhasse, mas se obrigou a deixá-la trabalhar em serviços gerais na década de 1960. Ela e seus irmãos estavam estudando e os gastos eram altos para a família. Sua mãe queria ajudar no orçamento da casa. No entanto, o pai arrependeu-se e em poucos meses a esposa estava de volta ao lar.

Minha mãe estudou na escola Santa Terezinha. Casou com 14 anos. Daí teve filho com 16 anos. São três irmãos e eu sou a do meio. As mulheres só cozinhavam [...]. No trem só tinha homens. [...] Minha mãe era mulher determinada. Ajudava a consertar telhado, pintar a casa. Não gostava de fazer comida. A habilidade feminina dela, ela fazia mais artesanato no vidro, tecido, grinalda de noivas. Fez curso de artesanato no Circulo Operário (V.M.M.S., outubro, 2010). (sic)

Num breve desabafo, uma colaboradora chegou a comparar a proibição do trabalho pelo pai ou marido como sendo um sinal de violência contra a mulher, principalmente na época vivenciada por sua mãe.

O homem não deixava a mulher trabalhar e muito menos sair: Só numa precisão. A minha mãe, minha madrastra costurou muito para fora, mas depois que já tinha filhos homens. Os homens eram muito ruins para a mulher, uns carrascos para as mulheres. Era uma violência contra a mulher; não podia sair a coitada da mãe! Só se fosse com ele (I.G.S., maio, 2010). (sic)

No entanto, uma dentre outras falas similares, feita por um colaborador homem, faz referência na força de persuasão e perspicácia em que as mulheres dos ferroviários tinham no espaço doméstico em uma sociedade em que o patriarcalismo imperava, isto é, nas décadas de 1920, por exemplo. Segundo ele, R.M. (2010), no caso específico de sua avó, ela era a matriarca da família. Na casa dela era ela quem mandava por mais que o avô, que era ferroviário, colocasse as coisas materiais dentro de casa. Era ela quem cuidava da casa, dos filhos, quem fazia os filhos irem à escola, quem se encarregava de passar os valores morais e tentar mostrar que a educação constituía-se em um grande tesouro e legado.

Segundo o colaborador A.T.F., ferroviário, também filho e neto de ferroviário juntamente com sua esposa E.R.F., filha de militar, contam que ela não trabalhava fora, mas trabalhava cuidando dos afazeres domésticos. Segundo o depoente, ele foi direto para a ferrovia desde os 14 anos. Levantava às 05hs:00min. da manhã para ajudar a fazer pastel para o irmão vender. Trabalhou em diversas funções até chegar a auxiliar de superior na parte das máquinas. O trabalho era intenso, pois havia poucas pessoas para atender as máquinas. Então, ele reconhece o esforço de sua esposa, pois muitas vezes não podia ir para casa à noite, devido ao trabalho, e ela ia ao seu encontro levar a alimentação do jantar.

Eu pegava as 07h30min da manhã e largava domingo de tarde. Às vezes virava a noite. Ela sabia quando eu ficava para levar a janta porque ela olhava pela janela. Deixava numa taquara uma toalha ou uma camisa branca e eu levantava; aí ela sabia que eu ia ficar. Então, o nosso telefone celular era isso. Ela ia levar comida. Era da janela, na parte alta perto da Casa de Saúde (A.T.F. e E.R.F., 2010). (sic)

O colaborador A.T.F. (2010) se aposentou como responsável pelo setor mecânico, no trabalho de manutenção das locomotivas. Nessas máquinas ele as alinhava, desmontava peças e as refazia. Segundo ele, “não podia errar senão dava diferença”. Sua esposa, antes de casar era comerciária, mas ao casar abandonou o emprego. Ela afirmou que largou o emprego porque na sua época era assim, “a moça casava e ia cuidar do lar”. Segundo o colaborador A.T.F. sua esposa E.R.F. lhe ajudava muito, pois como ele tinha que fazer o controle de peças e tinha que ser tudo anotado em um livro denominado “Cálculo de Freza”, isto é, anotar todo o controle de engrenagens, então, sua esposa passava a limpo no caderno as informações, pois o mesmo possuía uma caligrafia “feia”. O colaborador afirma:

Eu fazia no papel e ela passava a limpo para mim, não dava tempo. Dava uma trabalhadeira para fazer isso. As engrenagens de dentes, tinha que calcular para fazer a engrenagem. Por exemplo, se o número de dentes era

113, toda a divisão tinha que dar o número de dentes 113. Tinha que chegar no final e fechar os cálculos. Aprendi na prática. Tinha que calcular tudo certo, tanto os números ímpares como os pares. [...] Não havia muito engenheiro, era muito pouco. [...] Os engenheiros mecânicos da universidade praticavam com nós. (A.T.F., 2010) (sic)

Abaixo se tem um exemplo do trabalho sobre o Cálculo de Freza que foi passado a limpo pela esposa do colaborador A.T.F.

**Imagem 02:** Tabela Cálculo de Freza

The image shows a handwritten table titled "Tabela de Cálculo no de Dentes - Enguagem". The table is organized into columns and rows, with numerical data and calculations. The columns are labeled: Eixo de Bando, Folha, Furo, Chapa, Eixo de Bando, Folha, Furo, Chapa, Eixo de Bando, Folha, Furo, Chapa, and Eixo de Bando. The rows contain various numbers, including '113' and '114', and some calculations. The handwriting is in blue ink on lined paper.

**Fonte:** Arquivo particular de A. T. F. e E.R.F., 2010.

Outra colaboradora da presente pesquisa, 70 anos, filha e esposa de ferroviários mostra a força da mulher. Apesar de gostar, não conseguiu continuar os estudos, porém trabalhava e sempre foi a responsável pelos cuidados do lar.

Os pais não deixavam estudar mais. Era só o primário. Eu estudei no Assis Brasil, perto do monumento. Eu queria continuar estudando, mas não. O pai dizia: filha minha sabendo ler uma carta e escrever outra, vai aprender préstimo para o futuro. Ele era muito enérgico, rígido, um ótimo pai, exemplar, mas era como ele queria. Tinha duas irmãs e dois irmãos. Todos estudaram até a mesma série. Era mais para o lar. Tirei um curso na Moda e Bordado. Continuei bordando. [...] No começo era dona de casa. Ele viajava [o marido]. O homem e a mulher da casa era eu. Eu que fazia as compras e fazia os pagamentos no final do mês na Cooperativa e no comércio. Chegava com uma "monstra" mala de roupa suja. Eu lavava



tudo. Os trajes era tudo engomado, de brim, amarelo. Passava tudo bem passadinho. Passava um pouco de trabalho. Eu bordava para ajudar nas despesas. Quando engravidei, ele não me deixou bordar mais. Não precisava, a gente ganhava bem (Z. T.P.C., abril, 2010). (sic)

De acordo com uma das colaboradoras, neta e filha de ferroviário, primeiramente ela se tornou professora através da escola que pertencia a COOPFER, e com o passar do tempo prestou concurso para cargo de agente administrativo.

Eu era uma exceção à regra [...]. Eu tenho só minha irmã. Meu pai dizia que não ia ter ferroviário na família porque não tinha filhos homens. Eu era professora da escola da Cooperativa. Eu era de Cacequi, do Fernão Dias de Cacequi. Fiz o normal regional. [...] Houve concurso para a Rede [...]. Acabei fazendo. Em 1976 entrei na ferrovia como agente de administração. Foi assim que entrei na Rede, não foi só escolha. As oportunidades apareceram (M.E.R.D., maio, 2010). (sic)

Segundo a colaboradora acima, na época em que entrou na ferrovia em Santa Maria, RS, primeiro trabalhou no setor de passagens, mas depois ela era a única mulher no setor, isto é, na tesouraria. Conforme a depoente, no trabalho tinha que se fazer ser respeitada pelo sexo masculino, isto é, sempre os tratava pelo pronome de tratamento “senhores”, mesmo se fossem seus conhecidos.

Se disser senhor, tu não dá liberdades. [...] Tinha aquela coisa de não falar, tinha respeito. Quando vim para a estação era só idosos que estavam se aposentando, eram quase mais novos que meu pai [...] eu era a “boneca” ou a “menina”, mas na minha frente não, me chamavam pelo nome. Em 79, eu tinha 30 anos e eles 70. Eu era a “boneca”, a “menina”. Eles comentavam, mas nunca me tratavam. Era entre eles só. Mas, depois veio a moçada para fazer concurso [...] (M.E.R.D., maio, 2010). (sic)

Em Santa Maria, por exemplo, as mulheres trabalhavam em diversos setores na ferrovia na década de 1970, como no setor de passagens, na tesouraria, no licenciamento, no ponto de armazém, na oficina do KM 3 atuando como artífices de administração e escritórios, agentes administrativos e também na parte da oficina, na faxina, nas revistarias da estação. De acordo com um maquinista, a presença da mulher se ampliou na ferrovia.

Logo que eu entrei tinha quase nada de mulher trabalhando, onde se achava mulher trabalhando era só em Porto Alegre. Na administração já tinha. Mas, depois na década de 70 entrou muita mulher nas estação. Elas tinham que ir no meio do campo, era uma covardia. [...] a mulher, de madrugada tinha que ir virar uma chave. Para a gente era ordem que tinha que facilitar os caso, as vezes se recuava os trem, se tava chovendo. Tem lugares com mais de 500 metros da estação aonde que ela tem que ir, para ela ir virar uma chave. Então a gente recuava, ela ia no escuro, a luz era pouca naquele tempo, tinha um liquinho<sup>26</sup> que funcionava. As vezes a gente recuava o trem, mas também não era obrigado. E era uma cortesia para a

---

<sup>26</sup> Botijão de gás pequeno.

mulher. [...] Tinha auxiliar de estação, em Cruz Alta, por exemplo, dentro bastante na estação. Muitos homens não gostavam porque acabariam fazendo o mesmo serviço da mulher. As vezes era na chuva e tocava pra ele, se o cara não fizesse, ela tinha que fazer. No salário, essa parte é difícil dizer, mas na Viação Férrea acho que no paralelo com o colega é igual, acompanhava. Nos escritório, por exemplo, Cruz Alta dava uns 10,12 funcionários. Onde tem bastante burocracia, ai era cheio de mulher, entrou só uns dois ou três rapaz [...] O salário era igual (R. M., 2010). (sic)

Outra colaboradora diz que em sua época (fins de 1960) o estudo era muito importante e os pais até incentivavam, só que se dependesse de trabalhar era mais difícil arrumar horário para estudar. Sendo que, as mulheres trabalham jornadas duplas de trabalho.

Fiz o antigo ginásio e científico na época. Fiz o primeiro ano e passei para o segundo. Mas, casei e fui embora, não fiz mais [...]. Passei no concurso da ferrovia. [...] Trabalhei como agente de estação em Rio Grande, quando me aposentei vim embora. [...] Fazia dupla jornada de trabalho. Para mim era bom, eu gostava de meu serviço. [...] Como meu serviço era na estação eu trabalhava no armazém de carga. Era um serviço assim: quando tem tem, quando não tem não tem! Então, eu conciliava, fugia, ia em casa. Nosso horário era das 8:00 hs as 11:30 hs, depois das 13:30 hs até as 18:00 hs . O que fazia era a papelada para o vagão, faturamento do vagão. Mas, se as 17:30 os clientes, eles levavam uma pilha de 50 ou 60 tinha que fazer, então eu ficava lá para fazer. A nossa chefia, eu pra mim, lá em Rio Grande era muito flexível, se eu decidia ir em casa eu ia, se precisava fazer uma compra eu ia. Eu ganhava hora extra, folga, tudo o que tinha direito. [...] Tive a filha quando trabalhava. No início tive empregada, dois anos e meio tive uma menina que morava com a gente. Depois ela resolveu casar, daí botei no maternal. Tinha uma escolinha que era da prefeitura até, bem no fundo da estação. Eu já levava ela, era pertinho, qualquer coisa me chamavam. Foi criada na escolinha. Eu sempre trabalhei no armazém de carga, bilheteria, tesouraria, por ali né. Então, quando surgia treinamento para o pessoal do armazém, de prédio essas coisas, eu ia. Na nossa época já era importante estudar [...] só que assim, tu tinha que te virar para arrumar horário para estudar. Tive muitas colegas que se formaram (L.K. de A., 2010). (sic)

Para Flôres (2009), a participação das mulheres na história da ferrovia merece um tratamento mais atento dos analistas, não apenas pela atuação profissional quanto pelas suas ações em famílias de trabalhadores homens que laboraram na VFRGS. No decorrer de cinco décadas (1910 e 1960), os servidores da VFRGS sempre contaram com o apoio de suas famílias nos movimentos reivindicatórios. As esposas de ferroviários se destacaram nesse sentido. Algumas mulheres relutam em falarem sobre greves, muitas das entrevistadas não participaram. Uma colaboradora ao ser entrevistada, num primeiro momento, disse não ter participado, porém, o marido confirmou sua participação. Então, deu um relato interessante.

Faziam greves. Eu não participava. Só minhas amigas A mãe não participava de nada. O pai participava se tinha uma reunião sobre o serviço

dele. Ai ele ia. [...] mas outras coisas o pai nunca participou. Claro tinha os grevistas e os que não eram grevistas, eram os chamados “carneiros” porque estavam trabalhando e o trem começou a correr, tinha uma turma de mulher, até tinha muita mulher que não era esposa esposas de ferroviários. Aquela barra de sabão grande assim, de 1 kg da cooperativa, era uma maravilha aquilo, cada uma pegou um pedaço e cortou umas fatias e passava, na linha quando uma terminava a outra começava e se ia passamos muito na subida da serra do monumento. Uma vez só. Ele tava viajando, não tinha chegado. Era uma turma grande. Ele tava preso em Santiago. Foi lá por março de 65, depois da revolução. Fizeram a greve e o que estavam no serviço perderam, foi geral. Nós conversamos na casa de minha mãe, umas quantas mulheres, uma turma grande. Daí uma prima minha deu a ideia: nós podia ir mesmo para ver se um trem virava para eles parar... mas, é mesmo, tinha que ser aqui por perto, ou termina a greve ou continua. Nós tinha tudo, a arma toda para fazer o dano nós tinha. Viemos para casa. Não ficamos para ver. Podíamos ser presas. Foi uma vez só. O trem cada vez pegou mais velocidade, escorregando né. Ele desceu (Z. T. P. C., abril, 2010). (sic)

O colaborador, J. S. C. (2010), 75 anos, aposentado como supervisor de trens, esposo de Z.T.P.C. fez referências a outro grupo de mulheres que se organizavam e participavam nas greves dos ferroviários. Segundo ele, tinha mais coisas, isto é, essas mulheres atiravam os penicos cheios de urina nos maquinistas. Elas se juntavam em grupos, porém, ao contrário de sua mulher:

A mulher ferroviária não participava na minha época, não tinha mulher que fosse ferroviária. As esposas participavam. Faziam aqueles grupos, em Porto Alegre, na Euclides da Cunha, no Km3, em Itaara, no Pinhal. Ai se juntavam lá, faziam um almoço e faziam a “fogueira”. Tinha aqueles, os camaradas que pegavam uma locomotiva, uma Maria Fumaça e aquele mulheril ia tudo para cima da linha com os filhos para trancar o trem. Se eles saiam tocavam ferro, tocavam água. Na linha de Porto Alegre, na Assis Brasil, as mulher ficavam lá com balde para não passarem (J.S.C., 2010). (sic)

Juntamente com a realização de longas jornadas de trabalho no lar, as mulheres participaram de muitos acontecimentos que envolveram seus maridos no trabalho da ferrovia. Muitas participaram de reivindicações a partir dos anos 1950.

No caso particular das mulheres de ferroviários residentes em Santa Maria, pode-se afirmar que elas tiveram intensa participação nos acontecimentos políticos locais e, especialmente, naqueles assuntos concernentes aos interesses profissionais de seus companheiros. Essa participação é verificável com maior frequência na década de 1950. Nesse momento, aproveitando a convivência com mulheres representativas de outras categorias de trabalhadores, e também influenciadas pelos Partidos Comunista e Trabalhista, passaram a atuar na “União Feminina Santamariense” (FLÔRES, 2009, p.242).

Como um exemplo de reivindicação pode-se citar abaixo assinados que as mulheres dos ferroviários elaboravam para mudar e melhorar suas condições de vida no seu espaço doméstico e familiar. Dentre eles, no ano de 1954 em Santa Maria – RS, elas, juntamente com outras mulheres donas de casa da cidade fizeram





Processo de Substituição de Importações<sup>27</sup> que estava vigorando na época, mas, compreendiam que as consequências dos planos econômicos e políticos recaiam dentro de seus lares.

Em 1957 foi fundado o Departamento Feminino da União dos Ferroviários Gaúchos<sup>28</sup>. As mulheres, além de compartilhar das lutas profissionais de seus maridos, se destacaram em assuntos de interesses comunitários, como por exemplo, melhorias na infraestrutura urbana das vilas e bairros onde residiam os ferroviários.

Atuando em conjunto com a “União Feminina Santamariense” e o departamento Feminino da UFG” levou adiante todas as bandeiras das causas que envolviam os interesses do proletariado local. Exemplo disso foi a luta empreendida pela abertura em Santa Maria do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), que contou com o apoio permanente da Câmara de Vereadores. Serviço que com o tempo acabou se transformando num órgão de abastecimento de gêneros de primeira necessidade, destinado a atender aos trabalhadores da cidade e da região, já que a proposta de restaurante popular não prosperou (FLÔRES, 2009, p.246-7).

Segundo o autor acima, as mulheres atuaram também no que se refere à extensão do direito de voto dos analfabetos, para que se tivesse um pronunciamento ampliado dos cidadãos. No entanto, devido à crise da VFRGS e à ditadura de 1964 essa luta foi abafada devido às perseguições que sofriam.

Em entrevista realizada com duas irmãs, S. M. S. P. e S. R. P. Z, filhas e netas de ferroviários, uma delas disse que apesar de ser criança, ela pode sentir na pele a Ditadura Civil Militar. Ela contou a história de seu padrinho, hoje com 92 anos, ferroviário e adepto ao Partido Comunista, que foi perseguido na ditadura.

Tinha o padrinho, comunista e ferroviário. Eu lembro que teve viaturas que ficavam na nossa porta, na rua para nos vigiar porque nós éramos parentes. Nada a ver com o meu pai. Quando o padrinho foi preso, torturado e conseguiu fugir, nós estávamos na casa dele, eu aqui, a minha madrinha, a minha vó, minha prima e meu primo. Eu tinha uns 8 ou 9 anos. Chegaram assim, na frente da casa dois caminhões cheio de homens, armas, baionetas. Entraram na casa, botaram nós na parede. A minha prima tava fazendo enxoval, noiva para casar, eles pegaram o enxoval e

<sup>27</sup> De acordo com Sandroni (2007) o processo de substituição de importações é um conceito elaborado por economistas da CEPAL para designar o processo interno de desenvolvimento, estimulado por desequilíbrio externo e que resulta na dinamização, crescimento e diversificação do setor industrial. Significa bem mais que a produção local de bens tradicionalmente importados. Sob essa ótica, considera-se que o desenvolvimento industrial do Brasil ocorreu sob estímulo das restrições externas : a depressão de 1929-1932 e a Segunda Guerra Mundial. Depois, entre 1956 e 1961, a substituição de importações é aprofundada, dando lugar a um crescimento econômico maior que nos períodos anteriores.

<sup>28</sup> De acordo com Flôres (2009) a UFG foi considerada a mais importante entidade política, entre as poucas existentes até a fundação de sindicatos ferroviários no Brasil, que atuou no Rio Grande do Sul entre as décadas de 1950 e 1960.

rasgaram tudo procurando armas, procurando alguma coisa, nomes dos colegas do tio. E no pátio, eles cavaram buraco para ver se não tinha arma. Eu não lembro, eu devo ter ficado histérica na época. A minha madrinha dizia que eu pulava e dizia que eles tavam cavando o buraco para enterrar a puta das mães deles. É horrível, horrível, horrível! Eu lembro assim, da agonia da tia e do tio indo para o Uruguai. A tia indo de mudança depois, eu participei junto sabe, dos caras. Eu lembro assim, do soldadinho que ficava cuidando a gente numa viatura aqui. Simplesmente quando eu vinha vindo na rua porque meu colégio era ali e, quando eu via que ele tava parado na frente eu me enchia de pedra e botava ele pra dentro da viatura a pedradas (risos). Então, assim ó, eu tinha 8 ou 9 anos, mas a ditadura eu participei assim porque eu era muito ligada a minha madrinha e meu padrinho. [...] Ele foi exilado, ele foi pro Uruguai, em Rivera. A gente se criou em Rivera. Os meu 15 anos foi em Rivera. Eles sempre tinham reuniões lá, os que estavam exilados lá, eles eram muito organizados lá. Para se exilar lá, eles já tinham emprego, já tinha casa, tudo. Então, eu lembro que eu ia nessas reuniões, geralmente era numa confeitaria, padaria e eu comia doce (risos). Eu sempre ia e achava muito interessante que eles eram organizadíssimos assim. O cara chegava, já tinha emprego, casa, tudo, tranquilo, sem problema nenhum. A tia sofreu horrores, participou junto com o tio, ela lutava junto, ela ia nas reuniões. O tio foi preso, ela conseguiu tirar o tio da prisão. Levou o médico porque o tio sempre teve problema de saúde e aí ela ia nos generais, botava o dedo na cara dos generais e dizia que se o marido dela morresse por maus tratos, eles iam também ser presos, ela ia denunciar. Fazia horrores, ela ia de quartel em quartel. De tanto ela incomodar, largaram ele para a prisão domiciliar. Ai que ele fugiu, ai que eles invadiram a casa (S. R. P. Z, 2012). (sic)

Para essas e outras das mulheres entrevistadas, a Ditadura civil militar foi um transtorno, pois sem entender bem o que se passava, elas dizem que esse fato da história foi uma crueldade, principalmente para os ferroviários que eram uma classe unida e, por isso, sofreram muito, pois a maioria deles era “tachado de comunista”.

Contrariando os princípios básicos do Direito, para a Ditadura e seus grupos associados, toda pessoa era, a partir de então, suspeita, até que se provasse o contrário. [...] Cada cidadão torna-se, então, um subversivo em potencial, e os sindicatos e organizações representativas dos trabalhadores em geral são vistos como verdadeiras fábricas de subversão e corrupção. Assim, o governo legitimava e justificava as intervenções a partir de um discurso moralizante e incriminador. [...] É neste sentido e imbuído deste espírito de criminalização, que a Ditadura fará sua investida nas associações ferroviárias em Santa Maria e principalmente na Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea, Ltda. (COOPFER), a maior, mais organizada e uma das mais politizadas das associações organizadas por este grupo profissional (BERNI, p.87-88).

Segundo Berni (2012) se um militar ou funcionário público fosse preso ou condenado por subversão, com direitos políticos cassados, as vantagens que ele tinha adquirido ao longo da sua carreira eram suprimidas: pensões, salários, gratificações, auxílios de toda espécie como auxílio-saúde, seguros de vida, etc. e ele era dado oficialmente como “morto”. E as “viúvas” passavam a receber uma

pensão que era um salário mínimo ou em torno de 40 e 50 por cento do salário real do “falecido”.

O que não se deve esquecer é que depois da Ditadura Civil-militar as manifestações, os movimentos sindicais foram calados e a força desses movimentos foi se esvaziando, extinguindo-se a força dos trabalhadores. Sem contar, que no caso da ferrovia e lutas de seus trabalhadores, foi declinando até chegar a sua extinção.

Na minha época era raro a greve, ficou ruim. Os ferroviários ficaram na ditadura dez anos sem receber um centavo de aumento e não podiam reclamar. Eles foram amordaçados, muito foram exilados, [...], também se falavam qualquer coisa eram denunciados. Aqueles anos os ferroviários sofreram muito. Depois só começou a decadência e na época do Fernando Henrique foi que ele privatizou a rede ferroviária e daí terminou! (S. R. J. 2012 ) (sic)

No que se refere a sindicato, se tem uma fala de uma colaboradora, onde na década de 80, a M.E.R.D. (2010) participou ativamente do Sindicato dos Ferroviários de Santa Maria, quando reivindicavam aumento de salários. Sendo que, além dela, havia mais mulheres representantes de diferentes setores.

A gente fazia os piquetes, participava mesmo, os sócios do sindicato vinham; tinha as negociações, não podia esvaziar [...] não ficava em casa; na frente da gare se reuniam, [ou] no lado da estação. A sede do sindicato era Porto Alegre; esse aqui era uma parte de lá. O sindicato era movimentado, se procurava mais os direitos; eu tinha função de representante do setor de agente de estação. O marido representava os ferroviários no sindicato. Normalmente quando saía, saíam todos; a greve com o sindicato era atuante, muitos direitos foram através de lutas. Sempre teve. E na época em que não tinha sindicato os ferroviários faziam parar tudo. Na época do pai, as mulheres se reuniam [e] iam para a frente dos trens, parava tudo. Abraçavam a causa de verdade. (M.E.R.D., 2010). (sic)

Também nesta mesma época a colaboradora J. E.H. (abril, 2010) comenta sobre a existência de greves. Sua função era de serviços gerais no Hospital Casa de Saúde. Porém, ela não fazia greve porque tinha receio de perder o emprego. E, segundo seu depoimento, enfrentou algumas dificuldades por sua escolha de não aderir ao movimento.

Trabalhei três anos lá. Daí começou as greves, começou as dificuldades para pagar funcionários. Fazia pouco que eu tava trabalhando lá. A gente tinha que furar as greves para não perder o serviço. Eu e minha prima éramos mais novas. Nós vinha na Cooperativa para esperar a Kombi, tinham as cestas grandes que vinha abastecer na Casa de Saúde com pães. Ai nós esperava tirar as cestas, abastecia, daí entrava embaixo no assoalho da Kombi e botava a cesta em cima porque queria o trabalho. Depois descobriram que eu tinha furado a greve, daí deixavam só nós lá dentro limpando todas as unidades. Os antigos chamavam nós de “pelego”. Éramos em quatro, eram seis unidades. Mas, tinha que atender todas as unidades. Nós vinha de noitinha para casa (J.E.H., abril, 2010). (sic)



Outra colaboradora, L. K do A., ferroviária e hoje aposentada, neta e filha de ferroviários e casada com ferroviário, em seu depoimento diz que entrou na ferrovia através de concurso na década de 1970 para o cargo de agente de estação na cidade de Rio Grande. Na sua fala deu a entender que não se sentia muito a vontade em fazer greves, mas como seu marido pertencia ao sindicato, era de certo modo, obrigada a participar. Segundo ela:

Eu participei de todas as greves. Se não fizesse não entrava em casa (risos). Os anos das greves eu não lembro, foram tantas! A greve era por causa de salários. [...]. Eu ficava em casa, não ia em reunião. Só quando tava terminando, ia na reunião, mas ficava no fundo, meio forçada. Ficava escutando. Trabalhar eu não ia, ficava em casa. E também não ia para a rua. Eles iam, faziam passeatas, manifesto, acampamento na frente da estação, montavam barracas. Ficavam dois ou três dias e saíam para outras estações sabe, para o interior. [...] (L.K.do A., 2010). (sic)

Na fala de todas as mulheres entrevistadas observa-se o discurso protetor da empresa, a preocupação e o cuidado com o bem estar social e o controle que havia na vida dos ferroviários e seus familiares. Sendo que, elas tomaram esse discurso para si, principalmente no que se refere ao apego pelo casamento e filhos. Por exemplo, um casal entrevistado, o senhor demonstrou a importância do casamento e o cuidado um com o outro no momento em que mostram suas memórias através das fotos. Observa-se que para ela, o marido, os filhos foram sempre muito importantes apesar de que seu sonho era ter continuado os estudos e se tornar professora. Demonstrem ainda hoje o amor pela ferrovia, pois em sua casa há um espaço em que guardam todas as lembranças daquele tempo como fotos, livros, prêmios, miniaturas de trens etc. foram várias as fotos de família apresentadas a partir de seu casamento.

Segundo Segnini (1982) havia a introjeção de uma “moral patronal” imposta aos trabalhadores. Era necessário ter um bom comportamento, pois o ferroviário responsável não podia beber, nem abandonar a mulher e filhos. Sendo que, os cargos de chefia só eram entregues a operários casados, pois eram considerados mais responsáveis e aptos para o exercício da tarefa de controle sobre os demais.

Do mesmo modo que a empresa tinha o discurso protetor, a preocupação e o cuidado com o bem estar social e o controle na vida dos ferroviários e seus familiares, por outro lado, na visão da empresa para a amenização de conflitos, se disponibilizava aos trabalhadores um programa habitacional. A Rede ferroviária se preocupava com a construção de casas, já que necessitava de trabalhadores que

morassem ao longo das linhas, depósitos e estações. Em 1903, com a Companhia *Auxiliaire*, de origem belga, construiu-se o conjunto habitacional Vila Belga em Santa Maria. E quando havia falta de casas, muitos ferroviários ligados à tração e as oficinas utilizavam os carros inaproveitáveis como moradia, formando vilas operárias em Gravataí, Cacequi, Rio Grande e Santa Maria<sup>29</sup>.

De acordo com HILLIG (2005), a partir de 1926 a questão habitacional passou a ser tratada como “imperiosa” pela direção da Rede. As casas foram construídas a partir da criação do “Fundo de Reservas para Habitações”, que foi instituído a partir de uma contribuição cobrada dos moradores dessas habitações. O detentor desse benefício deixava parte de seu salário como contribuição para o fundo, uma espécie de aluguel. Apesar das construções terem sido reembolsadas à Rede pelo fundo destinado para esse fim, a Diretoria as divulgava como sendo um benefício concedido pela empresa, desconsiderando, portanto, o esforço laboral e de poupança dos trabalhadores.

Para obtenção das moradias, a empresa dava preferência para os que possuíam uma relação estável e tivessem família. Continuava a existir uma predileção pelos legalmente casados ou arrimos de família por serem considerados mais responsáveis, esforçados, dedicados. Também o número de filhos influía nessa prática.

Segundo I.G.S. filha, irmã e esposa de ferroviários, 73 anos, maior parte da vida morou ao redor das linhas. Conta de sua vida nesses espaços.

Nunca ia para lugar nenhum. Quando era pequena o máximo que íamos era em Montenegro na casa da avó. Da primeira família tive três irmãs mulher e dois homens de irmãos, da segunda, dois irmãos. Me criei nas casas da beirada da linha. Assim como tava ali já não tava mais. Nasci no Gil, depois Montenegro e Barreto, São Salvador. Meu pai era daqueles véio antigo. Naquele tempo o pai só dava uma olhada e a gente já entendia. Fui até o quarto ano. Estudei em São Salvador no lado da viação. Ele cuidando. Tinha que ir pra igreja todos domingos. Em festas eu só ia com uma tia do meu pai antes de casar. Para os pais tudo era feio, era do colégio para casa e da casa pro colégio. Depois que casei saía com o marido, ia a baile mesmo. Eu casei com 16 anos. Meu marido trabalhava nas pontes em Barreto. Ele tinha 21. Naquele tempo todo mundo casava novo. Só tinha casa do pessoal que trabalhava, tinha um barzinho, nem igreja tinha! Só tinha campo. Fiquei seis meses depois que casei, depois fui para Cacequi, do outro lado da ponte [do rio] Santa Maria. Para comprar comida nos ia para Cacequi de trol<sup>30</sup> [...], sentava na beirada e os homens empurravam com as varas. Tive cinco filhos. Pra fora não tem serviço [...]. As mulher trabalhavam muito em casa. Eu era novinha. Lavava roupa nos arroio, valeta de sanga. Tinha horta, plantava mandioca, milho. Eu não

---

<sup>29</sup> De acordo com Flores (2009).

<sup>30</sup> Pequeno carro que desliza sobre os trilhos da ferrovia.

fazia compra, o J... que comprava tudo, as vêz eu ia na cooperativa com ele. Eu não sabia nada. Nunca trabalhei. Eu era nova, boba, besta. Imagine, minha mãe legítima que casou novinha também! Naquele tempo só existia viação férrea e lavoura. E era uma montanha de filhos! A gente no tempo antigo era muito boba, tinha medo de tudo [...]. Era uma vida de escravo (I.G.S., maio 2010). (sic)

Já a colaboradora, L.N.M., 60 anos, filha de ferroviário e esposa de ferroviário refere-se à vida na beira dos trilhos como uma vida boa. Lembra-se com saudosismo.

Eu morava na beira dos trilhos desde menina, no km 2. Tinha casas na beiras do trilhos, as vizinhas eram boas. Eu não visitava ninguém. Nós brincava na beira dos trens. Meu pai era da oficina. Eu adorava pegar o trenzinho! Quando me casei tinha uma amiga vizinha. Nós se dava, de vez em quando conversava. Não tinha diferença entre negro e branco, a cor não quer dizer nada. Eu tinha uma amiga, pretinha, pretinha. Mas, nós era amiga, amiga. A única amiga mesmo! Depois a gente foi saindo para cá e pra lá. Sinto saudades dela até hoje; o marido dela é ferroviário, de Rosário do Sul. Coisa mais querida que ela era. [...] Criei um menino, mas ele morreu com 16 anos. Esse menino era de Cruz Alta, peguei ele das tias dele, não tinha pai nem mãe. Ele chegava a ser “azul”. Ele fazia tudo pra mim. Nem meus filhos faziam. Senti muito quando ele faleceu. Peguei ele com 4 anos. Passou muita fome. Nós viajava bastante em vagão. Não parava, era ambulante. Quando meu marido foi transferido para Cruz Alta não tinha casa desocupada, daí a gente ficou num vagão. Um enorme de um vagão! Trabalhei com uma doceira e trabalhei de doméstica. Em Santa Maria morava no km 2 depois fui para Cruz Alta. Em Cruz Alta eu trabalhava com vendas; botei os filhos numa creche para trabalhar. Sempre trabalhei, fazia lanche. Tinha homens que não deixavam. Para lavar roupa a gente pegava o trol, pegava e botava roupa em cima e levava, empurrando as roupas na sanga, de 15 em 15 dias. Era bom. Era tipo uma mesa com rodas que anda nos trilhos. Era que nem canoa. Eu adorava, pegava a roupa e se ia. Era umas sete ou oito mulheres. Nós ia numa turma, às vezes tinha tormenta, botava uma trouxinha na cabeça. O rio ficava bem longe, era no rio Santa Maria. Eu tinha 19 quando casei. Tive um casal de filhos. Ia muito na Cooperativa. O marido era maquinista e viajava bastante. Morei em Cacequi e vários lugares, ambulante né! Passava viajando nos vagão quando se mudava. Era quatro ou cinco meses em cada lugar. Depois que ele passou a maquinista estacionei em Cruz Alta e depois Santa Maria. Fazia sempre uma panelinha para ele levar; muito charque<sup>31</sup>. Quando tinha mudança a gente levava. Eu gostava. Os vagões eram engatados uns nos outros, daí a gente conversava com as outras pelas janelinhas. A comida era feita com o trem andando mesmo. Era divertido (L.N.M., maio 2010)! (sic)

Em Santa Maria alguns locais eram tipicamente ferroviários, tais como a Vila Belga, o Bairro Itararé e a Vila Schirmer. Também, próximo à estação, na Rua Borges do Canto e no Km2 moravam muito ferroviários, e essa proximidade garantiu a formação de laços e vínculos que extrapolaram os espaços relacionados de trabalho, resultando muitas vezes em parentescos. Atualmente, a maioria das colaboradoras desta pesquisa continua morando nos lugares citados juntamente aos seus familiares.

<sup>31</sup> Carne bovina cortada em mantas, salgada e seca.

O sonho do meu pai era ganhar uma casa da Rede, pois ficava perto do trabalho dele. Como ele fazia plantão, era interessante que morasse perto do serviço, para o caso de um acidente, ou da substituição de um empregado faltoso. O sistema das casas era assim: quando um ferroviário se aposentava, dava lugar a outro (SEDAC/CHO apud SOARES, 2002, p.75).

As festas e encontros foram incentivados pela direção da ferrovia na criação de clubes e associações recreativas. De acordo com HILLIG (2005), a Diretoria buscou por meio das entidades sociais impor comportamentos, pois esses lugares representavam o espírito familiar, o lazer ordeiro. Sendo que, os trabalhadores que não respeitassem, poderiam ter punição, isto é, poderiam até ser demitidos. Quanto a bares, jogos, prostitutas e outros comportamentos nunca foram bem vistos pela direção. Eram considerados imorais já que a Rede prezava a estabilidade familiar. O comportamento deveria ser exemplar e os clubes deveriam ser saudáveis. Esse padrão de comportamento contribuiu para formar a representação social da “grande família ferroviária”, a honra ferroviária.

Entretanto, algumas mulheres sofriam quando o comportamento do marido ultrapassava os valores estabelecidos. Muitas não se separavam, pois seriam mal vistas na sociedade. Além de terem que se submeterem às traições do marido, muitas se submetiam aos maus tratos, tanto físicos quanto psicológicos. As mulheres que se separavam eram vítimas de preconceitos. Então, era difícil a mulher se separar. Muitas mulheres agüentavam caladas porque não trabalhavam fora e não queriam ficar “largadas”. Entretanto, algumas foram fortes e enfrentaram a separação. Trabalharam muito para sustentar e criar os filhos pequenos.

Eu tinha 20 quando me casei. Morei em Santiago, depois em Cacequi, antes de vir para cá. Meu marido era maquinista. Mas, o problema dele era ser mulherengo. Cada cidade que ele ia, tinha duas ou três mulheres. Me mandavam bilhete lá para casa, telefonavam para minha casa Tenho bilhetes guardados até hoje das “fulanas”. A gente saia junto e não dava certo. Ele separava de mim e ia com as outras. Fiquei 27 anos com ele Tenho sete filhos chegava de manhã de viagem, tomava banho se perfumava e saía. Meus filhos diziam que o pai tinha outra. Chegava de tardinha e saía e vinha no outro dia. Eu trabalhava fora, faxineira, empregada doméstica, lavadeira e me aposentei como baba eu tive que trabalhar para sustentar meus filhos. Ele só me dava um ranchinho. Ele morreu e eu não sabia o que ele ganhava. Os filhos diziam: mãe! sabe que o pai te trai, então, eu tenho que ver com os próprios olhos dela. Num sábado quando dobrei na estação para subir, ele não tinha dormido em casa ele tava de mão. Olhei pros dois e dei uma risadinha. Vinte sete anos de casada e nunca ganhei nenhum abraço de aniversário, nenhuma flor. Naquele dia ele chegou em casa cheio de presente. Botei as coisas dele em cima da cama e mandei ele ir embora. Daí ele disse: como eu ia cuidar dos filhos? Eu disse que eu ia conseguir, sempre trabalhei um monte de tempo para criar meus filhos. Mas, são todos pobres. A minha filha só que

tem faculdade. Os outros têm segundo grau, mas todo mundo trabalha. Meus filhos sempre foram bons para mim. Passei trabalho. A vida não é fácil (C.B.M., maio, 2010). (sic)

Há também história de abandono na ferrovia. Um neto de ferroviário conta a história de sua mãe, já falecida há alguns anos. Segundo V.F.S. (2012) sua mãe foi abandonada pela sua avó quando ainda era bebê. Ela devia ter uns três meses. Seu avô e sua avó eram casados e moravam em Santa Maria. Além de sua mãe, eles tinham outro filho mais velho, um menino. Seu avô desempenhava a função de maquinista na rede, mas teve que se mudar para outra cidade próxima. A esposa, sua avó não quis ir junto e resolveu se separar deixando a menina com ele, ficando só com o menino. A partir daí, seu avô ficou sozinho cuidando da filha, levando-a junto no trem quando não achava com quem deixar. Sua mãe foi criada assim, de lugar a lugar, de mãos em mãos até que um dia seu avô resolveu casar novamente e deu uma madrasta para a mãe. Sem contato com a mãe que a abandonou e com seu pai já falecido, quando ela tinha uns 14 anos, seu irmão apareceu querendo levá-la junto para Porto Alegre. E disse-lhe que se ela não fosse com ele ambos nunca mais se veriam. Foi o que aconteceu. Ela continuou na cidade onde morou toda a vida com seu pai. Não recebeu pensão, pois desconhecia a burocracia da época. Casou muito cedo, com 16 anos, contra a vontade da família do marido, pois ela não era “nada”, já que a família do marido era de “posses” e conhecida na cidade. Ficou um tempo trocando cartas com o irmão, mas depois as cartas foram escasseando e nunca mais teve notícias. Foi uma vida de luta e sofrimento para essa filha de ferroviário.

Quanto à violência contra a mulher na ferrovia, de acordo com a maioria das falas, ela existia. Segundo as colaboradoras, as mulheres passavam por maus tratos. Geralmente, isso acontecia com os próprios maridos que chegavam em casa bêbados, sempre depois do expediente de trabalho. Estando em casa, brigavam com suas mulheres e filhos. Havia também os maridos ciumentos que não deixavam as mulheres saírem de casa sozinhas. Muitas delas apanhavam. Entretanto, essa situação acabava quase sempre sem punição, dificilmente alguém ia preso. A não ser quando o caso era muito grave e aparecia nos meios de comunicação, isto é, os jornais da época. Por exemplo, no Jornal A Razão, em edição de julho de 1954, consta ter um ferroviário atado fogo na mulher, por ela o ter traído.

Também ocorria agressão contra as professoras por parte dos ferroviários. Segundo uma professora colaboradora, hoje com 83 anos, esposa de ferroviário supervisor de máquinas, ela disse que algumas vezes ficava substituindo a Irmã na escola, especialmente quando ela viajava para fazer cursos. E acontecia que algumas professoras sofriam por serem insultadas por pais de alunos. Os alunos eram rebeldes, batiam uns nos outros, não faziam os temas. Assim, as professoras tentavam impor a disciplina, colocando-os de castigo ou faziam observações nos cadernos, porém os pais não aceitavam, não procuravam saber direito o que estava ocorrendo e agrediam as professoras verbalmente. Então, a colaboradora chamava esses pais, conversava e tentava fazê-los entender os motivos da professora e, eles, na maioria das vezes, conversavam com ela, se desculpavam e saíam.

Há um fato ocorrido com uma das colaboradoras, Z.T.P.C. (2010), bastante interessante, do qual ela lembra uma história de quando seu pai era vivo. Ele era guarda da estação, um homem bastante sério e impunha respeito. Segundo ela, muitos ferroviários depois do expediente iam a botecos beber; quando chegavam a suas residências brigavam com mulheres e filhos. Muitas vezes seu pai tinha que bater na porta das casas para conter as brigas que ocorriam. Como seu pai os conhecia, sempre tentava controlar a situação dando conselhos a esses funcionários, sendo que muitos o respeitavam.

Segundo Segnini (1982) o alcoolismo representava sérias ameaças ao equilíbrio psíquico exigido do trabalhador para a manutenção da produção em níveis máximos, então, deveria ser combatido. Caso contrário, a demissão era a arma mais utilizada para eliminá-lo e assim mostrar aos demais empregados a posição da empresa frente a este tipo de comportamento.

Outro ponto significativo é a questão da prostituição. Essa profissão sempre existiu em todas as sociedades e na ferrovia isso não poderia passar despercebido, e nem ser diferente, afinal a estação férrea sempre foi um lugar de passagem onde todas as pessoas, não importando a classe social, se cruzavam constantemente, desde “o grande político até a prostituta”. Na lembrança das colaboradoras era visível a prostituição. De acordo com suas vozes, havia prostitutas nos bancos da estação. Elas eram percebidas pelo modo como se vestiam ou como se comportavam nas dependências daquele local. Também, na fala das colaboradoras havia algumas camareiras do trem Húngaro que vinha de Porto Alegre que, após o expediente de trabalho, “saltavam do serviço e iam fazer programas”. Segundo elas,

esse fato era velado no meio operário ferroviário, “se sabia, mas ninguém comentava”.

Também, através de uma das colaboradoras há uma história a respeito da sociedade machista que está muito além da sexualidade. Ocorre que, em um dos trens havia um funcionário que trabalhava no restaurante. Na verdade, ele não era funcionário, mas funcionária. Nascida em uma família de ferroviário, onde tinha somente irmãs, foi a caçula. Desde pequena, vestiram-na como menino e assim chegou à idade adulta. Todos a confundiam com homem e inclusive chamavam-na pelo apelido de “Joãozinho”.

E apesar de não ter sido um ponto a ser explorado diretamente no trabalho se percebe no decorrer das entrevistas com as colaboradoras, a questão de gênero, no entanto, muitas delas dizem não sentir a diferença. As colaboradoras que trabalhavam diretamente na ferrovia, disseram não ter diferenciação entre homens e mulheres, já que algumas delas trabalhavam nos escritórios e faziam o mesmo serviço que os homens e às vezes mexiam com as finanças, além disso, o salário era igual. Mas, ficavam um pouco confusas e receosas quando eram indagadas em relação ao seu trabalho em casa, pois tinham dupla jornada de trabalho. Pelas próprias feições era perceptível essa diferença de gênero no espaço doméstico. Outras, claramente colocavam as diferenças em relação aos homens e convívio com colegas. Sem contar, que muitas vezes as mulheres queriam fazer algo, por exemplo, desligar uma máquina ou apertar um parafuso em dias chuvosos e os colegas homens diziam que elas eram mulheres e deviam se cuidar, pois “eram mais fracas”, “ não sair para fora na chuva, pois ao se molhar, iriam pegar um resfriado” ou “isso não é serviço de mulher”.

O uniforme servia como um elemento que identificava, dava referência e *status* ao trabalhador ferroviário. Mas, quem lavava eram as mulheres. Elas mesmas aceitam como se fosse “serviço de mulher”. Algumas colaboradoras se referem ao seu trabalho com as roupas dos maridos, pois às vezes eles ficavam fora alguns dias e traziam as roupas para casa bem sujas. As colaboradoras lembram que era trabalhoso lavar e passar os uniformes dos maridos, pois tinha que deixar “tudo lindo e passadinho”.

Outra colaboradora, a senhora F. H. L. (84 anos) conta que seu marido não tinha uniforme porque ele trabalhava primeiramente na fundição, depois foi artífice

da caldeira. Neste caso, ele rasgava muita roupa e sujava demais com graxa. Segundo ela:

Sempre fui do lar. Era bom né [...]. Naquele tempo não tinha água encanada a gente lavava em sanga, puxava água do poço. As roupa era pura graxa, daí ensaboava e botava na terra assim para quasar, para sai a gordura.É, e tinha roupa lá dentro pra trabalhar né. Tudo remendada porque na fundição como furava! Às vezes eu dizia pra ele: essas calças não é mais tuas calça e agora é um remendo. É, eu remendava, de noite eu fazia todo o serviço e ele ia se deitar e eu ia remendar roupa (F.H.L., 2010). (sic)

No que se refere a questão do preconceito em relação a cor da pele, tanto colaboradoras como colaboradores disseram não existir, porém, ele surge de modo velado em suas falas. É claro que se percebe muita amizade entre negros e brancos, inclusive alguns tem uma amizade verdadeira que vai além do trabalho. E todos eles disseram que a classe ferroviária era uma “irmandade”, uma “família” muito unida. No entanto, no decorrer das conversas com alguns deles surgiam os predicados “preto”, “pretinho”, “moreno”, “preguiçoso”, “negrinho”, “negrada”. Também dizem que se faziam “brincadeiras” entre brancos e negros. Alguns dos colaboradores enfatizavam que tal lugar, era o “lugar dos negros”, principalmente, no que se refere aos clubes, pois diziam que “lá branco não entrava”. O que se percebe é a construção da família ferroviária, pois mesmo muitos imbuídos de preconceitos essa expressão “família ferroviária” tornou-se maior.

A ideia de grande família ferroviária foi divulgada tanto pela direção da empresa quanto pelos próprios ferroviários, atuando na vida pessoal e profissional dos trabalhadores.

No trabalho, essa representação foi divulgada principalmente através de circulares da direção da empresa e do exercício de uma política paternalista, do caráter do trabalho e do forte senso de integração dessa categoria. Na vida pessoal, se consolidou através dos laços que se criaram em função da necessidade de integração e dependência entre alguns postos no trabalho, bem como a proximidade de residência e o lazer que estimularam tanto a camaradagem quanto a cooperação, potencializando a representação de grande família ferroviária. (HILLIG, 2005, p.222)

Essa visão de família ferroviária, tanto na ótica das colaboradoras mulheres como dos colaboradores homens mantém-se viva dentro de seus “corações”. Basta que relembrem o seu trabalho, as datas festivas, pois se diziam unidos dentro e fora do trabalho. Além disso, esse pertencer, ser ferroviário era ser diferente, havia uma distinção, era possuir *status* ser ferroviário e fazer parte da família ferroviária.



Uma das colaboradoras disse que, na sua época bastava dizer que era ferroviário e teriam crédito em todo o comércio, sem precisar de muita burocracia. E conta ainda com orgulho, que “a primeira televisão em Santa Maria, pertenceu a um ferroviário”. Mas, após a sua fala ela lamenta a sua situação atual e o desfecho que esse grupo de trabalho teve tanto a nível material como social.

No entanto, ainda hoje alguns grupos se reúnem para que o tempo da ferrovia não caia no esquecimento. No caso da Associação de Aposentados Ferroviários de Santa Maria, todos os anos eles costumam fazer churrasco e se encontrar na Estação Ferroviária de Santa Maria para comemorar o dia do ferroviário gaúcho (31/10) e trocar ideias sobre sua condição de aposentados. Inclusive, participam ferroviários de várias outras partes do Estado. Ao lado da locomotiva, os homens assam o churrasco e na cozinha, as mulheres preparam a salada que será levada em uma sala no interior da antiga estação. Neste local eles se reencontram com seus colegas, amigos e familiares, unem-se para preparar o almoço e confraternizar, conforme as figuras abaixo.

**Imagem 04:** Comemorações ao dia do ferroviário gaúcho.



**Fonte:** Arquivo pessoal da pesquisadora, 29/10/2011.

**Imagem 05:** Comemorações ao dia do ferroviário gaúcho.



**Fonte:** Arquivo pessoal da pesquisadora, 29/10/2011.

**Imagem 06:** Comemorações ao dia do ferroviário gaúcho.



**Fonte:** Arquivo pessoal da pesquisadora, 29/10/2011.

Desse modo, essa família ferroviária (mulheres, homens e crianças) faz com que a história da ferrovia e do trabalhador ferroviário do Rio Grande do Sul não se apague, pois continuam a guardar e a preservar sua história.

## **2.2 A atuação pública das mulheres de famílias ferroviárias**

A convivência em outros espaços que não o do trabalho contribuiu para alimentar a representação de grande família. Ferroviários e suas famílias em geral, moravam próximos uns dos outros, encontravam-se nos bailes promovidos pelas suas associações, sindicatos, nos jogos de futebol, nas pescarias, nos encontros políticos, na cooperativa, no açougue, na padaria, na farmácia, nos postos médicos da Rede, nas escolas de seus filhos (mantidas pela Rede ou pela Cooperativa), enfim, era difícil não frequentar os mesmos lugares. As pessoas se viam, se conheciam e tinham relações que extrapolavam as relações do trabalho.

Essas festas eram feitas assim, por grupo. O pessoal de oficinas faziam as festas com os grupos deles; nós fazia com o nosso grupo, dificilmente a gente se juntava porque as vezes não era questão de preconceito mas por falta de tempo. Nós tinha um grupo; nos éramos em oito colegas. Então, quando estávamos em casa nos finais de semana, aos domingos, por exemplo, vamos no carnaval. Ai eu avisava a turma toda e iam almoçar lá em casa; daí eu fazia almoço, churrasco, fazia o que eu quisesse então no outro domingo era na casa do outro; ele é que fazia correndo rodízio, no caso assim, a minha esposa ia com minha filha na casa dos colegas e a mesma coisa o outro colega trazia a família. Todos fins de anos, a cada 31 de outubro, dia do ferroviário gaúcho a gente fazia festividade porque a Viação Férrea do RS deixou de ser belga em 31 de outubro, então a gente se reunia no Riograndense, fazia campeonato de futebol, churrasco, carnaval depois a turma começou a parar, depois de 74. Até 80, tudo era maravilha, depois começou a cair, muita gente foi removida, foi fechado muito setor de oficina [...] (J.S.C., abril, 2010). (sic)

Havia torneios de futebol, inclusive em outras cidades, organizados, em sua maioria, com o apoio da Rede Ferroviária. Esses propiciavam não só o encontro dos jogadores, mas também de suas famílias e, em geral, terminavam com uma festa. As atividades de lazer deram origem a muitas entidades ferroviárias de cunho recreativo, com as quais a rede férrea gaúcha não só contribuía materialmente, como dispensavam do serviço os servidores que deveriam disputar torneios. Muitos ferroviários ingressaram na Rede graças às suas habilidades como jogadores de futebol. Também, nos fins de semana havia aqueles que pegavam carona de trem

para irem pescar. Na maioria, compadres ou parceiros de função. Nos fins de tarde, também era comum que os ferroviários se reunissem para jogar bocha ou bola.

No que se refere ao futebol, o mesmo é caracterizado desde sua origem, como um espaço eminentemente masculino. De acordo com Franzini (2005), devido o espaço do futebol não ser apenas esportivo, mas também sociocultural, os valores nele embutidos e dele derivados estabelecem limites que, embora nem sempre tão claros, devem ser observados para a perfeita manutenção da 'ordem', ou da 'lógica', que se atribui ao jogo e que nele se espera ver confirmada. A entrada das mulheres em campo subverteria tal ordem, e as reações daí decorrentes expressam muito bem as relações de gênero presentes em cada sociedade: quanto mais machista, ou sexista, ela for, mais exacerbadas as suas réplicas.

Frente a tais posturas e práticas, não se surpreende que as mulheres não sejam vistas como mais um sujeito da história do futebol brasileiro, e que o futebol feminino, em particular, seja um tema praticamente inexistente quando se fala sobre a trajetória do chamado "esporte bretão" no país.

Mesmo não fazendo parte da história oficial, as mulheres fizeram parte do futebol na cidade de Santa Maria e suas vidas muitas vezes estiveram interligadas com a história do Riograndense Futebol Clube que completou seu centenário no ano de 2012. As mulheres não entravam em campo, mas estavam sempre presentes como torcedoras, acompanhando seus pais, maridos e filhos.

Uma das torcedoras mais eminentes do Riograndense Futebol Clube foi a professora Agueda Brazzale Leal conhecida em toda a cidade por sua dedicação ao magistério e a literatura. Ela teve uma relação estreita com o clube, o mesmo, foi fundado em maio de 1912 e Agueda nasceu em novembro de 1913. Filha de ferroviário, desde criança acompanhava o pai que era um torcedor fanático.

Vale reforçar a relação da professora Agueda com o time Riograndense e a histórica participação das mulheres nesse Clube, pois seu centenário se deu no dia 07 de maio de 2012 e a professora faleceu em 10 de maio de 2012. Torcedora do Riograndense, Agueda esteve presente na partida histórica entre Grêmio e o Periquito, em 1921, quando o clube esmeraldino saiu vice-campeão gaúcho.

**Imagem 07:** Professora Agueda Brazzale Leal.



**Fonte:** Arquivo particular da professora Ceura Fernandes.

Também a colaboradora H.M.K.P., hoje com 92 anos, esposa de ferroviário, conta que ia muito pouco ver jogos de futebol porque morava em Pinhal/Itaara, na maioria das vezes participava de futebol de várzea. No entanto, diz que sempre se considerou “devota do Riograndense”.

Já outras mulheres que participaram de modo ativo na torcida do Riograndense foram às das famílias de ex-jogadores ferroviários. Identificamos, como exemplo, as filhas e irmãs de ex-jogadores do Clube. São elas S. M. S. P. e S. R. P. Z., que juntamente com sua mãe eram fiéis torcedoras. Não iam ao campo, mas no fundo do pátio de suas casas, que fica em frente ao campo do Estádio dos Eucaliptos, possuem uma bancada junto ao muro. Nesse local elas sempre ficavam e ficam até hoje para torcer pelo time.

A mãe delas costumava torcer de modo fervoroso, sendo que, muitas vezes se exaltava conforme depoimento abaixo:

O pai era apaixonado pelo Riograndense [...]. A mãe era louca por futebol, somos todas. [...] Minha mãe sempre morou aqui [...]. A gente tem uma ligação muito grande pelo Riograndense. A gente sempre viveu nessa zona aqui, acompanhando os jogos. A mãe era fanática, fanática, fanática. Eu lembro que relatavam que quando o pai jogava o mano era pequeno e ela olhava na bancada ela se entusiasmava tanto que atirava o mano pra cima e aparava sem sentir e eu vivia bola, comia bola, e o meu pai quando o mano começou a jogar, o mano vinha do colégio de tardezinha e ele botava um tijolo pra ele aprender a driblar.[...] ( S. M. S. P., março, 2012). (sic)

**Imagem 08** - Torcida das periquitas

**Fonte:** Arquivo particular de Candido Otto Haupt da Luz.

Quanto à imagem acima, trata-se da torcida organizada das periquitas que eram filhas de ferroviários. Eram mulheres que torciam fervorosamente pelo time do Riograndense. Mulheres estas, que faziam parte da família ferroviária. No entanto, conforme os depoimentos das irmãs S. M. S. P. e S. R. P. Z, as periquitas na verdade eram todas as mulheres que torciam pelo time, e não apenas aquelas da ‘torcida organizada’, pois se lembram de também serem chamadas de periquitas. Como podemos perceber em depoimentos e documentação existente sobre o Clube<sup>32</sup>, as mulheres estavam presentes em todas as festividades do Riograndense Futebol Clube, apesar de seus papéis serem sempre de coadjuvantes.

Outro atrativo que as famílias ferroviárias e também a população em geral tinham era a gare da estação ferroviária e a Praça Saldanha Marinho. As chegadas de trens em Santa Maria eram consideradas algo extraordinário por todos e a praça, diferentemente de hoje, era um lugar bem cuidado e freqüentado por famílias.

A cidade, o pessoal do centro, a chamada classe A descia até a estação para esperar passageiros ou simplesmente ver o movimento ou freqüentar o restaurante que era famoso, equivalia ao que é o Restaurante Augusto hoje. Lá era um lugar de passeio da sociedade lauta. Passeava-se na passarela, admirando a chegada de trens. O pessoal descia para ver quem chegava e quem saía. E, naquele tempo, os passageiros iam para as portas

<sup>32</sup> É possível consultar estas fontes no Livro “RIOGRANDENSE FUTEBOL CLUBE – Cem anos no coração gaúcho”, editado pelo NEP/UFSM, em comemoração ao centenário do clube santa-mariense.

dos carros para receber os viajantes, pegavam a bagagem, colocavam num estrado de quatro rodas e vinham para os hotéis, que eram todos lá embaixo na Rio Branco. E nós, que morávamos na Vila Belga, as vezes íamos até a gare ou íamos para o fundo do quintal de casa para ver todo o movimento da cidade na estação. Do pátio da nossa casa e dos vizinhos, enxergávamos a saída dos carros, enfim, toda aquela movimentação. (...) Da praça central lembro do coreto, das arvores e dos bancos, tudo muito bem cuidado. Nosso grupo de jovens se reunia no coreto para conversar. Moças e rapazes subíamos a avenida, ficávamos mais ou menos uma hora no centro, depois descíamos. (...) Lembro daquele chafariz permanentemente jorrando água. Era tudo muito bonito (CEURA *apud* LEAL, 2011, p.173-76).

Os bailes representavam outro espaço de convivência. Existiam várias sociedades destinadas a esse fim. Em Santa Maria funcionava o “Grêmio”, a “Associação”, o “21 de Abril”, o “13 de Maio”. Todos os clubes seguiam regramentos morais austeros e zelavam pela ideia de família. Nos carnavais havia concurso de beleza, onde eram escolhidas as rainhas. Nestes, geralmente eram as filhas de ferroviários que concorriam ao título em seus clubes, e depois aos outros clubes da cidade. Isso se estendia para a escolha da rainha do carnaval da cidade. Segundo a colaboradora V.M.M.S. (outubro, 2010): “[...] a gente participava dos clubes, tinha o 21 de Abril, íamos aos carnavais. Filha de ferroviário, né!”. Já J.S.C. (abril, 2010) acrescenta: “Tinha o Grêmio lá no Km3, tinha o 21 de Abril, a Associação dos Ferroviários [...]; tinha o Clube 13 de Maio, a União Familiar. Na época do carnaval, inclusive, aqui na Associação a gente campeava a turma para ir”.

Em 1948, houve uma explosão do nosso clube social, a Associação dos Empregados da Viação Férrea, fundada em 15 de novembro de 1914. A Gladis Lopes dos Santos foi rainha dos ferroviários do Rio Grande do Sul e eu, como candidata da Viação Férrea ao primeiro concurso de rainha do carnaval de Santa Maria, fui eleita por unanimidade. Esse ano foi um show para o clube dos ferroviários, em todos os sentidos. Concorri com oito moças e ganhei. E até hoje os ferroviários não esquecem isso, porque foi uma festa tão grande... (SEDAC/CHO *apud* PORTALET, 2002, p.109).

A prática de associações foi bastante comum e estimulada na Viação Férrea. Até a década de 1940, as agremiações foram apoiadas pela Rede porque além de muitas delas auxiliarem no processo de disciplinarização, regando o lazer ou proporcionando benefícios em caso de aposentadoria, morte ou doença, acreditava-se que serviam para reforçar a ideia de família dentro da empresa. Sendo que, depois de 1940 a Rede estimulou a unificação dessas associações, e através de uma circular de 1944 anunciou novas regras para auxiliá-las. Só era reconhecido e

concedido auxílio às associações registradas de acordo com a lei, inscritas na repartição de pessoal e que permitissem a fiscalização de sua contabilidade<sup>33</sup>.

De acordo com Hillig (2005), por outro lado, também a partir da década de 1940 destacaram entidades de cunho político, a exemplo do Movimento Unificador Ferroviário (MUF), que foi responsável pelo maior movimento reivindicatório daquela época, o qual resultou em ganhos importantes de ordem pecuniária concedidos a categoria. Mas a maior das associações ferroviárias criadas no Rio Grande do Sul, no ano de 1952, foi a União dos Ferroviários Gaúchos (UFG), ou, como referida pelos trabalhadores, a “gauchinha”. Essa associação sofreu influência do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e possuiu grande representatividade frente aos funcionários, em especial das Oficinas da Rede, e seu funcionamento se deu até o Golpe civil militar de 1964.

Esse tipo de associação contribuiu para a unidade da categoria e, conseqüentemente, fortaleceu a ideia de família. Por outro lado, reforçando-se o colocado anteriormente, também sustentou o programa de assistência, educação e recreação da VFRGS, auxiliando no processo de disciplinarização. As relações, dentro e fora do espaço ferroviário, além de firmarem a ideia de uma “grande família ferroviária”, acabaram fazendo com que a identidade social de um ferroviário se confundisse com o seu trabalho na VFRGS (Flôres, 2008). Isto foi importante tanto para a aproximação entre os ferroviários e seus familiares, formando a representação de família, quanto para a imagem da VFRGS enquanto uma boa empresa. Esses elementos associativos serviram para propiciar o afloramento do sentimento de orgulho da empresa e de pertencer a esse grupo. “A cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea foi criada especificamente para atender a ferrovia. Ela foi um grande passo em direção ao socialismo, pois distribuía o lucro” (SEDAC/CHO apud MENEZES, 2002, p.129).

Também serviu para criar uma espécie de solidariedade entre os integrantes de tal “família”, principalmente nos momentos difíceis, como em greves, doenças, penúria por baixos salários ou número exagerado de filhos. Nestas situações, os trabalhadores se uniam e socorriam os colegas, fortalecendo ainda mais a ideia inicial de “família ferroviária”. Como afirma R.M (outubro, 2010): “As famílias eram

---

<sup>33</sup> Conforme Hillig, 2005, p.243.



unidas, umas ajudavam as outras. Se faltasse algo em alguma casa, um ajudava o outro, com um ranchinho”.

Entretanto, uma das iniciativas mais apoiadas pela direção da VFRGS foi a Cooperativa, que além de garantir qualidade de vida para os funcionários – refletindo na imagem de bonança que a ferrovia oferecia aos seus funcionários – mantinha, afora centenas de escolas de alfabetização e de séries iniciais, duas escolas de formação profissional: uma para moças (Escola Santa Terezinha) e outra de formação profissional (Artes e Ofícios). A escola Artes e Ofícios, depois denominada Hugo Taylor, preparou a mão de obra qualificada para a rede nas seguintes especialidades: tornearia (madeira e mecânica), carpintaria, ferraria, estofaria, entalhe em madeira, caldeiraria, fundição, pintura, ajustagem e eletricidade. “O feminino era o Santa Terezinha, e o masculino, o Colégio Hugo Taylor. Lá a gente entrava criança e saía formado, com uma profissão. Era um colégio industrial.” (SEDAC/CHO apud SANTOS, 2002, p.145)

Segundo todas as colaboradoras, a Cooperativa representou algo essencial em suas vidas. Não há nenhuma dessas senhoras que não se lembre da Cooperativa com carinho e saudade. Sendo que todas guardam um fato marcante de sua vida proporcionado pela entidade, e a caracterizaram de várias maneiras. Por exemplo, a colaboradora M.E.R.D. (maio, 2010) diz que: “A Cooperativa era um shopping, lá tinha desde a parte da carne, do pão, de tudo, de verduras, ferramentas, joias, medicação, tudo! Você acredita que o meu anel de 15 anos e o meu quarto de 15 anos foi comprado na Cooperativa! Tinha tanto joias como tinha móveis”.

Todos os ferroviários têm recordações do movimento cotidiano que a COOPFER proporcionava a todos.

A cooperativa! A cooperativa tinha tudo! Açougue, farmácia, inclusive aquelas mordomias que hoje você tem que comprar pela internet ou pelo telefone. Meu pai deixava a lista, vinha em casa e avisava que, se a gente quisesse fazer um churrasco, o funcionário do açougue vinha entregar a carne (SEDAC/CHO apud RAMOS, 2002, p.128).

A direção da Viação Férrea avalizava o crédito dos seus funcionários na Cooperativa e, posteriormente, descontava suas contas em folha de salários. Também a empresa supervisionava o movimento financeiro da Cooperativa. Geralmente os ferroviários tinham que negociar suas compras, sendo que, muitas

vezes, eram as esposas que faziam as compras e eram elas que tinham que negociar as compras futuras.

Quando a mulher ia na Cooperativa, chegava lá e não dava mais para gastar, tinha o gerente da Cooperativa, A Cooperativa também era bem controlada. Era o visador o cargo daquele cara, um encarregado para o funcionário não gastar demais, porque gastava mais do que ganhava. Não lembro, acho que no dia 25 do mês virava a folha e daí gastava para o outro mês. Daí era fim de semana e não era 25, era 23, 22, já tava preenchida. Daí tinha que ir lá “cantar” o cara para virar e botar no outro mês; daí tu chegava em casa tinha carne. O visador virava a folha, nisso a mulher era esperta, em virar a folha. A mercadoria tudo era de primeira linha. Café, sabão, essas coisas, tudo era ótimo. Tinha gente particular de fora que pediam para comprar para eles. A mercadoria era cara, mas levava quase 90 dias para pagar, geralmente era uns 60, quase 90 dias. Ela não deixava mal. Remédio também, eles liberavam. Não deixavam sem. Sempre se negociava. Tinha gente que não ganhava tão bem, a família era grande. Então, quando virava a folha o cara já tava devendo (R. M., maio, 2010). (sic)

Portanto, a COOPFER foi responsável por grandes iniciativas sociais, principalmente no setor educacional, a exemplo da educação básica, aulas de alfabetização, escolas turmeiras e escolas de artes e ofícios. Conforme afirma Flôres (2007, p. 373): “A possibilidade de alfabetização dos ferroviários e seus familiares, aliadas às boas condições de alimentação e saúde, em função dos serviços disponibilizados pela COOPFER, foram fatores determinantes para a afirmação cidadã desses trabalhadores”. Ainda conforme o autor, a Cooperativa significava para as elites e governo o meio de infundir nos trabalhadores um ideal de colaboração entre os operários, conseguindo estes alcançarem os desejos de todos, que era melhoria das condições materiais e culturais de vida.

Hoje, os ferroviários, tanto homens quanto mulheres, afirmam que os pais e familiares se sentiam orgulhosos em ter pessoas estudando nas escolas ferroviárias, pois estas sinalizavam aos seus frequentadores um futuro promissor e até de maior projeção social.

O discurso acerca da importância da ferrovia é constante na lembrança de todos os ferroviários e das mulheres e filhas dos mesmos. A visibilidade dessa importância no dia-a-dia e o acompanhamento do crescimento das cidades alimentaram tal ideia dentro do grupo. Na memória de todas as colaboradoras a ferrovia persiste, mesmo para aquelas que não chegaram a vivenciar o seu auge. Com a decadência da ferrovia, perderam-se também alguns vínculos de amizades. Como coloca C.M. (julho, 2010): “Nas férias dele (marido) viajávamos de trem para Porto Alegre, Cacequi com as filhas, para visitar os parentes. Sentimos falta depois

que terminaram com os trens [...]”. Para algumas destas pessoas foi triste o processo de privatização, pois muito dos direitos dos trabalhadores iam sendo suprimidos pela nova realidade, especialmente em ver a insegurança nos olhos dos colegas que ainda não tinham se aposentado.

A gente perdeu um vínculo. Estou aposentada. Eu já estava muito preparada quando começou a privatização. Achei falta do serviço, de sair para trabalhar, de ir lá. Enfim, sempre gostamos do que fazíamos. Quando se viu o pessoal indo embora, já não tinha mais aquela alegria. Nós éramos uma família Depois era deprimente, pois todo mundo sabia que ia sair dali (L.K.A., 2010).

A sensação de perda de seus direitos e também de seu *status* de ferroviário é sentido por todos de várias maneiras na sociedade. Um colaborador se expressa de modo bem interessante, pois ele percebe a desvalorização da classe ferroviária no modo de agir das pessoas. Ele foi artífice mecânico e fala também de sua percepção da crise da ferrovia. Crise essa, que se prolongou constantemente a partir da década de 1950, onde a rede ferroviária passou a ser considerada “onerosa” para os cofres públicos sendo que o governo com sua política de desenvolvimento rápido passou a dar prioridades ao transporte rodoviário. E a partir de então, passou-se para a Ditadura civil militar que abafou qualquer tipo de organização e mobilização de trabalhadores até que, na década de 1990, diante da reestruturação econômica da sociedade capitalista no processo de globalização a extinção da Rede ferroviária aconteceu e com ela a total precarização da classe trabalhadora que muito contribuiu com a história de desenvolvimento do país.

Mudou tudo, principalmente o convívio com os colegas. Aquele horário que a gente acostumava a se acordar. Eu sai em 94 e até hoje eu me acordo no mesmo horário. Era uma família. A crise foi por causa das multinacionais e do transporte rodoviário influenciou muito a ferrovia. Nos países mais adiantados do mundo, a ferrovia é em primeiro lugar, né. E aqui nos nem terceiro não somos, um país subdesenvolvido. Infelizmente existe e sempre houve corrupção em todo setor. [...] não fomos nós os peões que terminamos, nós fomos os verdadeiros heróis (C. S., 2010). (sic)

Também muitas mulheres mesmo conhecedoras e conscientes da realidade em que vivem cotidianamente, na sociedade brasileira, ainda pensam no retorno dos trens. As recordações são importantes para elas que lamentam a privatização.

Até hoje sinto falta. Tão falando que ainda vai voltar a ferrovia, mas como era não vai voltar. Naquele tempo era um transporte mais barato. A gente viajava com leito e dormia, de manhã quando chegava em Porto Alegre vinha um cafezinho chegando no quarto para a gente. Coisa mais boa! Era o Minuano, ele era com velocidade. Coisa mais linda o Minuano. Foi o maior erro a privatização da rede! (S. R.J., fevereiro, 2010). (sic)

A sociedade atual é incerta para muitas dessas mulheres que vivenciaram um discurso desenvolvimentista e de civilidade. Isso é visível em suas falas que se repetem constantemente.

Deveriam ter mantido, seria mais barato. Teria que ter alternativa. Era agradável. Viajei muito. Posso dizer que aquele tempo era bem melhor. Era prosperidade, tinham-se certezas, hoje é uma insegurança. Eu sou muito saudosista (V.M.M.S., outubro, 2010). (sic)

Assim, a ferrovia deve ser compreendida em sua estrutura complexa de trabalho e produção também como espaço de representação social, política e cultural, vinculada a ideia de progresso pessoal e coletivo, ainda que espaço não de todo transformador, justo ou mesmo revolucionário. Permanecem ideias acerca da importância da ferrovia como propulsora de desenvolvimento. Esse discurso perpassou a toda a sociedade. Quando a ferrovia passou a enfrentar dificuldades, nas crises e no processo da privatização na década de 90, o discurso foi mantido e se lamentou a sua decadência.

As mulheres, por sua vez, não estavam alijadas deste processo, porque sentiram o peso nos seus ombros e vivenciaram essas transformações, mesmo que muitas vezes estivessem confinadas no seu mundo privado. Suas vozes não soaram no processo histórico para serem devidamente ouvidas e compreendidas, em função de tal espaço ter sido predominante gerido pelas ações e poder masculino. Mas, conforme se apurou nos diversos depoimentos, a persistência feminina foi realidade igualmente pulsante em tais cenários temporais da vida laboral e das famílias de trabalhadores ferroviários.

### **2.3 As influências políticas sobre as famílias ferroviárias**

Sabe-se que no Brasil desde a sua formação, sempre apresentou graves contrastes. Durante muito tempo teve a predominância de uma aristocracia agrária escravista, economia agroexportadora dependente e dependente também de uma política colonial de opressão. E isso trouxe consequências para a educação.

Persistia o panorama do analfabetismo e do ensino precário, restrito a poucos, uma vez que a atuação eficaz dos jesuítas se fez sobre a burguesia e na formação das classes dirigentes, além da tarefa dos missionários entre os índios. Uma sociedade exclusivamente agrária, que não exigia especialização e em que o trabalho manual estava a cargo de

escravos, permitiu a formação de uma elite intelectual cujo saber universal e abstrato voltava-se mais para o bacharelismo, a burocracia e as profissões liberais. Resultou daí, um ensino predominantemente clássico, por valorizar a literatura e a retórica e desprezar as ciências e a atividade manual. Durante esse longo período do Brasil colônia, aumentou o fosso entre os letrados e a maioria da população analfabeta. (ARANHA, 2006, p.193)

Entretanto, com o Positivismo de Augusto Comte a educação deveria priorizar a idéia de progresso e a confiança no conhecimento científico, sendo que atuou de forma marcante no Brasil, principalmente influenciando as medidas governamentais do início da República e também na década de 1970 com a implantação da escola tecnicista.

Segundo Aranha (2006) os ideais positivistas se adaptaram às transformações dos novos tempos e interferiram vivamente na concepção de mundo e sobretudo constituiu o pressuposto filosófico das ciências humanas de tendência naturalista como a sociologia de Durkheim que teve o mérito de ter acentuado o caráter social dos fins da educação e desenvolveu uma concepção determinista, segundo a qual a sociedade impõe os padrões de comportamento.

Sabe-se que desde o Brasil Império a maioria das mulheres viviam em situação de dependência e inferioridade com mínimas possibilidades de instrução. O objetivo maior era preparar as mulheres para o casamento e convívio social, pois eram poucas aquelas que recebiam noções de leitura. Dedicavam-se mais as prendas domésticas, boas maneiras e a formação moral e religiosa.

Mas foi com a lei de 1827 que pela primeira vez se determinaram aulas regulares para as meninas, embora ainda se justificasse que a educação tinha por objetivo o melhor “exercício das funções maternas” que elas haveriam um dia de exercer. Essas aulas deveriam ser ministradas por “senhoras honestas e prudentes” das quais não se exigiriam grandes conhecimentos, uma vez que, em aritmética, por exemplo, bastava ensinar as quatro operações. O problema, porém, decorria da impossibilidade de conseguir mulheres que tivessem o mínimo preparo, e, quando tinham pelo menos um pouco, podiam não ser aceitas se não soubessem as “artes da agulha”. Segundo dados de 1832, “por falta de professorado idôneo, não atraído pela remuneração parca”, em todo o Império o número de escolas para meninas não chegava a vinte. (ARANHA, 2006, p.229)

Desse modo, foram criadas escolas que poderiam profissionalizar as mulheres na carreira do magistério, porém, sempre foram precárias. Somente o

interesse pela educação feminina se deu na fase pré-republicana, pois as idéias inovadoras permitiram que se oferecessem estudos as mulheres que antes era somente ofertado aos rapazes. Mas mesmo assim, se tinha muitas controvérsias.

Os mais conservadores, temendo o desmonte do sistema patriarcal e a dissolução da família, usavam como argumentos a “natureza” inferior da inteligência feminina e seu destino doméstico; outros, mais liberais, destacavam a importância da sua educação para o exercício das funções de esposa e mãe; os mais avançados, como Tobias Barreto e Tito Lívio de Castro, porém, percebiam que a educação da mulher exercia o papel central de um programa de reformas sociais, imbuídos de que “a crença inabalável do poder da educação como fator de mudança social, de um lado, e, de outro como fator de justiça social, constituía, por assim dizer, a questão-chave de cuja solução dependia o progresso da sociedade brasileira” (ARANHA, 2006, p.230).

E assim, as escolas voltadas para a educação feminina foram surgindo, mas eram dirigidas por instituições religiosas francesas.

O projeto político republicano queria implantar a educação escolarizada com o intuito de oferecer o ensino para todos. Sendo que, era reservada para a elite a continuidade de estudos científicos. Já para o povo se restringiu ao ensino elementar e profissional.

A expressão do positivismo no Brasil inspirou a Velha República e o golpe militar de 1964. Segundo essa ideologia da ordem, o país não seria mais governado pelas “paixões políticas”, mas pela racionalidade dos cientistas desinteressados e eficientes: os tecnocratas. A tecnocracia instaurada a partir de 1964 nos oferece um exemplo prático do ideal social positivista, preocupado apenas com a manutenção dos “fatos sociais”, entre eles, a existência concreta das classes. Essa doutrina serviu muito às elites brasileiras quando sentiram seus privilégios ameaçados pela organização crescente da classe trabalhadora. Daí terem recorrido aos dirigentes militares, que são as elites “ordeiras” vislumbradas por Comte. (GADOTTI, 2005, p.110)

Apesar de muitas controvérsias político-ideológicas o positivismo trouxe contribuições para o avanço da educação no Brasil, no que diz respeito ao estudo científico da educação. Segundo Batista (s/d) as idéias positivistas encontraram boa receptividade entre muitos oficiais do exército. Com um currículo voltado para as ciências exatas e para a engenharia, a educação se distancia da tradição humanista e acadêmica, havendo certa aceitação das formas de disciplina típicas do positivismo. As palavras “ordem e progresso” que fazem parte da bandeira brasileira indicam claramente a influência positivista.

O projeto pedagógico do positivismo estava voltado, em particular, para uma elaboração da pedagogia como ciência (ou ciência da educação), por um lado, e, por outro, para uma redefinição dos currículos formativos, colocando em seu centro a ciência, vista como o conhecimento típico e central do mundo moderno baseado na indústria e como um feixe de disciplinas altamente formativas, tanto no plano intelectual como no de

caráter. Ao lado destes aspectos dominantes deve, porém, ser destacada também a presença de outras características típicas da posição “positiva”: a valorização da educação como “dever” essencial das sociedades modernas e como “direito” de cada cidadão e, portanto, como meio primário para operar uma evolução no sentido laico e racional da vida coletiva: a atenção aos problemas da escola, sentida como o instrumento essencial desse crescimento educativo das sociedades industriais. (CAMBI, 1999, p.467)

Na década de 1970, a escola tecnicista teve uma presença marcante sendo que, a valorização da ciência como forma de conhecimento objetivo, passível de verificação rigorosa por meio da observação e da experimentação, foi importante para a fundamentação da escola tecnicista no Brasil. Desse modo, a história da educação profissional no Brasil pode ser compreendida a partir do desenvolvimento das forças produtivas enquanto estrutura fundamental das relações econômicas, e também a partir das diversas concepções de trabalho e de cultura que os grupos sociais produzem.

Na Europa a ideologia positivista apoiou o ideal de uma “sociedade burguesa” em ascensão e, portanto, o desenvolvimento capitalista. O industrialismo era importante para conservar a ordem burguesa, isto é, a base do progresso. E o progresso, por sua vez, manteria a ordem. A visão dos positivistas era progressista e conservadora ao mesmo tempo. No Brasil, a implantação da República representou um ajustamento do nível político no que diz respeito às novas necessidades geradas na economia e na sociedade, principalmente através do acúmulo de divisas possibilitadas pelas exportações de café, que se distribuíram internamente em efeitos dinamizadores da estrutura econômica. Permitindo, assim, a internalização do capitalismo no país. Politicamente, o Positivismo não foi de todo uma preferência nacional.

No Rio Grande do Sul, ao contrário, adotou-se a ideologia positivista e as ações públicas dos dirigentes partidários, em especial do Partido Republicano Rio-grandense, alavancaram uma virada de modernização das estruturas econômicas do estado.

No contexto gaúcho, tratava-se antes de implantar o capitalismo, para o que se apresentava uma série de entraves. Ante tais problemas que se antepunham, o PRR propunha-se a realizar a modernização econômica exigida. A ideologia importada, posta a serviço das condições histórico-objetivas locais, fornecia os elementos básicos que norteariam a ação do grupo no poder: desenvolver as forças produtivas do Estado, favorecer a acumulação privada de capital e propiciar o progresso harmônico de todas as atividades econômicas (PESAVENTO, 1994, p.67).

O PRR, liderado por Julio de Castilhos e após por Borges de Medeiros, propunha as soluções dos problemas do Estado, através de um projeto de modernização que se justificava a partir do conjunto das ideias elaboradas por Augusto Comte. Com os pressupostos comtianos tentou-se construir uma sociedade racional. Sociedade esta em que as questões sociais derivavam do próprio capitalismo, e cada vez mais era necessário incorporar os trabalhadores à sociedade moderna. No entanto, também era preciso limitar suas ações e criar normas para a participação social.

De acordo com Pinto (1986) a presença do positivismo comtiano no discurso do PRR deve ser compreendida através de considerações da luta política no Rio Grande do Sul, isto é:

Uma primeira consideração relaciona-se com a origem do partido, isto é, com sua desvinculação do movimento republicano brasileiro em geral. O PRR não se originou de dissidências do partido Liberal Monárquico. Seus membros em sua maioria quase absoluta, eram jovens saídos dos bancos das escolas de Direito, de nível superior, onde o positivismo era a "ideologia da moda". Entretanto, seria simplificar a questão se atribuíssemos a constante presença do positivismo no PRR a questões ligadas à origem do partido. O positivismo foi muito mais do que o resquício de uma ideologia exótica em um partido do interior do Brasil. Foi a doutrina do filósofo francês que deu a base para as formulações do PRR enquanto partido representante dos interesses gerais da sociedade rio-grandense, mesmo quando serviu de teoria justificatória para o estado autoritário implantado pelo partido na região (PINTO, 1986, p.106).

Na visão de Carvalho (2002), mesmo com o advento da República os direitos políticos foram poucos, pois a concentração de poder se manteve e a justiça concentrou-se nas mãos dos grandes chefes, baseando-se na troca de favores. Mesmo com a emergência de uma cidadania operária que lutavam por seus direitos, até 1930 não havia povo organizado politicamente nem sentimento nacional consolidado. Para os positivistas era interessante efetivar as propostas sociais, criando assim políticas de inclusão social a fim de garantir uma harmonia social entre as classes.

Segundo Corsetti (2008) o controle dos trabalhadores requeria a utilização sistemática da educação moral e, por outro lado, da prática do trabalho regular. O esforço educacional era indispensável à nova ordem. Nesse contexto, a ciência, a educação e a moral se transformaram em poderosos instrumentos de controle social e de veiculação ideológica, de tal forma que fosse garantida a reorientação da sociedade, neutralizando os conflitos e mantendo a estabilidade social.



A educação teria que ser moralizadora e modelar à conduta dos cidadãos, para que fossem resolvidos os antagonismos sociais que decorriam das desigualdades. De acordo com Cambi (1999), Augusto Comte (1798-1857) elaborou um projeto voltado para a pedagogia como ciência, redefinindo os currículos formativos, colocando em seu centro a ciência, vista como conhecimento central do mundo moderno baseado na indústria, com disciplinas altamente formativas que aborda o campo intelectual e do caráter.

O sistema educacional de Comte repousa sobre três princípios: a lei dos três estados; a classificação das ciências e a religião da humanidade. Segundo Comte, a humanidade passaria por três estados sucessivos: o *estado teológico*, durante o qual o homem explicava os fenômenos por intervenção de um agente sobrenatural; o *estado metafísico* no qual o homem explica o universo por entidades abstratas, e o *estado positivo* em que os fenômenos se explicam por seu encadeamento (SANTOS, 2004, p.54).

Considerando-se o processo de modernização no Rio Grande do Sul, o partido republicano assumiu um caráter bastante intervencionista na economia e na sociedade. No plano da economia visava o capitalismo, e quanto à questão social priorizava a pacificação da sociedade, cuja população historicamente se colocara em disputas internas e externas. Assim, entre muitos assuntos do setor estrutural, pode-se compreender o que se passava dentro do âmbito da ferrovia, como atividade privada até 1920. Afinal, os trens para o Brasil e em especial para os gaúchos, até então uma província sem maior destaque no cenário nacional imperial, foi um elemento essencial de modernidade, situação então substancialmente alterada já nas primeiras décadas do século XX.

De acordo com Hillig (2005, p.244), além de uma opção nova de trabalho, a ferrovia se constituiu em uma representação social vinculada a ideia de progresso pessoal e social. A construção de ideias sobre a importância da ferrovia enquanto mola propulsora de desenvolvimento se fez presente desde as origens dos trilhos no Estado. Em tal contexto, os trabalhadores ferroviários passaram a imaginar-se numa classe, numa categoria de trabalhadores distinta, pois o Estado considerou uma perspectiva de inclusão do proletariado no “seleto grupo dos até então privilegiados grupos sociais, ou seja, estratos da burguesia urbana e rural tornou-se um atrativo que seduziu os ferroviários, categoria que fazia parte do rol dos que quase nada possuíam até então” (FLÔRES, 2009, p.63).

Nas relações sociais e políticas do Rio Grande do Sul, entre fins do século XIX e início do século XX questões ideológicas envolviam o movimento operário.

Isso se dava pelas ações do proletariado no que se refere às articulações de socialistas, anarquistas e comunistas e também pelas posições conservadoras da elite econômica, que se orientava por posições liberais. Desde a década de 1920 a direção da rede ferroviária se preocupou em veicular um discurso de apoio, preocupação com a solidariedade e a unidade com os seus trabalhadores, impondo-lhes a disciplinarização<sup>34</sup>.

Então, moradia, saúde, fundos de pensão, lazer e educação se relacionavam a esse discurso. E a construção de escolas, em parceria com a Cooperativa dos Empregados da VFRGS permitiu a divulgação da empresa enquanto benfeitora, contribuindo para a melhoria da imagem da empresa. Segundo Flôres (2008) *apud* Silva (1999), na década de 20 se tinha necessidade de formar um ideal de homem novo, higienizado e disciplinado para o trabalho. Tal ideal faz parte da ótica e da ação do estado positivista, em especial aquele arquitetado pela elite do PRR do Rio Grande do Sul, que sempre foi forte, cooptador e protetor no que se refere aos grupos minoritários.

No caso especialíssimo dos gaúchos, caso único de sucesso do sistema cooperativo entre operários ferroviários, para o governo e elites, a Cooperativa dos Empregados da VFRGS (COOPFER) foi o meio de inculcar nos trabalhadores um ideal cooperativo em que eles poderiam alcançar o que desejavam, isto é, a melhoria das condições materiais e culturais. A COOPFER que era dirigida por uma elite ferroviária, a qual possuía formação educacional sólida, vários deles com títulos superiores, ficou atenta para os problemas do quadro de funcionários da ferrovia do Rio Grande do Sul. Muitos operários eram considerados ignorantes, e assim trabalhou para possibilitar uma educação formal a esses trabalhadores. Segundo Flôres (2008), o problema da falta de uma educação formal afetava o rendimento no trabalho e o crescimento pessoal e familiar, e também isso repercutia na participação desses trabalhadores nas lutas operárias.

De acordo com o autor citado acima, para o governo e para as elites a Cooperativa seria o meio de inculcar nesses trabalhadores o ideal que através da colaboração, o operário proletário conseguiria alcançar o que todos desejavam: melhoria das condições materiais e culturais de vida. Ideais esses, que permaneceram através do trabalhismo, a ser analisado a seguir.

---

<sup>34</sup> De acordo com Flores (2009).

No Rio Grande do Sul o dirigismo político estatal utilizou-se dos pressupostos da modernidade positivista que se adequou aos interesses específicos e as condições locais dos grupos partidários que geriram o Estado até meados de 1930. Sendo que essa modernização implicou no traçado de políticas públicas que transformou o Estado em agente social, político e cultural.

Entretanto, ao se falar sobre o Trabalhismo no Brasil tem-se que compreendê-lo como uma síntese de doutrina teórica e de muitas práticas políticas, sociais e econômicas, derivadas de ensinamentos do cristianismo, do socialismo e do liberalismo. Mas, também, pode-se afirmar que o Trabalhismo no país surge como uma continuidade aos ideais do Positivismo. Seu grande animador foi Getúlio Vargas, que teve a preocupação de zelar pelos direitos e as garantias asseguradas aos trabalhadores, através de uma legislação trabalhista.

Gomes (2005) aponta para a continuidade de tal ideal, através do surgimento de uma doutrina política nacional que fortalecia ainda mais os ideais de proteção à família e ao trabalho, com maior ênfase à educação. Só pelo ensino se poderia construir um povo integral, adaptado a realidade social de seu país e preparado para servi-lo.

Os princípios gerais do Trabalhismo podem ser resumidos nos seguintes termos:

O trabalho é a fonte principal e originária de todos os bens produzidos. A função destes é a satisfação de necessidades. O valor dos bens reside, portanto, na sua utilidade e no trabalho que concorre para produzi-los; b) a coletividade humana é um sistema de cooperação. A cooperação realiza-se pelo trabalho e para que a cooperação de cada membro da coletividade se torne efetiva, é necessário que se traduza por uma atividade socialmente útil, isto é, que traga benefícios não apenas a quem exerce mas também aos demais membros da coletividade e contribua, por esta forma, para o aumento do bem-estar geral; c) a forma de cooperação é um intercâmbio de trabalho. Quem de útil nada produz nada tem para permutar; d) o poder aquisitivo deve ser a contrapartida do trabalho socialmente útil. Esse trabalho é o único e verdadeiro lastro da moeda. A posse de poder aquisitivo, que não deriva dessa forma de trabalho, representa uma apropriação injusta do trabalho alheio e caracteriza-se como *usura social*; e) o objetivo fundamental do trabalhismo deve ser a eliminação crescente da usura social e alcançar uma tal organização da sociedade onde todos possam realizar um trabalho socialmente útil de acordo com as suas tendências e aptidões, devendo a remuneração graduar-se pelo valor social desse trabalho, com a garantia de um mínimo dentro dos padrões da nossa civilização, para as formas de trabalho menos qualificado (PASQUALINI, 1994, p.88-89).

No Rio Grande do Sul as figuras que merecem destaque ao se referir a lideranças trabalhistas são Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini. De acordo com

Bodea (1992) o peso e importância de Vargas e Pasqualini transcendem, de forma significativa, ao próprio contexto da política regional gaúcha.

Getúlio Vargas é, certamente, o principal personagem político da vida nacional de todo o período de 1930-54 (e, quiça, até 1964), articulador de um projeto político nacional global que, evidentemente, ultrapassa não apenas as fronteiras geográficas do Rio Grande do Sul, mas também os limites político-partidários do PTB. Alberto Pasqualini, por sua vez, transforma-se, se não no único, certamente no principal teórico do trabalhismo brasileiro no período de 1945-54 (BODEA, 1992, p.139).

O autor acima refere que o relacionamento Vargas – Pasqualini foi polêmico no ponto de vista político-doutrinário, sendo que, Vargas tinha uma linha mais pragmática, enquanto Pasqualini era ideológica ou doutrinária. Ocorria uma dinâmica de uma divisão de tarefas no seio do mesmo partido que gera uma relação de complementaridade com aspectos conflitivos entre ambos. Conflitos esses, que se produziram em fases curtas e moderadas.

Quanto ao partido político, na visão do autor, concordando com a ideia de Gramsci:

O partido político na definição gramsciana, traduz, portanto, “uma nova visão de mundo” a partir da experiência histórica de determinado grupo social; organiza uma estrutura dos que compartilham desta visão, selando uma unidade entre teoria e prática, que o transforma em poderosa força social e política, procura construir um “consenso” no âmbito da sociedade civil e, finalmente, projeta-se para dentro da sociedade política, articulando esta força no sentido da conquista da direção do aparelho de Estado, ao nível do qual o “consenso” poderá encorajar-se também na “coerção” (BODEA, 1992, p.179).

Já de acordo com Skidmore (1982), o PTB representava o esforço de Getúlio Vargas para atalhar a marcha dos comunistas, à esquerda, assegurando em seu próprio benefício o voto da classe operária, de importância crescente.

Desse modo, para Bodea (1992) é possível argumentar que a formação e evolução do “trabalhismo” no Rio Grande do Sul a partir de uma elite dirigente oriunda do republicanismo positivista, projetando-se a nível nacional, tende a se aproximar daquilo que Gramsci conceitua como partido político.

Então, o aspecto do pensamento positivista que é absorvido e adaptado de forma mais nítida pelas lideranças gaúchas é justamente o da “incorporação definitiva do proletariado na sociedade”, através da intervenção ativa dos poderes públicos, justificada a partir da constatação de que “o interesse social é a suprema medida de todos os direitos”. Desse modo, seria interessante instaurar nos poderes públicos a mentalidade que o Estado tem o dever de instaurar a justiça social atendendo as reivindicações da classe proletária. Também, ao Estado caberia o

papel de árbitro para que estabelecesse o equilíbrio social entre patrões e empregados. Assim, o Estado protegeria o bem comum da sociedade.

A influência do positivismo sobre as lideranças trabalhistas gaúchas teria, portanto, um efeito de certa forma ambivalente sobre o projeto político implementado a partir de 1930 e, sobretudo, de 1945: por um lado, se busca organizar e mobilizar o proletariado – e o conjunto das classes subalternas – na defesa de seus ‘legítimos direitos’ e na sua incorporação organizada na estrutura social, superando o enfoque reacionário dado à “questão social” durante a República oligárquica. Por outro, a busca da “justiça social” vincula-se á ideia da atuação do Estado como árbitro, articulador de um compromisso social que levaria a uma integração harmônica das “classes produtoras” em cima de um projeto de progresso econômico e social (BODEA, 1992, p.185).

Para Gomes (2005), no pré e no pós 1930 o Estado se apropriou e obscureceu a palavra dos trabalhadores, construída durante a Primeira República. Ao se referir a definição de cidadania, passa pela questão dos direitos sociais. E o problema está na extensão da participação política que envolve a classe trabalhadora. Sendo que, a mesma se constituiu em ator político central à política brasileira.

(...) Neste sentido o acesso da classe trabalhadora à cidadania no Brasil assumiu contornos bem significativos. Em primeiro lugar, porque, como Wanderley Guilherme dos Santos (1979) demonstrou, o que se chamava de cidadania não se definia pelo gozo de direitos políticos ou mesmo de direitos civis. A “cidadania regulada”, definida pelo Estado a partir da inserção profissional no mundo da produção, consistia no gozo de direitos sociais sancionados por lei. Em segundo lugar, porque o processo pelo qual a classe trabalhadora se configurou como ator político foi fruto de um projeto articulado e implementado pelo Estado, projeto este que pode ser chamado aqui de “trabalhismo” brasileiro (GOMES, 2005, p.23).

Desse modo, a ideologia trabalhista teve grande sucesso. De acordo com a autora acima, o verdadeiro mito construído em torno da figura de seu criador, isto é, Getúlio Vargas e a luta até hoje travada pelo espólio do getulismo e do trabalhismo são evidências suficientes para a avaliação da profundidade e permanência desse discurso político.

Conforme Gomes (2005), o projeto estatal que constitui a identidade coletiva da classe trabalhadora articulou uma lógica material, fundada nos benefícios da legislação social, com uma lógica simbólica, que representava estes benefícios como doações e beneficiava-se da experiência de luta dos próprios trabalhadores. Desse modo, o processo de constituição da classe trabalhadora em ator coletivo é um fenômeno político-cultural capaz de articular valores, ideias, tradições e modelos de organização através de um discurso em que o trabalhador é ao mesmo tempo sujeito e objeto.

No entanto, ao se tratar das influências das tendências ideológicas junto aos trabalhadores ferroviários pode-se dizer que o operariado ferroviário continuou a seguir a tendência moderada, escolhendo nos pleitos eleitorais preferencialmente os candidatos do PTB. De acordo com Flôres (2009, p.112) ao tomar por base os pleitos eleitorais de 1945 a 1962 nas principais cidades núcleos de trabalhadores ferroviários do Rio Grande do Sul nota-se que os ferroviários eram declaradamente partidários do trabalhismo político brasileiro. Com certeza, segundo a análise realizada pelo autor em resultados eleitorais enunciados em pesquisa de Trindade e Noll (1991) eram eleitores do PTB ou apoiadores dos candidatos petebistas que representavam a categoria.

O PTB desde sua fundação surgiu como um partido de massa, voltado para o proletariado urbano assalariado. Havia um trabalhismo gaúcho a partir da visão Castilhistista de modernização do Estado.

[...] Entretanto, um trabalhismo que manteria a relação autoritarismo-liberalismo, calcada nos princípios do positivismo (especialmente a burocracia estatal) e do livre mercado. Além disso, um trabalhismo voltado à neutralização das oligarquias regionais e incorporação ordenada do operariado no âmbito do desenvolvimento estadual, em todas as suas esferas. Situações que seriam alcançadas pelo progresso industrial e adoção de legislação trabalhista e sindical, bem como, no plano nacional pela visão de desenvolvimento autônomo (FLÔRES, 2009, p.117).

No Rio Grande do Sul, desde a greve de 1917 os governos positivistas e depois trabalhistas deixaram claro ao proletariado sua intenção de favorecer a ascensão social destes trabalhadores. Sendo que, as medidas que ganharam maior projeção foi a educação e a melhoria das remunerações salariais.

Sendo assim, desde aquela data os ferroviários gaúchos colocaram entre suas metas sociais o alcance de condições de melhoria de vida que incluíam a reversão do analfabetismo e o recebimento de salários que atendessem suas necessidades de sobrevivência. Considerando-se essa perspectiva histórica, no decorrer dos anos, especialmente após 1930, já em pleno exercício no poder federal do presidente Getúlio Vargas, através de um governo cheio de intenções nacionalistas e preocupado com a vasta população de humildes existentes no país, os discursos e as práticas propugnadas pelos trabalhistas tiveram grande aceitação entre os ferroviários (FLÔRES, 2009, p.121).

As opções pelo trabalhismo por parte dos ferroviários, elas decorreram de um cenário mais ampliado da política gaúcha, em função dos ideais positivistas predominantes no Estado. Ideias estas, presentes nos discursos e nas políticas públicas dos governantes.

No Estado do Rio Grande do Sul são evidentes os pressupostos da modernidade positivista ao longo da primeira metade do século XX, que se

adequaram aos interesses específicos e as condições locais dos grupos dirigentes. Sendo que a continuidade de tal ideal positivista, percebe-se pelo surgimento do Trabalhismo, doutrina política nacional que fortalecia ainda mais os ideais de proteção à família e ao trabalho, com maior ênfase à educação.

Portanto, numa relação de interesses próximos, que pudesse afastar qualquer influência comunista entre os trabalhadores da ferrovia, aconteceu a sinergia entre governantes do estado do Rio Grande do Sul, gestores da Viação Férrea e dirigentes da COOPFER, para que fosse possível a atuação dos irmãos Maristas junto ao Departamento de Ensino da Cooperativa, fato que foi decisivo para uma série de ações pedagógicas implantadas no meio ferroviário, as quais também alcançaram as mulheres.

### **3 A EDUCAÇÃO FEMININA PROPICIADORA DA EMANCIPAÇÃO DA MULHER AO MUNDO DO TRABALHO NA FERROVIA**

Este último capítulo procura demonstrar os ideais e valores que as mulheres adquiriram e carregaram consigo através da educação, principalmente, aquelas que estudaram na escola Santa Terezinha, gerida pela COOPFER e administrada pedagogicamente pelas Irmãs Franciscanas, e supervisionadas pelos Irmãos Maristas. Sendo que através dessa educação elas alcançaram, em tese, sua libertação, isto é, mesmo que carregadas de valores, muitas passaram a serem donas de seus destinos indo ao mundo do trabalho.

#### **3.1 A Cooperativa de Consumo dos Ferroviários (COOPFER) e a educação da família ferroviária**

Em um dos capítulos anteriores no qual procurou descortinar a presença das mulheres na ferrovia através de sua participação, pode-se perceber que a COOPFER teve uma grande preocupação com a educação da “família ferroviária”. Primeiramente com a criação das escolas masculinas e depois com as escolas femininas.

A Cooperativa de Consumo dos Ferroviários é um exemplo da união e organização dos trabalhadores da ferrovia. Segundo Rodrigues (2003), fundada em 1913 por iniciativa dos trabalhadores, em Santa Maria, ela foi a cooperativa que teve maior duração do que todas as outras existentes no país e se tornou uma das maiores da América Latina. “(...) a unidade ferroviária representou um paradigma associativista que deu certo, e que marcou um processo de autogestão, dentro dos preceitos da modernidade ocidental, na região central do Estado.” (RODRIGUES, 2003, p.46)

A COOPFER foi de suma importância para os trabalhadores ferroviários. Ela possuía uma Caixa de Pecúlios, um hospital próprio (Casa de Saúde) que garantia a



sobrevivência e o futuro dos trabalhadores ferroviários. Além de manter escolas na cidade de Santa Maria providenciou as chamadas escolas turmeiras, ao longo das linhas. Junto ao prédio central, a cooperativa possuía farmácias, padarias, fábrica de sabão, torrefação e moagem de café, fábrica de bolachas, açougue e alfaiatarias.

**Imagem 09:** Prédio central da COOPFER – Santa Maria RS



**Fonte:** Acervo da COOPFER.

O objetivo da COOPFER era dar amparo aos trabalhadores no que dizia respeito a sua sobrevivência material e isso contemplava o consumo, saúde e educação.

Da mesma forma, a Cooperativa poderia instituir pecúlios para atender os casos de invalidez ou falecimento dos sócios; fundar, manter e auxiliar instituições escolares de artes e ofícios; manter uma assessoria jurídica em apoio à Diretoria da entidade; instalar hospitais e sanatórios onde fossem julgados necessários pela Assembléia Geral; manter farmácias, instalar padarias, torrefação de café, fábrica de massas alimentícias, açougues e o mais que fosse julgado oportuno para o benefício dos sócios. Ao longo de sua existência, pode-se dizer que a entidade conseguiu alcançar todos esses propósitos (FLÔRES, 2008, p.213).

Na busca da construção do homem novo que se adequasse a realidade urbana que se afirmava sobre a rural, seguiram-se, então, os princípios da escola nova e da orientação católica. As ações de educação eram realizadas pela Cooperativa, e tinham por objetivo oferecer aos seus associados as condições

culturais para que fosse revertido o baixo nível de educação formal, que predominava inicialmente entre as famílias desses trabalhadores<sup>35</sup>.

Na década de 1920 muitos pensadores se preocupavam com a construção de uma identidade nacional para o país e isso acarretava em mudanças e rompimento de velhas estruturas sociais, políticas e econômicas. Desse modo, além das necessidades assistenciais básicas a COOPFER se preocupou também em proporcionar uma educação formal aos trabalhadores ferroviários para que estes pudessem exercer sua cidadania.

Segundo Flôres (2009) de imediato foram criadas as escolas de formação elementar para os filhos dos ferroviários, sendo o ponto culminante, o sucesso das escolas profissionalizantes nos anos 1920, que foi desejada pelos positivistas gaúchos e circunstancialmente pelos mentores da escola nova, cuja idéia de educação integral ligava-se a conexão entre educação e desenvolvimento econômico.

No que se refere as atividades de ensino na COOPFER, as escolas ficavam sob responsabilidade do diretor comercial da Cooperativa.<sup>36</sup> Sendo que, cada uma delas teria que organizar os seus regulamentos internos de funcionamento desde que fosse aprovado pela diretoria.

As escolas que se destacaram foram as Escolas de Ensino Elementar e as Profissionais, as Escolas Turmeiras, Escolas Primárias Mistas e Escolas de Artes e Ofícios.

Nas escolas turmeiras eram atendidos alunos da 1ª a 4ª séries na mesma sala. A 5ª série era cursada em outra escola. Era uma só professora para o atendimento de todas as necessidades dos alunos: merenda, educação física, trabalhos manuais. (SEDAC/CHO apud Pinto, p.140)

A educação elementar propiciava aulas de alfabetização para adultos e de formação básica para as crianças até os 14 anos. E como complemento aos estudos era oferecido a oportunidade de seguir a formação nas escolas profissionais. As escolas turmeiras: mistas e de alfabetização reunia os alunos em uma ou duas salas com o conteúdo de cada currículo das séries, pois era ministrada por um educador apenas. Construída próximas a estação férrea, era de funcionamento temporário e recebia meninos e meninas de dia e a noite servia para alfabetizar adultos. As

---

<sup>35</sup> De acordo com Flores (2009).

<sup>36</sup> O diretor comercial de destaque foi o diretor Manoel Ribas, no gerenciamento da parte educacional da COOPFER e Augusto e Domingos Ribas foram os que por muitos anos coordenaram as atividades de fomento ao ensino nas diversas escolas criadas pela COOPFER.

escolas profissionais de Artes e Ofícios ficaram restritas aos municípios de Rio Grande, Gravataí, Cacequi e Santa Maria. Eram principalmente destinadas a clientela masculina (com exceção da Escola Santa Terezinha de Santa Maria), pois tinham o objetivo de formar mão de obra especializada para trabalhar na VFRGS ou servir como alternativa profissional aos filhos de ferroviários.<sup>37</sup>

As Escolas Profissionais de Artes e Ofícios voltava-se para a clientela masculina, tendo como exceção a escola Feminina de Santa Maria. O propósito era a formação de mão de obra especializada para trabalhar na ferrovia. Afora outras iniciativas existentes em Gravataí e Cacequi, a escola mais importante esteve localizada em Santa Maria, cujas atividades iniciaram em 1922, e foi denominada Escola de Artes e Ofícios Hugo Taylor.

Quanto ao funcionamento das escolas, segundo Flôres (2009) seguia as normas regulamentares da Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul, autarquia onde estavam inscritas. Para fiscalizar suas atividades, o governo nomeava padres católicos (ordem dos jesuítas) que ficavam responsáveis pelo controle da documentação e processos de seleção nas escolas. Isso incluía a admissão de professores, relação da matrícula dos alunos de cada escola, relatórios de promoção e estatísticas anuais, além de toda a correspondência emitida ou recebida.

Desse modo, a manutenção das escolas de alfabetização era dada por meio de verbas de parte dos descontos efetuados pelos ferroviários à Caixa de aposentadorias e Pensões do RS e da Economia de Fretes<sup>38</sup>. Já, no caso das escolas mantidas nos maiores núcleos ferroviários do Estado somente os sócios da COOPFER, suas esposas, filhos e tutelados podiam estudar. O acesso dependia da apresentação de atestados e certidões. E no caso das localidades onde não haviam escolas da Cooperativa, os associados ou dependentes eram matriculados nos colégios dos Irmãos Maristas.

Assim, através da COOPFER foi possível todos os ferroviários tivessem acesso a educação formal. Sendo que, a educação foi confiada aos Irmãos Maristas.

---

<sup>37</sup> Conforme FLORES, 2009.

<sup>38</sup> Convênio realizado entre a direção da Viação Férrea e a direção da Cooperativa. Essa verba foi autorizada pelo Presidente da república, através do Ministério da Viação, pelo Aviso nº 68, de 17 de março de 1931. Consistia na devolução de 75% dos fretes que a Cooperativa pagava à Viação Férrea pelo transporte de suas mercadorias.

### 3.1.1 A atuação dos Irmãos Maristas nas escolas ferroviárias

A Congregação Marista de origem francesa tinha como filosofia atuar dentro dos padrões cristãos de ética e solidariedade. Através de um convênio firmado entre os Irmãos Maristas e a COOPFER a educação dos ferroviários progrediu.

Com a leitura dos relatórios da COOPFER pode-se observar que foi formada uma comissão para elaborar um regulamento da Escola de Artes e Ofícios e entregar a sua administração aos Irmãos Maristas. Sendo que os irmãos Maristas deveriam cumprir o regulamento de modo rigoroso, pois o método de ensino, a disciplina peculiar dos irmãos maristas são padrões seguros da prosperidade da escola<sup>39</sup>.

Segundo Máximo (1979, p.14), dentre as cláusulas do convênio acordado entre as duas instituições, incluiu-se outras:

- a) *“(...) em todas as escolas a serem fundadas é obrigatório o ensino da moral religiosa”;*
- b) *“(...) para este ensino conservar sua uniformidade, será ele inspecionado tanto da parte da Direção da Viação Férrea como da Cooperativa por um membro do clero católico e um outro de uma congregação ensinante”;*
- c) *“Os programas a serem adotados serão os das Escolas Complementares de Santa Maria, bem conhecidos de todos”.*

Foram nomeados inspetores destacando-se os padres Huberto Rhoden, João Evangelista Rick, Cláudio Mascarello e Estanislau José. A fiscalização se deu devido um acordo entre a Cooperativa dos Ferroviários e o governo gaúcho, que visou propiciar oportunidades de educação às populações do interior residentes ao longo das linhas férreas, que praticamente não possuíam outras possibilidades de ensino<sup>40</sup>. A escolha de religiosos se deu pela falta de estrutura de apoio pedagógico governamental e estes, eram considerados pessoas preparadas pela formação que recebiam no seminário.

No entanto, o inspetor que teve maior destaque em toda a história da ferrovia, foi nomeado pelo Irmão Provincial em 1932, o Irmão Estanislau José. Ele se

---

<sup>39</sup> Segundo Relatório de exercício de 1921.

<sup>40</sup> De acordo com Flores (2009).

destacou por realizar um trabalho social entre os ferroviários e exerceu a chefia do Departamento de Ensino e Educação da Cooperativa em 1937.

Descrever a vida do Irmão Estanislau é tarefa ingente. Interpretá-la é quase impossível. Sintetizá-la em algumas páginas será correr o risco de truncá-la. A operosidade do Irmão Estanislau e as características singulares de sua vida deveriam ser objeto de um verdadeiro tratado em vários volumes. Seus admiráveis trabalhos e a profundidade espiritual de sua alma são um desafio para uma análise autêntica e quase uma temeridade a sua síntese. Foi uma vida plena que foge das trilhas da rotina e não segue as sendas batidas da vulgaridade. Em sua alma ardente, o torpor nunca achou guarida nem a acomodação entrou em seus passos. Entre o tudo e o pouco escolheu sempre a plenificação total. (MÁXIMO, 1979, p.3)

O Irmão Estanislau era conhecido por todos os ferroviários, pois sua obra administrativa era o incentivo de geração de renda, melhorias de alimentação, saúde e educação entre as famílias ferroviárias. Também dava orientações pedagógicas e fiscalizava as escolas turmeiras. Ele ficou conhecido como padre das “cabras”<sup>41</sup>, o “apóstolo dos ferroviários”.

Sua passagem pelos trens e estações não fazem dele um passageiro anônimo a mais no comboio. Vai se identificando cortesmente aos chefes-de-trens, aos agentes das estações, aos feitores de turmas. Aos chefes mais qualificados, por uma questão de protocolo, faz visitas especiais para identificar sua função, conhecer seus propósitos e sondar a índole das pessoas com quem deverá tratar leal e vigorosa. Atencioso, sem ser bajulador, franco, sem ser áspero, assíduo, sem ser importuno. Em pouco tempo está manifesto o líder idealista e operoso. Não poupa passos para ir ao encontro das pessoas, tanto dos que dele vão precisar, quanto dos que necessita para cooperação. Aos chefes administrativos procura receber deles diretivas de ordem administrativa, respeitando as estruturas estabelecidas. Paulatinamente vai expondo seus projetos, planos e normas de ação. Não rompe esquemas nem queima etapas. Conserva melhorando e melhora conservando. É o amor a causa que vai lhe abrindo caminhos, encontrando adesão e colaboração, induzindo ao cumprimento do dever e guindando profissão ao nível de missão. (MÁXIMO, 1979, p.15)

Nas escolas o Irmão Estanislau acompanhava tudo o que era apontado pelos professores, por exemplo, examinava os cadernos de chamada e exigia que as anotações estivessem em dia. E quanto aos alunos, muitas vezes fazia testes orais sobre conhecimentos gerais e também conferia a limpeza das salas, instalações e sanitários que os mesmos realizavam na escola. Atuava nas comunidades locais e sempre era acolhido nas residências tanto para fazer as refeições e dormir quando preciso. Realizava batizados e palestras para os adultos. Também se utilizava de cartas circulares com diretivas gerais ou determinações administrativas.

---

<sup>41</sup> Chamavam-no assim porque no seu trabalho de âmbito social e administrativo ele implementou a criação de cabras com o propósito de tirar o leite e fornecer as famílias. Além disso, incentivou as plantações de soja, mandioca, mel, verduras e frutas dentre outras.

Segundo Máximo (1979) a organização das escolas, estímulo aos alunos e assistência às famílias exigiam constantemente o deslocamento do Irmão Estanislau, por isso ele tinha passe livre em todos os trens de passageiros. Ele viajava de todas as maneiras, os trens de passageiros eram menos freqüentes que os de carga, então, ele viajava em ambos. Quando não conseguia que o trem parasse diante das estações porque as escolas eram mais afastadas, ele descia num trecho e completava o caminho a pé, perfazendo cinco ou seis Km sobre os cascalhos da linha. E seguia, assim que terminava o trabalho em uma escola, aguardava a passagem de outro trem que fazia parar ali mesmo ou seguia até a estação. Também muitas noites enrolado em sua capa, dormia sobre os bancos das estações esperando o trem para seguir em frente. Mas, com o trabalho se intensificando devido o aumento das escolas, ele conseguiu que a viação lhe disponibilizasse um veículo de quatro rodas adaptados aos trilhos e mais adiante, conseguiu uma camioneta bastante longa que se dividia em dois compartimentos.

As escolas funcionavam do seguinte modo: cada professora tinha sua escolinha, que era visitada mensalmente pelo Irmão Estanislau e pelo padre Cláudio Mascarelo. Ao final de cada ano, as professoras reuniam-se na escola Hugo Taylor, em Santa Maria, para o Congresso Pedagógico. Ali, assistiam a palestras, faziam cursos para aperfeiçoarem-se, porque as professoras turmeiras não possuíam formação; a maioria havia estudado até a 7ª série. Nesses Congressos, as professoras faziam exposições dos trabalhos realizados com os alunos e cada escola queria fazer mais bonito. No que se refere à metodologia, os professores tinham de elaborar seus planos de aula, onde deveriam constar todas as atividades dos alunos e objetivos. Essa era uma tarefa diária do professor. Quando o Irmão Estanislau chegava às escolas, a primeira coisa que ele pedia era os diários e também passava nas salas de aula. Nas escolas turmeiras, não havia diplomas oficiais, porque as professoras não tinham formação. Os Fundos das escolas vinham da Cooperativa da Viação Férrea e, então daí eram pagas as professoras. (SEDAC/CHO apud PINTO, p.141)

Nas escolas<sup>42</sup> formadas ao longo das linhas seguia a orientação humanista onde se propagavam os valores cristãos e moral. E os currículos tinham a preocupação com o aprendizado das ciências, conhecimentos de moral, história da pátria e religião.

Outro ponto interessante era a preocupação com o trabalhador e familiares no que se refere a sua saúde e bem estar para que eles estivessem aptos para o trabalho. Desse modo, os Clubes Agrícolas e Campanhas de Alimentação foram criadas pela COOPFER e também sob o comando do Irmão Estanislau.

---

<sup>42</sup> As séries de 1ª a 4ª.

Segundo o relatório da COOPFER do Exercício de 1944 a intenção dos Clubes Agrícolas era proporcionar aos jovens uma educação eficiente com a finalidade de ministrar ensinamentos metódicos que resultariam em persuasão de que o trabalho agrícola é nobre e indispensável ao bem estar das famílias.

Segundo Flores (2009), o Irmão Estanislau foi intermediário da COOPFER para além da alfabetização, isto é, contribuiu para empreender campanhas do “Pró-Leite” e ‘Pró-Alimentação Racional”, passando a distribuir na metade da manhã para as crianças um copo de leite quente e um pãozinho com mel<sup>43</sup>.

Em todas as escolas o Irmão Estanislau também organizou cursos de Economia Doméstica, destinados as alunas maiores, ás moças e senhoras do núcleo. Os cursos funcionavam em horários extra-escolar e procurava ensinar tudo aquilo que era considerado útil a uma dona de casa como arte culinária, corte e costura, puericultura, primeiros socorros, bordado e tricô, arranjo do lar.

Através desses empreendimentos o Irmão Estanislau ganhou outro apelido de “padre pedinchão”, pois muitas vezes as iniciativas e recursos eram insuficientes para prover as comunidades que o Irmão recorria ao governo através de ofícios onde solicitava verbas para suprir suas obras. Recorria ao governo municipal, direção da VFRGS, assembléia legislativa e até ao governo estadual.

A revista do cinqüentenário da COOPFER presta homenagem ao Irmão Estanislau onde o considera “padre das cabras” por ser o grande animador da campanha da alimentação que a COOPFER manteve em benefício das famílias dos ferroviários menos aquinhoados. Homenageia-o por tudo o que fez no setor de ensino e por ter sido uma pessoa incansável que nunca poupou sacrifícios.

Sempre que é para conseguir uma doação, lá está ele, com as mãos enfiadas nos bolsos da batina surrada, abordando secretários de Estado, ministros, deputados, senadores e altos funcionários da União. Apela e convence. E nunca volta de mãos vazias. O dinheiro aparece. (REVISTA DO CINQUENTENÁRIO DA COOPFER, p. 27)

O irmão Estanislau é muito lembrado pelos (as) colaboradores (as) entrevistados, principalmente no que se refere as escolas. Ele é considerado por muitas dessas pessoas como uma pessoa integra e incansável em todos os projetos que se propunha a fazer, principalmente na educação. Sendo que as falas de muitos podem ser substituídas pelas colocações do Irmão Urbano Máximo:

Ao mesmo tempo em que encaminha as escolas existentes, vai verificando a necessidade e a oportunidade de outras. Entra em contato com os

---

<sup>43</sup> Iniciativa da COOPFER através da Caixa Escolar de Alimentação.

núcleos ainda não assistidos, calcula com a direção da Cooperativa as disponibilidades financeiras e informa à Direção da Viagem Férrea para que providencie na construção do prédio escolar. Enquanto isso vai sondando a possibilidade de encontrar no próprio local uma pessoa que esteja em condições de lecionar. Evita o deslocamento de professores, pelas dificuldades de hospedagem. Considera nas candidatas antes sua formação de caráter e qualidades pessoais de educadora do que habilitações técnicas de meras instrutoras sem o devido senso pedagógico. Os vencimentos que pode oferecer são parcos e somente espíritos idealistas aceitam o trabalho com tal remuneração. Não que lhe falte o senso de justiça, são antes as limitações de recursos. As filhas dos ferroviários estavam recebendo formação na escola de Artes e Ofícios Feminina de Santa Maria. Elas vão sendo aproveitadas pela formação humana e religiosa que receberam. Não encontra mestras acabadas. Por isso, em pleno trabalho, as vai formando com dedicação pertinaz.(...) (MÁXIMO, 1979, p.16)

Entretanto, no decorrer das pesquisas de campo, um fato marcante foi uma entrevista com uma antiga professora, hoje com 83 anos. A colaboradora foi professora da Escola Fernão Dias de Cacequi e do Hugo Taylor em Santa Maria e em sua fala ela lembra com saudades do tempo da escola e do Irmão Estanislau. E com imenso carinho ela guarda junto as suas recordações a lembrancinha da morte do Irmão que, segundo ela, o irmão “muito contribuiu para aquela comunidade”.

**Imagem 10:** Irmão Estanislau José



**Fonte:** Arquivo particular de S.R.J., 2011.



Com a lembrança da morte do Irmão Estanislau nas mãos a colaboradora se refere a sua profissão e aos padres Irmão Mascarello e Estanislau:

[...] Era uma escola ferroviária fundada por dois irmãos que eram o Irmão Estanislau e o Irmão Mascarello, mantida pela cooperativa e foi fundada por esses dois religiosos. O padre percorria ao longo da ferrovia, casava os casais que não eram casados, ali ele ficava semanas percorrendo, tratando as pessoas como se fossem da família dele. Bem simples, porque tinha trabalhadores da linha que formavam comunidades, então ele batizava, crismava, preparava os professores que preparavam crianças e ele ia lá para dar a primeira eucaristia, depois ai quando tinha as comunidades, daí tinha as ministras da eucaristia. Outra coisa, esses padres, eu tenho a foto deles, o lema que eles tinham era assim, fantástico! Eles compravam, eles davam juntas de boi para os ferroviários lavrarem e plantarem, mudas de plantas, arvores frutíferas, eles plantavam, sementes para fazer a horta comunitária e eles faziam, vaca de leite, até chamavam o padre das cabras, pois quando não tinha vaca era cabra. [...] Depois, quando esses padres faleceram, terminou as escolas da Cooperativa. Aí fracassou, foi fracassando, foi fechando. Aqui esse era o padre, era o diretor fundador (ao mostrar a lembrança da morte do Irmão Estanislau) [...] Quando ele morreu a gente, todas as escolas ganharam essa lembrancinha. [...] Sua alegria foi servir, seu sofrimento não poder servir, sua vida foi servir, verdade! Ele morreu em 20 de agosto de 74 e em 75 as escolas ferroviárias derrocaram (S.R.J., 2011). (sic)

Enfim, apesar da educação proporcionada pela COOPFER junto aos Irmãos Maristas ter sido utilizada como instrumento de controle ideológico, disciplinarizador, racionalizador, harmonizador dessa classe de trabalhadores, não se pode negar que ela contribuiu para a formação da cidadania dessas pessoas. Basta observar a organização e a referência que esses trabalhadores projetaram no cenário brasileiro, pois as escolas proporcionaram mudanças na vida dessas pessoas.

### **3.2 A Escola feminina Santa Terezinha da cidade de Santa Maria - RS**

Sabe-se que educação no meio ferroviário foi influenciada diretamente por valores positivistas e católicos, mas também é notória a importância da Escola Santa Terezinha na vida das mulheres que fizeram parte da família ferroviária. Por meio da escola essas mulheres tiveram outras oportunidades no mundo do trabalho.

A demanda pela educação feminina esteve sim vinculada à modernização da sociedade, à higienização da família, à adequação das normas sociais de boa conduta. O futuro do país apontava para um ideal de civilização que seria alcançado através da escolarização e o papel da mulher era de grande importância, pois no

exercício da maternidade incluía-se a educação dos filhos. A mulher como educadora adentrava no mercado de trabalho e sua educação continuava a ser justificada por seu destino de mãe. Ainda, sua profissão ia ao encontro da moral que fora estabelecida em fins do século XIX.

Na década de 1920, a escola feminina que atendia aos interesses da classe ferroviária tentava copiar os modelos europeus e era adaptada para a realidade local. Isso denota grande influência positivista no que se refere à educação nacional, bem como a transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana.

Inicialmente as escolas na ferrovia foram criadas para atender a demanda do sexo masculino. No que se referem às Escolas Profissionais de Artes e Ofícios, estas também eram voltadas mais para a clientela masculina, pois tinha como propósito a formação de mão-de-obra especializada para trabalhar na ferrovia. Nas escolas mantidas nos núcleos ferroviários do Rio Grande do Sul, inicialmente, somente os sócios da COOPFER, esposas, filhos e tutelados podiam estudar. Em localidades onde não havia escolas da Cooperativa seus associados eram matriculados primordialmente nos colégios maristas, ou em outras instituições privadas, leigas ou não.

Cabe lembrar que a Congregação dos Irmãos Maristas foi fundada na França em 1817, e tinha por filosofia “atuar dentro dos padrões cristãos de ética e solidariedade” e “trabalhar com estratégias de curto, médio e longo prazo”. Visavam com isso o fortalecimento da instituição, sempre seguindo os ensinamentos do fundador Marcelino Champagnat, “tendo Maria, a Boa Mãe, como modelo de educadora e intercessora junto a Jesus” (FLÔRES, 2008, p.299).

De acordo com o Relatório da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul Exercício de 1920 iniciou-se a busca para a construção de prédio para que fosse possível uma educação para as meninas. Sendo que em 1922 foi aberta a Escola de Artes e Ofícios, seção feminina, inaugurada em prédio próprio em 1930, recebendo o nome de Escola Santa Terezinha. Ficou sob administração das Irmãs Franciscanas até o ano de 1942. Em 1943 passou a ser de responsabilidade do governo do Estado, na qual em 1945 se transformou em Escola Artesanal Dr. Cilon Rosa.

Houve a construção ideológica da escola como local de trabalho-casa-segura, onde se deu a ampliação do papel de mãe e esposa, sendo legitimada a função das professoras. As professoras que ministravam e administravam a escola são do mesmo sexo das alunas, portanto essa organização é calcada no gênero e, por isso, esse é um dos motivos em

que a Escola feminina ficou a cargo das Irmãs Franciscanas e a masculina dos Irmãos Maristas (SANTOS, 2004, p.38).

A escola foi fundada com o objetivo de oferecer ensino técnico e sem desconsiderar o humanista, “a prioridade pedagógica da escola estava em oferecer ensino profissional *adequado* à formação feminina, especialmente no que dizia respeito à capacitação para trabalhos domésticos” (Flôres, 2009, pág.334, grifo do autor). Na escola feminina o curso elementar se desenrolava em 4 anos, mais outro de 3 anos. Para não ficar apenas no âmbito da formação geral, das matérias como matemática, português entre outras, as alunas recebiam aulas de música, como teoria e aulas de violino e piano.

Também no âmbito pedagógico geral sempre teve muito destaque o ensino de educação moral e cívica e religião. Mesmo tendo uma existência relativamente curta a “Escola Santa Terezinha” sempre recebeu da COOPFER toda atenção. No final de cada ano letivo eram realizadas exposições da produção das alunas, a exemplo de bordados, costura e belas artes. Ao término do curso, as alunas haviam recebido formação geral e conhecimento das artes e misteres domésticos etc. Por isso, foi solicitado ao governo estadual para a inclusão da habilitação “exercício do magistério” (Flôres, 2008, pág.337). As alunas com mais destaques acabavam ficando na própria escola/cooperativa lecionando.

Apesar da educação no meio ferroviário ter sido influenciada por valores positivistas e católicos, nota-se a importância da Escola Santa Terezinha na vida das mulheres que antes eram quase que esquecidas, no que se refere a oportunidade de estudo. Elas passaram a terem as mesmas condições de estudar que os filhos homens dos ferroviários, algumas delas se tornando eméritas educadoras.

Portanto, para as mulheres que pertenceram ao mundo da ferrovia, a mudança que lhes foi possível se deu através da educação. Através dela as mulheres adotaram outros papéis, isto é, além de mães, elas poderiam ter “acesso ao trabalho”, como ser professoras, desenvolver artes manuais ou outras atividades liberais.

O início da formação da escola se deu através dos cooperativados que eram liderados por Manoel Ribas que viram a necessidade de pensar e idealizar a construção de uma escola que fosse voltada para a educação das meninas.

Desse modo, através do relatório do exercício de 1921 da COOPFER, se teve a idéia de construir uma escola para o sexo feminino na cidade de Santa Maria

e encontrar um espaço para esse projeto. Como já havia o ensino técnico e profissional para os meninos, a diretoria da cooperativa achava justo que as meninas fossem educadas para atuarem no seio da família ou na vida social.

[...] no estado actual de civilização, a emancipação econômica da mulher vem se accentuando, determinada pelas necessidades sempre crescentes da vida social, de forma que devemos prepará-la com aptidões para desempenhar sua nobilitante função e com capacidade de enfrentar as vicissitudes da vida que, cada vez mais, exige do indivíduo o aperfeiçoamento das suas aptidões, a par a elevação de sua educação intelectual e moral (Relatório Coopfer - Exercício de 1921, 1922, p.18).

Sabe-se que dentro de um processo de racionalização era necessária a manutenção de poder e produtividade, assim, seria interessante formar trabalhadores qualificados para o trabalho.

[...] no Brasil pós 1940 se estabeleceu uma rede de ensino que tinha por objetivos formar trabalhadores qualificados para o mercado de trabalho, ou seja, uma escola ferroviária ligada à Rede Ferroviária Anônima (RFFSA) e supervisão técnico pedagógica do Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI). (SANTOS, 2004, p.36)

Todos os empreendimentos da COOPFER eram noticiados em seus relatórios anuais. Então, no relatório do exercício de 1922 a diretoria resolve fundar a escola de Artes e Ofícios feminina com a intenção de possibilitar uma educação profissional e moral para as meninas. Sendo que o edifício a ser construído estava em fase adiantada e possivelmente a inauguração seria dia 1º de maio.

No relatório do exercício de 1922, se tem referência da inauguração do prédio destinado ao curso complementar feminino que se deu no dia 1º de junho de 1923, sendo que a matrícula aberta no mês de junho chegou a 121 alunas, com boa frequência durante o ano e se deu segundo a tabela abaixo.

**Quadro 1:** Turmas do Curso Complementar feminino

<b>Cursos</b>	<b>Número de alunas matriculadas</b>
Iº ANO	44 alunas
IIº ANO	33 alunas
IIIº ANO	17 alunas
IVº ANO	9 alunas
Vº ANO	7 alunas

**Fonte:** dados extraídos do Relatório COOPFER, exercício de 1922.

Na figura abaixo é possível visualizar a Escola de Artes e Ofícios de Santa Maria.

**Imagem 11:** Escola de Artes e Ofícios – Santa Maria – Seção feminina - ano 1923



**Fonte:** Relatório da COOPFER, exercício de 1923.

No relatório de exercício de 1924, se observa que a Cooperativa tem a intenção de adquirir um prédio próprio para a escola feminina e adquire um terreno para tal finalidade, já que havia a preocupação com a instrução feminina.

Através do relatório de 1925 observa-se que o curso complementar feminino de Santa Maria, funcionando em sede provisória na Vila Belga, recebeu um número significativo de alunas: foram 202 alunas. Havia cursos diferentes que se compunha da seguinte maneira:

**Quadro 2:** Turmas do Curso Complementar feminino

<b>Cursos</b>	<b>Número de alunas matriculadas</b>
Iº ANO	58 alunas
IIº ANO	39 alunas
IIIº ANO	39 alunas
IVº ANO	28 alunas
Vº ANO	18 alunas

**Fonte:** dados extraídos do Relatório COOPFER, exercício de 1922.

Adquiriu-se 4 máquinas de bordado, 2 pianos de qualidade, 2 violinos e 2 bandolins para o ensino da música e, ainda matérias para as aulas de corte e costura. Na figura abaixo se tem uma foto da turma de 1º Ano.

**Imagem 12:** Seção feminina, 1º Ano/1925



**Fonte:** Relatório da COOPFER do Exercício de 1926.

Nos relatórios da COOPFER se observa que as turmas de 1º, 2º e 3º anos estão dispostas em salas individuais. Já no 4º e 5º ano as Irmãs Franciscanas dispõem as turmas juntas em uma mesma sala de aula conforme imagem abaixo. Ambas, eram turmas menores.

**Imagem 13:** Seção feminina 4º e 5º ano, 1925.



**Fonte:** Relatório da COOPFER do Exercício de 1926.

Em 1º de dezembro se deu o início dos exames finais e realizou-se a distribuição de prêmios a alunas que se destacaram. Também foi realizada as exposições de trabalhos manuais e que foram abertos para a visitação. Nas figuras abaixo se pode ver como se dava a exposição dos trabalhos. Sendo que, esses trabalhos passaram a ser expostos anualmente.

Os trabalhos femininos voltados para o lar, por exemplo, vestidos, chapéus e flores eram expostos e comercializados para gerar renda para a escola. Era um evento esperado, pois havia a entrega de prêmios para os melhores do ano na categoria. Prêmio como medalhas, brindes de lojas e até mesmo uma viagem de estudo para a Europa. Além disso, a escola ganhava visibilidade e reconhecimento na sociedade.

**Imagem 14:** Exposição dos trabalhos manuais pela Seção Feminina



**Fonte:** Relatório da COOPFER, exercício de 1926.

No relatório do exercício de 1926 se tem o início da construção do novo edifício para o curso feminino da Escola de Artes e Ofícios, cujo projeto teve aprovação que o prédio fosse revestido de todas as condições técnicas indispensáveis para a construção de um instituto modelo de ensino.

A matrícula atingiu 226 alunas das quais 198 meninas e 28 senhoras e jovens que se dedicaram aos trabalhos manuais, com ótima freqüência e louvável zelo e aproveitamento. E pelo bom comportamento e estudo as alunas fizeram excursão campestre como prêmio.

Já no relatório de exercício de 1926, em 30 de novembro iniciaram-se os exames finais diante de uma banca examinadora. E por fim, era apresentado o quadro com os resultados das notas das alunas. Sendo que, no I ano se tinha Português e Aritmética, no II ano era português, aritmética e geografia; no III ano se



tinha português, aritmética, geografia História da Pátria; no IV ano era português, aritmética, geografia, história da pátria e história natural; no V ano, português, aritmética, geografia, história da pátria e natural e no VI ano era português, aritmética, geografia, história da pátria e natural.

Também, se tinha as aulas de serviços manuais: bordados e costura, com 6 professoras, uma em cada ano. Sendo que, no final do ano se fazia exposição de trabalhos manuais “desde o simples panno de cosinha até o lavor mais fino e artístico” (RELATÓRIO DA COOPFER, 1926, p.26). E a seção de música era a cargo de uma professora que possibilitava que as alunas aprendessem piano e violino.

Neste relatório do exercício de 1926 apresenta também o início das aulas de educação física. E mais uma vez se colocou a necessidade da construção do novo edifício para o funcionamento da escola, pois o atual não estava mais comportando as diversas seções de ensino.

O que se observa nos relatórios estudados é que a cada ano o número de alunas aumentava, então, realmente, era imprescindível a construção do prédio da escola. Além disso, em fins do ano letivo era muito importante para todos, pois possibilitava que se conhecesse o desenvolvimento intelectual e profissional dos alunos. Não havia descuidos com o bem estar dos alunos.

No relatório do exercício de 1927 se tem a data do dia 08 de junho a transferência das aulas da escola feminina para o prédio construído pela Cooperativa para funcionamento do ensino profissional que deveria obedecer aos princípios modernos de higiene escolar e de magnífica estética.

No relatório do exercício de 1928 consta uma dedicação especial a Escola de Artes e Ofícios sessão feminina, pois o prédio encontrava-se na fase final. O prédio é o mesmo onde hoje funciona a Escola Estadual Manoel Ribas, conforme figura abaixo.

**Imagem 15:** Prédio Escola Feminina Artes e Ofícios de Santa Maria.



**Fonte:** <http://www.vitruvius.com.br>, 2012.

O relatório do exercício de 1929 mostra que neste ano foi concluída a fachada da Escola de Artes e Ofícios – sessão feminina onde se estruturou as suas diversas sessões, espaços culturais, esportivos e religiosos.

As escolas femininas contaram com o apoio da Congregação das Irmãs Franciscanas que gestionaram junto à Cooperativa a instalação de uma capela dentro do prédio, contendo a imagem de Santa Terezinha, sendo que, mais tarde se denominou a escola.

O que sempre se observou pela comunidade de Santa Maria e até hoje se comenta e se reconhece era a preocupação da escola com o bem estar, conforto, higiene e capacitação profissional das alunas. A escola era completa, além da capela e salas amplas, tinha-se a seção própria para costuras e bordados, dormitório, refeitório, dentre outros.

Conforme o Relatório de exercício de 1930 ocorreu a inauguração da escola de Artes e Ofícios seção feminina no dia 14 de maio de 1930. O relatório se refere que o edifício escolar estava completo de modo que a criança tenha a impressão de que a escola seria o prosseguimento do lar e tratada com o mesmo amor e mesmo carinho.

Segundo Hillig (2005), a Escola Santa Terezinha do Menino Jesus era a “Escola de Artes e Ofícios” seção feminina. Em 1930 foi inaugurado o seu prédio próprio e sua administração ficou a cargo das Irmãs Franciscanas até o ano de 1942. Em 1943 passou a ser de responsabilidade do governo do Estado e em 1945 se transformou em Escola Artesanal Dr. Cilon Rosa.

Houve a construção ideológica da escola como local de trabalho-casa-segura, onde se deu a ampliação do papel de mãe e esposa, sendo legitimado a função das professoras. As professoras que ministravam e administravam a escola são do mesmo sexo das alunas, portanto essa organização é calcada no gênero e, por isso, esse é um dos motivos em que a Escola feminina ficou a cargo das Irmãs Franciscanas e a masculina dos Irmãos Maristas (SANTOS, 2004, p.38).

A pedagogia/filosofia franciscana no início do século XX priorizava pela construção de uma identidade feminina religiosa e educada e que soubesse desenvolver os trabalhos manuais. Para elas, a mulher deveria ser culta, habilidosa nas artes do lar, de fina educação, adornada de virtudes e profundamente religiosa.

Inicialmente as Irmãs saíam do Colégio Sant’Anna para ministrar aulas no Colégio Santa Terezinha, mais tarde elas formaram um grupo que morava no Colégio, então passaram a pertencer a ele. A educação que as irmãs davam era a mesma tanto no Sant’Anna quanto no Santa Teresinha. A administração do Colégio dos ferroviários era feito pelas irmãs franciscanas porque elas foram pioneiras aqui na cidade. Chegaram a montar uma comunidade na escola dos ferroviários tamanha era procura. Mais tarde quando o colégio passou para o estado as irmãs entregaram a administração (SANTOS apud AZALÉIA, 2003, p.50).

De acordo com Santos (2003) a organização pedagógica da escola esteve a cargo das irmãs franciscanas e teve por base os Liceus Franceses, modelo já institucionalizado na Europa e organizado por Irmãs. O modelo dos liceus foi adotado porque atendia aos interesses do modelo positivista que buscava uma ordenação social e delimitava os papéis sociais.

Estabeleceu-se então, uma relação/ligação forte entre educação feminina e a Igreja Católica. Para Santos apud Ribeiro (2003) as duas orientações se conflitavam em termos de educação, pois uma delas já era tradicional, a representada pelos educadores católicos que defendiam a educação subordinada a doutrina religiosa, porém, separadas pela diferença entre os sexos masculino e feminino. Já a outra, era uma orientação que foi influenciada pelas “idéias novas”, e que defendiam a laicidade, a coeducação, a gratuidade e a responsabilidade pública educacional. Então, os educadores católicos sempre representaram os interesses da classe dominante.

Quanto ao nome da escola que passou de Artes e Ofícios para Santa Terezinha, apesar de não haver nada escrito nos relatórios, imagina-se que isso se deve ao fato da presença forte da Igreja católica. E isso se deve muito a imagem da Santa Terezinha, a relação de boa mãe/esposa que está ligado ao sexo feminino.

O nome da escola acredito que era por causa dela (a Santa Terezinha) ser considerada um exemplo pra gente, exemplo de honestidade, virtude, e era tudo o que uma moça deveria ser, principalmente obediente e prestativa como Santa Terezinha foi durante sua vida. Os nossos gestos deveriam ser delicados, próprios da mulher que era o ideal de Santa Terezinha, porque ela morreu de tuberculose, mas nunca abandonou o espírito solidário e de simplicidade. Sempre nos falavam sobre ela nas aulas de religião, tinha retratos dela pelo colégio. A gente sabia quem ela era... As irmãs falavam. (SANTOS apud MARGARIDA, 2003, p.59)

As mulheres eram consideradas a guardiã da moral e do culto religioso, sendo que a base educacional voltava-se para torná-la esposa, mãe e educadora dos filhos. Era preciso, então, fundar escolas para aplicar os modelos positivistas.

O pedestal em que a mulher estava colocada foi um dos pilares do Positivismo ortodoxo no Brasil. Os positivistas elevaram a mulher por meio do que poderia ser considerado a transfiguração do culto da Virgem. A feminilidade como um todo devia ser adorada e colocada a salvo de um mundo perverso. Para os positivistas, a mulher era a base da família, que por sua vez era a pedra fundamental da sociedade. Ela formava o núcleo moral da sociedade, vivendo basicamente por meio dos sentimentos, ao contrário do homem. Dela dependia a regeneração da sociedade (...) (HAHNER, 1978, p.86).

De acordo com Saffioti (1976) na questão feminina a igreja católica reflete, de um lado, uma doutrina religiosa na qual a mulher sempre figurou como ser secundário e suspeito e, de outro, seus interesses investidos na ordem vigente nas sociedades de classes. Neste sentido, o comportamento da igreja não difere da atuação dos demais grupos empenhados em preservar o *status quo* capitalista. E assim, embora disfarçadamente, manter a mulher submissa e confinada no trabalho doméstico.

A escola Santa Terezinha recebia alunas filhas de ferroviários de diversas localidades do estado e isso permitiu uma expansão maior do modelo da educação feminina.

Nas nossas turmas, tinha meninas de várias localidades do Estado, todas eram filhas de funcionários. Os pais vinham visitar uma vez por mês, ou de quinze em quinze dias. Elas eram internas. Então os pais passavam o domingo com elas, iam passear ou almoçar fora, depois os pais iam embora e elas ficavam (SANTOS apud ROSA, 2003, p.60).

A escola foi fundada com o objetivo de oferecer ensino técnico e sem desconsiderar o seu caráter humanista: “a prioridade pedagógica da escola estava

em oferecer ensino profissional *adequado* à formação feminina, especialmente no que dizia respeito à capacitação para trabalhos domésticos” (Flôres, 2009, p.334, grifo do autor). Na escola feminina o curso elementar se desenrolava em 4 anos, mais outro de 3 anos. Para não ficar apenas no âmbito da formação geral, das matérias como matemática, português entre outras, as alunas recebiam aulas de música, como teoria e aulas práticas de violino e piano.

Também no âmbito pedagógico geral sempre teve muito destaque o ensino de educação moral e cívica e religião. Mesmo tendo uma existência relativamente curta a “Escola Santa Terezinha” sempre recebeu da COOPFER toda atenção. No final de cada ano letivo eram realizadas exposições da produção das alunas, a exemplo de bordados, costura e belas artes. Ao término do curso, as alunas haviam recebido formação geral e conhecimento das artes e misteres domésticos, etc. Por isso, foi solicitado ao governo estadual para a inclusão da habilitação “exercício do magistério” (Flôres, 2008, p.337). As alunas com mais destaques acabavam ficando na própria escola/cooperativa lecionando.

Fui professora. Terminei o Ginásio, depois fiz Magistério. Iniciei nas escolas ferroviárias. Eu trabalhava em Cacequi. Eu era dona de casa e atuava como professora. Ainda eu era membro atuante da Igreja Católica, do grupo de mulheres nas comunidades de base. A gente fazia bingo, mocotó para vender, festinhas para angariar fundos para a construção da capela perto do recinto ferroviário. Nessa comunidade eu era ministra da eucaristia e da palavra. Formamos clubes de mães. A gente visitava as famílias e depois elas vinham aprender crochê, tricô, bordado, como consertar roupas e também sobre higiene. Todas eram mulheres de ferroviários. Eram 14 mulheres que se reunia ali. Até costura, como fazer os moldes de roupas de bebê. Tudo era na capelinha. Na escola a gente sempre atuava. Cada professora tinha sua matéria. As professoras eram classificadas. Eu trabalhava matemática, ciências naturais e religião. Às vezes a diretora, a irmã, fazia um curso. A escola foi fundada pelo irmão Estanislau e padre Claudio Mascarello [...]. Eu trabalhei 20 anos nas escolas ferroviárias. Quando esses padres morreram ai acabaram tudo. Em Santa Maria trabalhei no Hugo Taylor. Depois fui para o escritório da Cooperativa (S.R.J., fevereiro, 2010).

Contudo a educação no meio ferroviário ter sido influenciada diretamente por valores positivistas e católicos nota-se a importância da Escola Santa Terezinha, o mesmo valendo para as Escolas Turmeiras de beira de linhas, na vida das mulheres que antes eram quase que esquecidas, no que se refere às oportunidades de estudo. Elas passaram a terem as mesmas condições de estudar que os filhos homens dos ferroviários, algumas delas se tornando eméritas educadoras. Para as mulheres que pertenceram ao mundo da ferrovia, a mudança que lhes foi possível se deu através da educação. Através dela as mulheres adotaram outros papéis, isto

é, além de mães, elas poderiam ter “acesso ao trabalho”, como ser professoras, desenvolver artes manuais ou outras atividades liberais.

### **3.2.1 Registros médicos das alunas**

Nos relatórios da COOPFER observa-se que nas escolas da ferrovia havia uma preocupação com o Estado sanitário da Escola. No relatório de 1923, por exemplo, o curso complementar masculino das Escolas de Artes e Ofícios recebia visitas do Dr. Eduardo Emiliano Pereira dos Santos, médico da Cooperativa. De certa forma o médico fazia uma inspeção na escola. Ele examinava todos os alunos e fornecia receitas caso alguém necessitasse. Sendo que, percebe-se através dos relatórios que esta prática foi passada para as escolas femininas.

Atualmente no acervo da Cooperativa existe o relatório médico da Escola Santa Terezinha. É um livro com capa dura onde nele constam as fichas das alunas matriculadas com todos os dados preenchidos e assinados pelo médico responsável pela inspeção.

Nos relatórios da cooperativa referentes a escola complementar não cita-se a presença de um médico da cooperativa para o exame de saúde das alunas. No entanto, através das pesquisas realizadas na COOPFER encontrou-se um livro de inspeção com fichas de alunas que datam o ano de 1937, 1939, 1940 e 1941. Isso possibilita que se observe que a inspeção era realizada uma vez ao ano pelo médico da Cooperativa. Nesse livro contém todo o histórico de saúde de cada aluna. Abaixo se pode visualizar a figura que mostra o exemplo de como era preenchida a ficha de inspeção pelo médico.



### 3.2.2 Regras de disciplina e comportamento na Escola Santa Terezinha

O modelo de educação positivista era divulgado pela COOPFER por meio de seus relatórios anuais que enfatizava as idéias e comportamentos corretos para as mulheres. Comportamentos que serviriam de referências para as moças de outras escolas.

A gente aprendia muita coisa. Uma das coisas que elas ensinavam (as irmãs franciscanas), elas eram meticolosas, assim de ensinar, de ensinar a educação, era não arrastar a cadeira da classe, não pegar a cadeira e puxar. Tinha que pegar a cadeira sem fazer ruídos, delicadamente (ela se levanta e demonstra). Elas diziam que as moças deveriam aprender desde cedo para arrumar a sua própria casa depois que casassem. Isto era motivo de orgulho, porque muitas meninas queriam estudar lá, mas só podia quem era filha de funcionário da viação (SANTOS apud ROSA, 2003, p.62).

Segundo Sholl (1992) houve a manipulação do imaginário da mulher através de símbolos para implantar o modelo positivista e moralista. Para que o modelo de conduta chegasse a todas as mulheres foi necessária a educação escolar, da família e da igreja, pois o imaginário social surge como local de expressão das expectativas da sociedade.

Na escola se tinha alunas que frequentavam os Cursos gerais que incluía desde o primário até o Curso Complementar onde as alunas recebiam notas. Já, outras dedicavam-se exclusivamente as artes e ofícios onde aprendiam a bordar, costurar, tocar, cantar, fazer chapéus, arrumar uma mesa, estender a cama e cozinhar<sup>44</sup>. Nos cursos gerais o currículo se distribuía assim:

**Quadro 3:** Distribuição do currículo

<b>Cursos</b>	<b>Disciplinas</b>
1º Curso	Moral, leitura, caligrafia e aritmética
2º Curso	Moral, leitura, gramática, Caligrafia, ortografia, aritmética e geografia.
3º Curso	Moral, leitura, gramática, aritmética, geografia, história da pátria, ciência e caligrafia.
4º Curso	Moral, português, aritmética, geografia, história da pátria, ciência e caligrafia.
5º Curso	Moral, português, aritmética, geometria, geografia, história da pátria, ciências e caligrafia.
6º Curso	Moral, português, aritmética, geografia, história da pátria, ciências e caligrafia.
7º Curso	Moral, português, aritmética, geometria, história da

<sup>44</sup> Segundo relatório COOPFER exercício 1927.



**Fonte:** elaborado pela autora conforme dados do relatório COOPFER

A disciplina de moral ficava em primeiro lugar como disciplina devido a sua importância e sua ligação com a religião. E conforme consta nos relatórios havia distinção e homenagens para as alunas que tirassem o primeiro lugar, pois eram colocadas em ordem de classificação.

Nas disciplinas, principalmente o ensino religioso eram atribuídas notas que eram registradas em um cartão. Nesse cartão se identificava as melhores ou piores notas. Segundo colaboradoras, o cartão vermelho era a pior nota e o verde era a melhor. Já, se tirasse um cartão azul era regular.

Desse modo a conduta das moças sempre era observada, pois quanto mais correta fosse, mais reconhecimento social elas teriam. Na verdade era a ideia dos positivistas, segundo Cambi (1999) a educação deveria culminar no campo moral delineando-se como hábito e obediência.

Havia o controle através dos uniformes, pois havia modelos diferenciados para as internas, semi-interna e externas. Pela cor do uniforme muitas vezes as alunas eram chamadas a atenção e vigiadas, por exemplo, no recreio. Segundo as colaboradoras, no recreio havia irmãs que vigiavam as alunas “o tempo inteiro”.

Outro exemplo de vigilância eram as aulas de artes. Segundo falas de ex-alunas da escola, quando tinham aula de música, elas chegavam e já abriam seus cadernos e começavam a tocar, pois na porta da sala havia duas folhas de vidro para que as irmãs pudessem espiá-las para ver o que estavam fazendo.

Para Foucault (1991) o controle disciplinar não consiste apenas em ensinar ou impor uma série de gestos definidos, impõe a melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo que é a sua condição de eficácia e rapidez, pois um corpo bem disciplinado forma o contexto de realização do mínimo gesto.

Tudo o que a gente fazia era observado pelas irmãs, a postura, o próprio cabelo deveria estar bem penteadinho, a roupa também demonstrando que a gente tinha higiene e responsabilidade. Ai de quem estivesse desarrumada, levava um sermão das irmãs, e dependesse do que era a gente ficava de castigo (SANTOS apud MARGARIDA, 2003, p.70).

O internato na escola foi inaugurado em 1930. No internato tanto o lavatório como o dormitório eram coletivos, assim, não havia privacidade, mas sim, um controle de atos e de corpos até no momento de deitar para dormir. Esses espaços também eram objetos de observação por parte das irmãs. Sendo que, vigiar e

controlar foi uma maneira que as irmãs encontraram para manter a organização da escola.

Como já foi colocado anteriormente, a escola significava um prolongamento do lar, pois tudo deveria estar organizado como em uma residência. O dormitório era um espaço amplo e no centro havia a figura de Nossa Senhora que simboliza a mãe, obediência e ternura<sup>45</sup>.

A organização da Escola Santa Teresinha pelas irmãs, era para que as moças tivessem uma boa educação, que soubessem como se apresentar e receber as pessoas. A educação também era religiosa para manter o equilíbrio entre a razão e a espiritualidade. A disciplina era algo importante para a manutenção da organização escolar, porque a escola era grande, e deixasse cada uma fazer o que queria viraria bagunça. Então tinha regras de conduta, de comportamento que todas deveriam seguir, e que por estar ali, todas sabiam que deveriam seguir (SANTOS apud VIOLETA, 2003, p.75).

O ato da disciplina era considerado algo fundamental para o bom desempenho das alunas que estudavam na Escola Santa Teresinha, pois iam ao encontro dos interesses da sociedade da época.

No Acervo da COOPFER consta o regulamento Interno de 1930, sendo que o mesmo que foi constituído por uma comissão de cinco membros. Neste regulamento consta Capítulos referente a matrícula, eliminação, internamento, horário, passeios, visitas, licenças, hospitalização das alunas.

De acordo com o regulamento, no que diz respeito as matrículas, poderiam se matricular maiores de 7 anos e menores de 13 anos. No caso de serem maiores de 13 anos até 15 anos, as meninas deveriam se submeter a um exame na escola. Sendo que, a preferência a matrícula era dada para aquelas que residissem em lugares de recursos escolares; melhores notas dos exames.

No caso de eliminação do internato, eram eliminadas as alunas que adquirissem males de caráter contagioso; as que se comportavam de maneira inconveniente e, aquelas que não atingissem grau seis de média no computo geral dos exames.

Quanto ao internamento, a COOPFER cobrava a quantia de vinte mil réis mensais pelo internamento de cada aluna. Sendo que, as alunas matriculadas deveriam apresentar um enxoval mínimo e com as peças em bom estado: 1 uniforme branco que a pedido, poderia ser feito na escola; 3 aventais de uso diário que, a pedido poderia ser feito na escola; 3 vestidos; 6 ternos de roupa branca; 3

---

<sup>45</sup> De acordo com a gravura do relatório da COOPFER do exercício de 1930.

camisolas de dormir; 12 lenços; 6 pares de meias; 1 par de ligas; 2 pares de calçado forte; 1 par de chinelos; 2 camisetas; 1 casaco de inverno; 1 pente grosso; 1 pente fino; 1 escova de dentes; 1 escova para pentes; 1 tesourinha para unhas; dentífrícos; passadores para cabelo.

Também, as alunas internas eram obrigadas a obedecer aos seguintes horários: levantar às 06 horas; café as 07hs: 30 min.; merenda às 9hs: 45 min.; almoço as 12hs: 00min.; estudo das 17hs:00min. as 19hs: 00min.; ceia as 19hs:00min.; recolher as 20hs:00min.

No que se referem aos passeios, as alunas internas era permitido o passeio somente aos domingos, acompanhadas das professoras, pais ou tutores, pessoas indicadas por esses dois últimos, se assim autorizassem suas notas semanais de comportamento e aplicação. Os passeios não poderiam ultrapassar das 19hs:00min. No caso de alguns pais que tivessem de passagem por Santa Maria e quisessem tirá-las da escola para passear, poderiam fazer com permissão da diretoria da Escola desde que observassem o horário permitido.

Quanto às visitas, as alunas internas só podiam receber visitas aos domingos, das 10 às 16hs: 00min. Somente em caso justificado e com a permissão da escola as visitas poderiam ser em outro dia qualquer.

Já as licenças, o afastamento das alunas da escola só era permitido por motivo de morte ou moléstia grave convenientemente comprovada por seus pais ou irmãos. Se a causa-mortis ou enfermidade referidas fossem de caráter contagioso se constatava pelo atestado médico ou de óbito. A aluna era obrigada a exibir no seu regresso no internato e sua reinclusão era feita depois do exame de sanidade efetuado pelo o médico da escola. As licenças por motivo de luto não podiam ser superiores a oito dias.

Por fim, quanto a hospitalização, a escola recolhia a sua enfermaria as alunas acometidas de enfermidades passageiras e somente permitia a retirada para tratamento em domicílio se o médico da escola assim julgasse conveniente. As alunas que moravam com seus pais em domicílio em Santa Maria, não podiam ser internadas na escola. E no final de cada ano os pais ou tutores eram obrigados a comunicar a Direção Comercial da COOPFER se as mesmas continuariam na escola e no internato no ano seguinte, caso contrário, eram excluídas.

A organização e as práticas da Escola seguiam um modelo de conduta. Todas as meninas deveriam adotar um comportamento e educação que pudesse lhe

garantir um bom casamento segundo os padrões da sociedade da época. A escola/educação então, se apresenta “como um esforço para manter e garantir uma situação de dominação” (Pesavento, 1988, p.57)

Dessa maneira, as escolas eram voltadas para a educação de gênero, pois se voltava para não desenvolver concorrência com os homens no trabalho, afinal era tratada como um prolongamento da casa.

### 3.2.3 Formação e Congressos Pedagógicos

No período de férias eram realizados em Santa Maria Congressos Pedagógicos com duração em média de uma semana a quinze dias. O 1º Congresso Pedagógico foi em 1932. Os Congressos eram voltados para a formação de dirigentes dos estabelecimentos de ensino, quando trabalhavam temas tais quais a importância e fim do ensino moral, organização de materiais didáticos, didática e disciplina dos alunos nas escolas. Quanto a temas pedagógicos, que envolviam análise das matérias e procedimentos didáticos, entre as atividades desenvolvidas estavam as “aulas-modelo”<sup>46</sup>.

Também eram convidados sacerdotes para ministrar as orientações morais e religiosas a todos os congressistas. E em especial, um deles era o Irmão Estanislau que em uma de suas falas se refere a importância do educador.

Entre as funções sociais não há nenhuma, não existe outra mais sublime, mais importante, que contribua em maior escala á felicidade dos homens e, por conseguinte, que mereça maior respeito, maior gratidão que a do educador da mocidade. Ao educador se pede para antes que não são dele a dedicação de pai, a solicitude de mãe, tanto mais que, não raras vezes, faltam, aos pais a verdadeira ciência, a firmeza e a paciência para a educação de seus próprios filhos. Todas as nações civilizadas sentiram a imperiosa necessidade de não somente reprimir as várias paixões humanas com penalidades, mas também a necessidade de preveni-las, formando pela educação homens virtuosos; por isso os povos, inspirados pela verdadeira sabedoria, consideraram o educador como magistrado da mais alta classe... Cada ser humano ocupa na sociedade lugar correspondente aos serviços prestados; existe, pois certa reciprocidade entre a sociedade e o educador; na obra educativa, tudo é digno de estima, tudo concorre para o bem geral... Merecem lugar de destaque em todos os povos civilizados as funções que dizem respeito ao serviço do direito e da justiça, dedicados á defesa dos fracos e dos fracos infortunados (MÁXIMO apud ESTANISLAU, 1979, p.17).

---

<sup>46</sup> De acordo com Máximo (1979) essas aulas eram ao vivo, com a presença de crianças da faixa etária a que se referem as aulas.

Nesses congressos também tratavam de como proceder em relação aos alunos no sentido de corrigir, punir e estimular os alunos para a melhoria dos resultados escolares. A pauta dos congressos era bem variada. Havia conferências de pedagogos que eram convidados, médicos, dentistas, sociólogos, sacerdotes e administradores para que todas as atividades onde as professoras estivessem envolvidas fossem esclarecidas.

Nós tínhamos nas férias uma semana de congresso pedagógico, em fevereiro; vínhamos ter aula aqui; eu parava na casa de parentes o dia todo; eu ia de manhã só voltava a tardinha aqui no Hugo Taylor. A Agda Brazzale dava aula para nós. Nós recebíamos conhecimento de professoras da universidade; davam aula. Recebíamos conhecimento de língua portuguesa, literatura, de estudos sociais e naturais que entrava história geografia, de matemática e religião. A religião era o principal. Então, depois, no fim, fazia-se uma prova para ver qual a preparação da professora, como ela estava. E cada uma tinha nota. Aquela que não alcançasse ponto tinha que repetir. E aquela que alcançava ganhava prêmios, tudo. E no fim dos quinze dias tinha uma confraternização, coisa mais linda que era, tinha uma missa e depois a gente fazia um almoço ali na escola mesmo, confraternizando. Alguém fazia, preparava uma poesia, cantava era muito lindo. Era puxadinho né, porque aquela semana a gente estudava. Mas, era a coisa mais linda! (S.R.J., fevereiro, 2010)! (sic)

Dentre as professoras e colaboradoras entrevistadas, há inúmeras fotos de Congressos pedagógicos da Escola Santa Terezinha como se pode observar abaixo na figura.

**Imagem 17:** 28º Congresso Pedagógico, 22 de fevereiro de 1962.



**Fonte:** Arquivo particular, S.R.J., 2010.

Dentre essas professoras que participavam dos congressos, hoje umas encontram-se em Porto Alegre e outras em Santa Maria, inclusive uma delas já

falecida, estava morando no Lar das Vovozinhas de Santa Maria RS até o ano passado.

Na próxima figura abaixo, se tem o último dia do Congresso Pedagógico onde as professoras junto as Irmãs confraternizam por meio de leituras de poesias e canto.

**Imagem 18:** 28º Congresso Pedagógico, 22 de fevereiro de 1962.



**Fonte:** Arquivo particular, S.R.J., 2010.

Além dos Congressos havia retiros espirituais como atividade complementar que ocorriam anualmente. Os professores se dedicavam a refletir sobre a sua missão vocacional.

No entanto, com a encampação das escolas por parte do governo do estado e com crise da COOPFER, a mesma não mais investiu no setor educacional. E aos poucos, deixando de lado a missão que tinha de levar o ensino formal a todos os lugares onde existissem núcleos ferroviários. Sendo que, também foram escasseando os Congressos Pedagógicos promovidos pela COOPFER.

Em fins da década de 1950 com mudanças da lei que regia o ensino, as escolas mistas passaram a ser grupos escolares nos centros maiores. No interior, permaneceram como turmeiras e foram acrescidas/denominadas de ambulantes<sup>47</sup>.

---

<sup>47</sup> Conforme Flores, 2009.

Por fim, na década de 1970, com a morte do Irmão Estanislau e com a precariedade da COOPFER a grande maioria das escolas encerraram as atividades, restando apenas aquelas que foram absorvidas pelos municípios.

### **3.3 Onde estão as mulheres hoje?**

São diversas as histórias das mulheres que vivenciaram a época da ferrovia e tiveram a oportunidade de frequentar os espaços escolares. Para as mulheres que pertenceram ao mundo da ferrovia, a mudança que lhes foi possível se deu através da educação. E no que se refere as entrevistadas, elas conquistaram seu espaço. Muitas delas se tornaram professoras nas escolas da ferrovia, outras exerceram a profissão em outras escolas que não eram da ferrovia.

Através da educação, essas mulheres adotaram outros papéis, isto é, além de mães, elas teriam acesso ao trabalho, poderiam ser professoras e desenvolver artes manuais, mantendo, assim, os valores morais da ordem no interior da família ferroviária. Ou ir adiante, inclusive com maior atuação política nos cenários laborais ou societários. “As ferrovias foram ‘escolas’ na formação de hábitos de trabalho, melhor dizendo, de uma concepção capitalista de trabalho” (SEGNINI, 1982, p.15). Então, essa concepção veio a contribuir com a realidade social da época, possibilitando suas transformações.

A intenção da COOPFER por meio da educação era preparar as meninas para serem boas donas de casa, ter o conhecimento de culinária, vestuário, artes, conhecimentos que serviriam para se tornarem boa esposa e mãe, contribuir para que, através do ensino geral e formação pedagógica elas tivessem a oportunidade de se formarem professoras e seguir uma carreira.

Para entrar no mercado de trabalho muitas freqüentaram o Curso Complementar e eram habilitadas professoras. Sendo uma atividade considerada um prolongamento do próprio lar onde a mulher teria que educar. Mesmo que a educação foi de molde positivista, as mulheres iam tornando-se professoras.

Em Santa Maria, por exemplo, a professora Agda Brazzale Leal dedicou sua vida ao exercício do magistério e foi muito influente no contexto educacional e social em que viveu. Estudou na Escola Feminina de Artes e Ofícios Santa

Terezinha. Aluna muito dedicada e sempre em primeiro lugar na classificação de notas. Tornou-se aluna-mestra na primeira turma da escola Complementar. Em 1932, foi professora e diretora da escola de Alfabetização de Economia de Fretes da Viação Férrea do RS (Escola Rui Barbosa) e também passou a lecionar em 1933 na Escola Feminina de Artes e Ofícios Santa Terezinha onde teve sua formação. Em escola de São Gabriel foi catequista e alfabetizadora em 1939 a 1950. Depois na mesma cidade foi Diretora de Instrução Pública Municipal. Ingressou no Magistério Público em 1952. Em 1960, assumiu a Superintendência do Departamento Municipal de Ensino de Santa Maria. Em 1971 trabalhou na Delegacia Regional do Ministério da educação e Cultura. Em 1974 se torna colaboradora de Assuntos educacionais do MEC, junto a representação da Delegacia Regional de Santa Maria. Em 1975 assume como titular da 8ª Delegacia de educação dentre muitas outras atividades que desempenhou ao longo de sua vida pessoal e profissional<sup>48</sup>.

A professora acima citada até hoje é lembrada, principalmente por suas alunas que também se tornaram professoras.

O que eu me lembro e que ficou marcado pra mim é Agda Brazale Leal. Faz anos que não a vejo, deve estar bem velhinha. Pessoa inteligente e preparada era ela. Que pessoa preparada, preparadíssima! Ela dava o português e nos preparava didaticamente para como trabalhar, para como conhecer os alunos, como tratar, toda aquela pedagogia e a didática do trabalho. Eu nunca esqueço, nunca esqueço! Ela foi minha professora de formação pedagógica. Ali a gente só tratava do estudo. (...) (S. R. J., 2011).

Algumas mulheres que estudaram na escola aprenderam um ofício e passaram a lutar pela sua independência social. Muitas, mesmo que no interior do próprio lar, sem sair de casa passaram a ajudar nas despesas do lar. Elas desenvolviam atividades consideradas femininas e moralmente corretas, por exemplo, corte e costura.

Depois que tu se formava, a tua família comprava máquinas e iam aprender a costurar para fora, eu mesma não aprendi o corte e costura no colégio(...) eu entrei noutro curso para aprender corte costura e tirei diploma (SANTOS apud, ROSA, 2003, p.67).

Essas mulheres que descobriram o trabalho e um modo de se libertar para irem em busca de sua autonomia, principalmente as professoras, jamais esquecem como foi receber o seu primeiro salário. Muitas tinham uma jornada dupla, cuidavam da casa, filhos e escola, mas nunca desistiram porque sempre adoraram trabalhar fora, era compensador, mesmo muitas vezes cansadas.

---

<sup>48</sup> Informações retiradas de Fernandes, 2011.



Eles exigiam de nós e nós tinha que exigir dos alunos, tinha que ter bom aproveitamento no fim do ano. Tinha uma gratificação no fim do ano conforme aproveitamento. Era um incentivo. Por isso que eu não troco esse relógio porque foi o primeiro que eu comprei naquela época. Por isso eu não troco! É antigo, mas não troco! É uma relíquia! (S. R. J.).

Desse modo a vida dessas mulheres mudou por meio da educação. Mesmo aquelas que não saíram do lar, mas que estudaram, elas dizem que a educação foi algo bom, as ajudou a lidar com os serviços da casa, o cuidado dos filhos e nas finanças, pois eram elas que controlavam os gastos do lar. Segundo algumas, elas tiveram vontade de continuar os estudos e arranjar trabalho, mas tiveram que escolher agradar o companheiro, pois muitas vezes o marido não era a favor que trabalhassem.

Conforme o caderno de Registro Pessoal dos Funcionários da Cooperativa de 1919 até 1929, as mulheres desempenhavam diversas atividades como: farmacêutica, lavadeira, ajudante de cozinha, cozinheira, copeira de restaurante, auxiliar de sapataria, servente, costureira, datilógrafa, escrituraria, servente da farmácia, auxiliar de farmácia.

Dentre as mulheres que colaboraram para a pesquisa, elas atuavam como: professoras, auxiliar de enfermagem, enfermeira, tesoureira, agente administrativo, secretaria, faxineira, auxiliar da padaria, costureira, bordadeira. Também, se tem informações de que muitas mulheres integrantes do meio ferroviário seguirem seus estudos e se tornaram professoras universitárias, comerciantes, comerciárias, funcionárias públicas, decoradoras, contadoras dentre outras profissões.

Além dessas mulheres pertencentes a esse grupo de trabalhadores ferroviários atuarem no mercado de trabalho, sem duvida, elas contribuíram para a ocorrência de uma feminização cada vez mais intensa no mundo do trabalho.

A feminização do mundo do trabalho é por certo positiva, uma vez que permite avançar o difícil processo de emancipação feminina, e desse modo minimizar as formas de dominação patriarcal no espaço doméstico. Mas é também marcada por forte negatividade, pois ela vem agravando significativamente a precarização da mulher trabalhadora. Esse lado negativo, por sua vez, é conseqüência da forma pela qual o capital incorpora o trabalho feminino, cujas características, como a polivalência e a multiatividade, são decorrentes das suas atividades no espaço reprodutivo, o que as torna mais apropriadas às novas formas de exploração pelo capital produtivo. Trata-se, portanto, de um movimento contraditório, uma vez que a emancipação parcial, uma conseqüência do ingresso do trabalho feminino no trabalho produtivo, é alterada de modo significativo, por uma feminização do trabalho que implica simultaneamente uma precarização social e um maior grau de exploração do trabalho (NOGUEIRA, 2004, p.02).

Nas últimas décadas a sociedade passou por profundas mudanças demográficas, culturais e sociais que provocaram a transformação da composição das famílias. As mulheres firmam-se como agentes sociais, econômicos e políticos da maior importância. Resultando em que, a ampliação do contingente feminino no mercado de trabalho foi uma das mais importantes transformações ocorridas e isso foi possível através da educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa foi possível compreender que a postura da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (1920-1957), e após a Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) até sua privatização em 1996, de impor hábitos e condutas não se limitou somente ao espaço de trabalho, mas também no interior das casas e mentes de funcionários e familiares. Estabeleceram-se regras de comportamentos morais e de conduta. Foi divulgado um modelo familiar para os funcionários, sendo que, nesse processo, a Igreja Católica cumpriu um importante papel, principalmente no que diz respeito à educação.

As mulheres que viveram no meio operário ferroviário, seja como esposas, filhas e trabalhadoras, assim como nos outros setores da sociedade também foram esquecidas pela história oficial. Nos livros e jornais dificilmente alguém se preocupou em mostrar suas vozes ou anseios. Suas vidas eram contadas pelos homens, quando contadas. Por muito tempo foram “vítimas” de uma sociedade patriarcal, ficando confinadas ao espaço doméstico, isto é, o mundo privado, este quase que fechado a uma maior participação social.

No decorrer do trabalho procurou-se mostrar que a ferrovia favoreceu a socialização do espaço público, possibilitando aos homens, como servidores das empresas ferroviárias, alcançarem juntamente com suas famílias maior reconhecimento e inserção social. Por outro lado, as mulheres vivenciaram outras práticas em busca de sua participação como cidadãos. Como foi abordado ao longo dos capítulos, a partir da análise teórica bibliográfica e das entrevistas orais mostrou-se seus sentimentos em relação à vida cotidiana, ao trabalho que realizaram, a participação em lutas políticas, a educação que lhes foi possibilitada ou não, a violência sofrida, as festividades que participavam, o saudosismo que tomou conta de seus corações, enfim, as mulheres por trás dos trilhos, da vasta história ferroviária do Rio Grande do Sul.

Este trabalho representou algo muito maior que o término de um curso de mestrado. Foram muitos meses de pesquisa, dificuldades e desafios. Muitas vezes o vazio por achar que só haveria silêncio. Inicialmente a busca pela visibilidade das mulheres no meio operário ferroviário se deu no Arquivo Histórico Municipal de

Santa Maria, porém, elas dificilmente apareciam em reportagens de jornais. Num outro momento, foi preciso ir buscar as vozes masculinas nas Associações dos Ferroviários de Santa Maria. Nestes locais, então, a presença das mulheres surgia com pouca intensidade, porque alguns desses ferroviários nem sempre estavam dispostos a falar. Para a maioria deles a mulher tem o seu papel no lar. Porém, foi através de alguns que foi possível chegar até as mulheres e um colaborador em especial, propiciou o encontro com elas, aquelas que são depoentes no presente texto.

No entanto, adentrar no espaço dessas mulheres, hoje, colaboradoras, também não foi um caminho muito simples. Além das dificuldades de acesso, devido a maioria residir em lugares afastados do centro da cidade, exigiu-se tempo e paciência, afinal elas tiveram que abrir suas casas e seus sentimentos a uma pessoa completamente estranha ao seu convívio. Assim foram sucessivas as visitas para se estabelecesse uma via de confiança, para que no decorrer do tempo se construísse uma rede de informações. Além disso, muitas das mulheres que seriam importantes para a pesquisa já faleceram. Também, muitas vezes, torna-se difícil para o pesquisador separar-se do objeto de pesquisa, ou melhor, não deixar-se envolver pelo que está buscando. Isto porque se criam laços de amizade, e é preciso estar preparado para separar razão e emoção.

Por meio das entrevistas foi possível conhecer uma parte da história do meio operário ferroviário, ou seja, fatos, acontecimentos e informações que nunca foram aduzidos nos referenciais teóricos, em textos ou mesmo na mídia. Essas mulheres vivenciaram lutas cotidianas e experiências muito ricas no espaço social que lhes competia. O material coletado através da memória delas é muito rico, e permite que se abra espaço para outras pesquisas, ou melhor, a história dessas mulheres instiga a continuar e descortinar uma história sociopolítica esquecida no tempo e que só uma ínfima parte começou a ser desvelada.

No trabalho insistiu-se em validar a história oral por mostrar-se relevante na interpretação subjetiva do relato, através do racionalismo do referencial escrito, já que o referencial teórico sobre as mulheres no meio operário ferroviário é pobre. Mas, foi na COOPFER que se encontrou material disponível para tratar do objeto, principalmente quando se enfoca a educação feminina. No entanto, há ainda material para ser analisado.

Foram 30 pessoas que mostraram a importância da ferrovia e o significado que ela trouxe para a sociedade. Pessoas essas, especiais, cada uma com suas histórias de vida e vivências únicas. Situações cotidianas, vivências sociopolíticas e culturais relatadas que mexem com as emoções de quem escuta, e também provocam repulsas por saber que o trabalho de todo um grupo foi excluído, desmerecido, escondido por interesses de grupos dominantes e políticas que se sabe, malfadadas com consequências desastrosas até hoje.

Certamente cabe o destaque aos elementos políticos que influíram de modo decisivo nas vivências laborais e familiares, e isto coube de modo especial ao “trabalhismo”, cujas bases ideológicas no Rio Grande do Sul reuniu elementos da teoria positivista comtiana e as adaptou às particularidades do mundo do trabalho ferroviário ao cenário regional. Influindo assim nas suas ações técnicas de trabalho e também nas vivências cotidianas das famílias ferroviárias através da VFRGS, alcançando também as práticas de educação. As escolas foram realizações importantes do cooperativismo ferroviário, situado inicialmente num contexto positivista, e ao longo do tempo marcado também pelas concepções de mundo católico, trabalhados pelas Congregações dos Irmãos Maristas e das Irmãs Franciscanas, estas seguidoras de uma disciplina rigorosa, pois cultuavam o trabalho, amor à pátria e a fraternidade. Desse modo, as famílias ferroviárias, especialmente as mulheres, receberam carga cultural-ideológica tanto do Trabalhismo como do Catolicismo.

Entretanto, analisar a história dessas mulheres não é de todo um ato acadêmico a ser resumido ou simplificado, visto as complexidades de cada tempo histórico, dos anos de 1920 até a década de 1990, nos quais diversas situações políticas, econômicas e sociais influíram diretamente na vida das famílias operárias. Sabe-se que elas fizeram parte de uma sociedade patriarcal por longos anos no período cotejado, desigual com diferenciação de sexo e gênero. Além do que, os valores positivistas contribuíram para anular a sua busca pela cidadania.

Por fim, conclui-se que a vida destas mulheres na sociedade sul-riograndense ficaram marcadas por desconsideração, retrocessos e alguns avanços privados e públicos. Apesar da educação proporcionada também atuar como uma espécie de manutenção da ordem no espaço doméstico, através dela foi possível a saída para o mundo do trabalho. Muitas transformações foram possibilitadas pelo impacto da escolaridade.

Assim, apesar do silêncio ou da invisibilidade sempre pesar mais fortemente sobre as mulheres, em razão da desigualdade dos sexos, não se pode dizer que elas não atuavam. Sendo, então, importante que essa pesquisa possa contribuir para a história das mulheres no mundo ferroviário. Afinal, a história continua a se fazer e as mulheres continuam a se libertar/emancipar.

## REFERÊNCIAS

### 1. Artigos em meio eletrônico

BANCO MUNDIAL. Trabalho feminino. Disponível em: [www.wolrdbank.org](http://www.wolrdbank.org). Acesso em: 12/12/ 2010.

BATISTA, Sueli Soares dos Santos. **Estudo sobre a escola de aprendizes de ferroviários da companhia paulista em Jundiá nos primeiros anos da República**. Núcleo de Estudos de Tecnologia e Sociedade (NETS) da Faculdade de Tecnologia da Fatec Jundiá, SP. ([prof.sueli@fatecjd.edu.br](mailto:prof.sueli@fatecjd.edu.br)). Disponível em: [www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/conteudo/file/408.doc](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/conteudo/file/408.doc), Acesso em: 10 de fevereiro de 2013.

### 2. Dicionários

CATTANI, Antonio David (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. Petrópolis: Vozes, Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

HOUAISS, A. **Houaiss Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Ed. Best Seller, 2004.

### 3. Dissertações

BERNI, Antonio Augusto Durgante. **Fim do Pragmatismo: as relações entre Estado e os ferroviários em Santa Maria/RS durante o primeiro período da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1968)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

RODRIGUES, Luiz Carlos Bonotto. **Santa Maria nos trilhos da modernidade: uma experiência ferroviária (1885-1931)**. 2003. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

SANTOS, Claudia Medianeira Gomes dos. **A educação feminina: a escola de artes e ofícios Santa Terezinha no município de Santa Maria/RS – um estudo de caso**. Dissertação de Mestrado. PPGE, 2004.

### 4. Fontes primárias

CADERNO PEDAGÓGICO – Escola de Artes e Ofícios – Masculina e Feminina. Arquivo da COOPFER. 1935.

CÂMARA DE VEREADORES DE SANTA MARIA. Correspondências Recebidas. 1954.

COOPFER – Relatório – exercício de 1920. Diretoria, Santa Maria. Porto Alegre: Livraria do globo, 1921.

COOPFER . Relatório – exercício de 1921. Diretoria, Santa Maria. Porto Alegre: Livraria do globo, 1922.

COOPFER – Relatório – exercício de 1922. Diretoria, Santa Maria. Porto Alegre: Livraria do globo, 1923.

COOPFER – Relatório – exercício de 1923. Diretoria, Santa Maria. Porto Alegre: Livraria do globo, 1924

COOPFER – Relatório – exercício de 1924. Diretoria, Santa Maria. Porto Alegre: Livraria do globo, 1925.

COOPFER – Relatório – exercício de 1925. Diretoria, Santa Maria. Porto Alegre: Livraria do globo, 1926.

COOPFER – Relatório – exercício de 1926. Diretoria, Santa Maria. Porto Alegre: Livraria do globo, 1927.

COOPFER – Relatório – exercício de 1927. Diretoria, Santa Maria. Porto Alegre: Livraria do globo, 1928.

COOPFER – Relatório – exercício de 1928. Diretoria, Santa Maria. Porto Alegre: Livraria do globo, 1929.

COOPEFER – Relatório – exercício de 1929. Diretoria, Santa Maria. Porto Alegre: Livraria do globo, 1930.

COOPEFER – Relatório – exercício de 1930. Diretoria, Santa Maria. Porto Alegre: Livraria do globo, 1931.

COOPEFER – Relatório – exercício de 1931. Diretoria, Santa Maria. Porto Alegre: Livraria do globo, 1932.

LIVRO DE INSPEÇÃO. Arquivo da COOPFER -1937, 1939, 1940 e 1941. S/d.

REGISTRO DE PESSOAL. Arquivo da COOPFER - 1919 até 1929. S/d.

## 5. Livros

ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo: o ponto de vista Marxista**. São Paulo: Nobel, 1986.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006.



BODEA, Miguel. **A greve de 1917 e as origens do Trabalhismo gaúcho: ensaio sobre o pré-ensaio de poder de uma elite política dissidente a nível nacional.** Porto Alegre: LP&M, 1980.

\_\_\_\_\_. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia.** São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil – o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHACON, Vamireh. **História dos Partidos Brasileiros: discurso e práxis dos seus programas.** 3. ed. amp. atualiz. Brasília: Editora da UNB, 1998.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COTT, Nancy F. **Mujer moderna, estilo norteamericano: los años veinte.** In: PERROT, Michelle *Historia de las mujeres em Occidente: el siglo XIX.* Madrid: Taurus, 2000.

DIAS, Romualdo. **Imagens de Ordem: a doutrina católica sobre a autoridade no Brasil (1922-1933).** São Paulo: Editora da UNESP, 1996. Prismas.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente.** (Vol. 1). Porto: Afrontamento. São Paulo: Ebradil, 1993.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Centauro, 2002.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920).** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FLÔRES, João Rodolpho Amaral. **Os trabalhadores da V.F.R.G.S. – profissão, mutualismo, cooperativismo.** Série Estudos Ferroviários 2. Santa Maria: Pallotti, 2008.

\_\_\_\_\_. **O pragmatismo político dos ferroviários sul-rio-grandense – com foco histórico na cidade de Santa Maria.** Santa Maria: Editora UFSM, 2009.

FLÔRES, João Rodolpho Amaral (org.). **RIOGRANDENSE FUTEBOL CLUBE – Cem anos no coração gaúcho.** Santa Maria: NEP/UFSM, 2012. Autores: Alexander Rossatto Tittelmeyer, Antonio Augusto Durgante Berni, Candido Otto Haupt da Luz, Henrique Cignachi, João Rodolpho Amaral Flôres, Juliana Franchi da Silva, Nathalia Lima Pinto, Rosana Vargas Fraga, Tricia Andrade Cardoso

- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. São Paulo: Editora Ática, 2005.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 1989.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas S.A., 2008.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- HAHNER, June E. **A mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HOBBSBAWM, Eric. **Trajetória do movimento operário**. In: Revista Trabalhadores. Campinas, 1989.
- HUNT, E. K. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- MARX, Karl. **O Capital**. Vol.I, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MEAD, Margaret. **Sexo y temperamento em três sociedades primitivas**. México: Paidós, 1980.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 1994.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho entre e emancipação e a precarização**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.
- PASQUALINI, Alberto. **Bases e Sugestões para uma Política Social. Obras Completas, v. I**. Santa Maria: Editora Pallotti, 1994.
- PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Historia de las mujeres em Occidente: el siglo XX**. Madrid: Taurus, 2000.

\_\_\_\_\_. **As mulheres ou os silêncios da história.** Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930).** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

\_\_\_\_\_. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

POSSAS, Lídia Maria Vianna. **Mulheres, Trens e Trilhos.** Bauru, SP: EDUSC, 2001.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Positivismo: um projeto alternativo (RS: 1889-1930).** Porto Alegre: L&PM, 1986.

PRÁ, Jussara Reis. **Gênero, cidadania e participação na esfera pública.** In: CARVALHO, Jane Soares, ROCHA, Cristiane Maria Famer (Orgs. Encontro Nacional da Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas. Porto Alegre: Sulina, 2004.

PRIORE, Mary del. **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2001.

RAGO, Margareth. Ser mulher no século XXI ou carta de alforria. IN: VENTURI, Gustavo, RECAMÁN, Marisol e OLIVEIRA, Suely de (orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. CENTRO HISTÓRICO ORAL. **Memória cidadã: Vila Belga.** Porto Alegre: Sedac/CHO, 2002.

ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (Orgs.). **A mulher, a cultura e a sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SACKS, Karen. **Engels Revisitado: a mulher, a organização da produção e a propriedade privada.** In: A Mulher, A Cultura e a Sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Petrópolis: Vozes, 1976.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica - educação e realidade.** Vol.2, nº 02, jul./dez., 1995.

\_\_\_\_\_. **La mujer trabajadora en el siglo XIX.** In: *Historia de las mujeres en Occidente: el siglo XIX.* Madrid: Taurus, 2000.

SEGNINI, Liliana R. Petrilli. **Ferrovia e Ferroviários: uma contribuição para a análise do poder disciplinar na empresa.** São Paulo: Autores Associados/Cortez Editora, 1982.

SHOLL, Lea. Desejos sócias versus práticas educacionais: uma tensão no imaginário social. IN: Teves, Nilda (Coord.) **Imaginário Social e educação**. Rio de Janeiro: Gryphus - Faculdade de Educação UFRJ, 1992.

SINGER, Paul. **Economia política do trabalho**. São Paulo: SP, ed. Hucitec, 1979.

SMITH, Bonnie G. **Gênero e história: homens, mulheres e prática histórica**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.

SOARES, Vera, DELGADO, Didice G., CAPPELLIN, Paola. (orgs.). **Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa**. São Paulo: Boitempo, 2000.

SOHN, Anne-Marie. **Los roles sexuales en Francia y en Inglaterra: una transacción suave**. In: *Historia de las mujeres em Occidente: el siglo XIX*. Madri: Taurus, 2000.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2005.

THOMPSON. E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRINDADE, Hélijo; NOLL, Maria Izabel. **Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

TRUZZI, Oswaldo. **De mascates a empresários e a reinvenção das identidades**. IN: Patrícios. São Paulo: Hucitec, 1997.

VITA, Álvaro de. **Sociologia da Sociedade Brasileira**. São Paulo: Ática, 1986.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana: um estudo de antropologia social**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1989.

## 6. Normas técnicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA. **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses**: MDT/Universidade Federal de Santa Maria, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Biblioteca Central, Editora da UFSM. 8.ed. – Santa Maria: Ed. da UFSM, 2012.

## 7. Periódicos

CORSETTI, Berenice. **Cultura política positivista e educação no Rio Grande do Sul/Brasil (1889/1930)**. Cadernos de educação/FAE/PPGE/UFPEL/ Pelotas, julho/dezembro, 2008.

CORTAZZO, Inés. Saúde e Trabalho. **Arquivos de medicina preventiva**. Porto Alegre: Faculdade de Medicina, UFRGS, n.º 7, jul., 1985.

PEIXOTO, Maria Angélica. **Movimento operário e feminismo**. Revista Possibilidades. Publicação do NPM – Núcleo de Pesquisa Marxista, UCG e UNIP, Ano 1, nº 3, jan/mar de 2005.

SILVEIRA, Sara; MATOSAS, Anaclara. **Género y economia informal em América Latina: nuevos retos y respuestas posibles desde las políticas de formación para el trabajo**. BOLETIN CINTERFOR/OIT, 2003.

## 8. Revistas

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A feminização no mundo do trabalho entre a emancipação e a precarização. In: Dossiê: Idéias – o avesso do trabalho. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, Ano 9, Editora Unicamp, Campinas, 2003.

REVISTA. **Meio Século de atividades da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul Limitada. 1913-1963 – 50 anos**. Santa Maria: Gráfica da Escola Industrial Hugo Taylor, 1963.

RAMOS, Lauro e SOARES, Ana Lúcia. Participação na força de trabalho e pobreza no Brasil. **Revista de Economia Política**. Vol. 15, nº3, jul.-set., 1995.

## 9. Teses

HILLIG, Silvana Grunewaldt. **Entre Trilhos e sobre rodas: racionalização, disciplina e resistência no Sistema férreo Rio Grande do Sul (1920-1949)**. Tese de Doutorado. PUC/SP, 2005.